



INSTITUTO DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

Marcus Rodolfo Bringel de Oliveira

**A metonímia do pertencimento em Adriana Lisboa:  
identidade nacional e familiar em *Azul-corvo*, *Rakushisha* e *Hanói***

Brasília

2016

Marcus Rodolfo Bringel de Oliveira

**A metonímia do pertencimento em Adriana Lisboa:  
identidade nacional e familiar em *Azul-corvo*, *Rakushisha* e *Hanói***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Literatura.

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria Isabel Edom Pires

Brasília

2016

**Instituto de Letras – Universidade de Brasília**  
**Exame de dissertação**

OLIVEIRA, Marcus Rodolfo Bringel de. A metonímia do pertencimento em Adriana Lisboa: identidade nacional e familiar em *Azul-corvo*, *Rakushisha* e *Hanói*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, em março de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**

Dissertação para obtenção do grau de mestre

Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Maria Isabel Edom Pires	Presidente (TEL/UnB)
Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Maria Zilda Ferreira Cury	Membro (Faculdade de Letras/UFMG)
Prof. Dr. Claudio Roberto Vieira Braga	Membro (TEL/UnB)
Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Cintia Carla Moreira Schwantes	Suplente (TEL/UnB)

Março de 2016



## DEDICATÓRIA

---

À memória de minha mãe,  
Carmelita Carvalho Pereira:  
*“Brilhas dentro aqui/Brilhas no que sou/Brilhas mesmo assim”*  
(Caetano Veloso)

## AGRADECIMENTOS

---

Nessa jornada que foram os últimos dois anos de estudos, a presença de algumas pessoas foi essencial nessa caminhada, tornando-a ainda mais agradável e recompensadora.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora e amiga, Maria Isabel Edom Pires, que me conduziu durante este percurso com delicadeza e amabilidade características. Sua paciência, generosidade e sabedoria foram essenciais para a realização desse trabalho.

Agradeço à Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal, que me concedeu um período de afastamento remunerado para estudos, determinante para a conclusão desta dissertação.

Às professoras Maria Zilda Ferreira Cury e Cintia Schwantes e ao professor Cláudio Braga, que aceitaram participar da banca examinadora.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Literatura, da Universidade de Brasília, particularmente aos do grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea. Mais especificamente às professoras Regina Dalcastagnè e Sara Almarza e ao professor Anderson da Mata, que contribuíram definitivamente para o meu desenvolvimento acadêmico nas disciplinas ministradas durante o curso.

Aos funcionários da secretaria da Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília, principalmente à Marcilene Sousa, pela presteza e gentileza no atendimento das demandas.

Ao Eduardo Pires, pela companhia e pelo apoio em todos os momentos dessa dissertação e além.

À minha família, principalmente à minha madrinha, Nilza, e à minha irmã, Soraya, e aos meus sobrinhos.

O aumento do deslocamento entre países parece indicar uma mudança de percepção do sujeito contemporâneo, criando um sentimento comum à maior parte do mundo globalizado relativo à livre transposição de fronteiras e ao acesso a diferentes culturas, seja fisicamente ou virtualmente. A produção literária tem interpretado esse *zeitgeist* na representação de sujeitos em trânsito, discutindo profundamente as afiliações coletivas e individuais. Essa reflexão recai sobre os conceitos de nacionalidade e família, que, historicamente, têm sido entendidos de modo metonímico, de forma que a transformação desses paradigmas pode ser compreendida como significante da contemporaneidade. É por meio desses entendimentos que esta dissertação procura analisar a obra mais recente de Adriana Lisboa, particularmente os romances *Rakushisha* (2007), *Azul-corvo* (2010) e *Hanói* (2013). Assim, tenciona-se repensar a estrutura de relações entre nação e família na ordem metonímica, considerando o questionamento do pertencimento tradicional como fundamental na atualidade, direcionando-o para o surgimento de formas até então marginalizadas de encarar o nacional e a filiação.

**Palavras-chave:** identidade; pertencimento; família; nação; Adriana Lisboa.

The increase in mobility across the countries seems to indicate a change of perception of the contemporary persona, creating a common feeling on most of the globalized world on the free boundary crossing and access to different cultures, both physically and virtually. Literature has interpreted this *zeitgeist* in the representation of subjects in transit, deeply discussing the collective and individual affiliation. This reflection falls on the concepts of nationality and family, which have historically been understood in a metonymic way, so that the transformation of these paradigms can be understood as significant of contemporaneity. It is under these understandings that this dissertation analyzes the latest work by Adriana Lisboa, particularly the novels *Rakushisha* (2007), *Blue-Crow* (2010) and *Hanoi* (2013). It intends to rethink the structure of relations between nation and family in a metonymic order, considering the questioning of traditional belonging as fundamental nowadays, directing it to the emergence of forms hitherto marginalized to face the national and the filiation.

**Keywords:** identity; belonging; family; nation; Adriana Lisboa.



<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>01</b>
<b>I. O problema e a hipótese</b>	<b>01</b>
<b>II. A estrutura de análise</b>	<b>02</b>
<b>III. A autora e a crítica</b>	<b>03</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>06</b>
<b>1.1 Migração, alteridade e a condição de estrangeiro</b>	<b>06</b>
<b>1.2 A problemática da migração na contemporaneidade: geografias pós-modernas</b>	<b>13</b>
<b>1.3 Nomear o deslocamento: a política da mobilidade</b>	<b>17</b>
<b>1.4 A mobilidade e o cânone literário brasileiro</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>29</b>
<b>2.1 O pertencimento em nível macro: a fantasia do imaginário nacional</b>	<b>29</b>
<b>2.2 O pertencimento em nível micro: a ilusão do conceito familiar</b>	<b>35</b>
<b>2.3 O pertencimento como metonímia: a literatura, a nação e a família</b>	<b>40</b>
<b>2.4 Às margens do pertencimento: emergência de vozes periféricas</b>	<b>47</b>
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>53</b>
<b>3.1 A trilogia do pertencimento</b>	<b>53</b>
<b>3.2 Os deslocamentos como cenário</b>	<b>55</b>
<b>3.3 A perda como desterritorialização</b>	<b>60</b>
<b>3.4 O nacional a partir das margens</b>	<b>70</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>90</b>

### I. O problema e a hipótese

Esta dissertação pretende realizar uma leitura dos três últimos romances lançados por Adriana Lisboa, a saber, *Rakushisha* (2007), *Azul-corvo* (2010) e *Hanói* (2013), a fim de analisar como o processo de pertencimento identitário e familiar se desenvolve nas obras citadas. Para tanto, procuram-se agregar e relacionar diferentes saberes humanos, da sociologia, geografia, história, crítica e história literária, numa aproximação desses romances para entender como os deslocamentos humanos, e suas respectivas motivações, são responsáveis por transformar os paradigmas nacional e familiar. A abordagem procurará observar como se representam diferentes personagens, que, ao ocuparem contextos multiculturais responsáveis por descentramentos identitários, serão tentados a reformular aspectos essenciais de suas experiências, em obras que possibilitam um diálogo atual com a realidade dos êxodos nacionais.

A importância de questionar o ideal de pertencimento coletivo e individual, tópicos presentes nas obras de Adriana Lisboa, se baseia na necessidade de discutir e compreender as representações da temática do deslocamento humano, nos últimos anos, devido ao crescimento das migrações e, conseqüentemente, dos números de refugiados e estrangeiros, particularmente na Europa.

Apesar de em número menor, a chegada de refugiados se fez notar no Brasil, principalmente no ano de 2015, devido à repercussão de ataques xenofóbicos e racistas, evidenciando a reprodução de preconceitos e desigualdades contra estrangeiros oriundos de países periféricos. A onda xenófoba e a incapacidade do poder público de lidar com essa massa migrante chamam a atenção para alternativas que possibilitem refletir sobre o fenômeno e a pluralidade contida nele, de forma que a produção artística possa aproximar o leitor dessas experiências. Como parte constitutiva do mundo social, a literatura, por meio de suas representações, pode nos permitir abordar esse problema dando a ver as omissões e exclusões de nossa realidade, de maneira a pensar o deslocamento humano de maneira produtora:

Ela [a literatura] expressa visões de mundo que são coletivas de determinados grupos sociais. Essas visões de mundo são informadas pela experiência histórica concreta desses grupos sociais que as formulam, mas são também elas mesmas construtoras dessa experiência. Elas compõem a prática social material desses indivíduos e dos grupos sociais aos quais eles pertencem ou com os quais se relacionam. Nesse caso, analisar visões de mundo e ideias transformadas em textos literários supõe investigar as condições de sua produção, situando seus autores histórica e socialmente. (FACINA, 2004, p. 25)

Essa dissertação, portanto, convida a pensar o deslocamento humano para além do simples trânsito e do choque cultural decorrente desse processo, através das consequências individuais que podem repercutir e influenciar num nível coletivo, do familiar ao nacional. Isto posto, pretende-se aprofundar a leitura de Adriana Lisboa na perspectiva das modificações do sistema metonímico de pertencimento, motivadas pelo sentimento contemporâneo de movimento, abordando as transformações paradigmáticas consequentes.

## **II. A estrutura da análise**

Convida-se a acompanhar, nessa dissertação, uma abordagem dos romances de Adriana Lisboa, em busca de uma leitura que englobe questões relativas à migração, à globalização e à diacronia do paradigma familiar. Esse percurso pretende valer-se da ideia de deslocamento, seja geográfico ou conceitual, como definidor da contemporaneidade, na forma de um *zeitgeist*, ou seja, um espírito do tempo comum ao mundo globalizado. Almeja-se demonstrar a construção e a evolução histórica desse sentimento e a influência deste na representação e nas experiências construídas pelas obras em análise.

No primeiro capítulo, a problemática da migração será o foco do texto por meio da compreensão das consequências do contato com o outro. Para tanto, a mobilidade humana é avaliada no seu impacto sobre o imaginário humano, principalmente no século XX e XXI, tomando o romance *O estrangeiro*, de Albert Camus, como paradigmático dessas influências. Dando continuidade a essa linha de pensamento, aborda-se o conflito das delimitações geográficas nacionais perante a amplitude do movimento humano, através de um exemplo recente de violência e da desigualdade no deslocamento, rumo a uma discussão sobre o ato de nomear o deslocado e o conteúdo histórico-político presente neles. Por fim, o capítulo é concluído por meio de uma análise diacrônica da representação do movimento humano no cânone literário brasileiro, de forma a entender o tratamento da temática na produção artística do Brasil.

No capítulo seguinte, propõe-se a análise das relações entre a família e a nacionalidade, à procura de investigar o processo metonímico de espelhamento presente nessas estruturas basilares da identidade. Inicialmente, procura-se entender a questão do imaginário nacional e o questionamento imposto pela migração a essa estrutura do identitário. Após, discute-se a concepção de família nos termos da sua construção histórica e consequentes mudanças no decorrer do tempo, encontrando-a, já no século XX e XXI, ameaçada na sua forma tradicional, pelo contato com a alteridade na forma de minorias excluídas do paradigma familiar. No

tópico seguinte deste capítulo, a estrutura de relações metonímicas, no espelhamento da família na nação e vice-versa, é analisada com foco na representação dessa associação na produção literária. Essa discussão culmina no exame de como as vozes marginais à identificação nacional colidem e debatem as formas normativas de pertencimento, resultando numa representação artística que vá de encontro ao modelo familiar tradicional, reposicionando-o no contexto multicultural.

O terceiro e último capítulo, tendo por base os conceitos teóricos e autores discutidos nos dois primeiros capítulos, apresenta a análise dos romances citados de Adriana Lisboa, unindo-os sob a ideia de uma trilogia que congrega diferentes formas de pertencer em meio à diversidade e à pluralidade do mundo globalizado, em vista dos processos de reformulação identitária que se dão a partir da experiência limítrofe da perda. Nesse sentido, são propostas leituras dos romances norteadas por conceitos que os unem, como o desenrolar narrativo no contexto do deslocamento, além da perda como motivadora de transformação identitária. O capítulo se encerra culminando na revisão do conceito de nacional, nos romances, mediados pelo seu caráter metonímico, produzido por uma perspectiva posicionada às margens do discurso oficial de pertencimento.

Pretende-se, por meio deste trabalho, contribuir para o desenvolvimento da crítica e história literária acerca da produção brasileira contemporânea, num enfoque que privilegie a representação ou a narrativa de grupos minoritários e excluídos. Esta dissertação almeja, ainda, inscrever sua perspectiva de análise numa linha que problematize os trânsitos migratórios no seu contexto histórico e na expressão estética resultante dessa provocação temática. Sobre a autora, sugere-se uma via de leituras que se distancie da tendência crítica de posicionar Adriana Lisboa num campo de produção literária voltada para locução literária da delicadeza e da sensibilidade (Lopes, 2007), pensando sua obra a partir de uma contundência de temáticas e aprofundamento de questionamentos caros à contemporaneidade.

### **III. A autora e a crítica**

A produção romanesca mais recente de Adriana Lisboa, composta pelas obras analisadas nesta dissertação, tem a questão da migração como temática motivadora e é tentador pensar que essa abordagem está relacionada às experiências de deslocamento da própria autora<sup>1</sup>. Nascida no Rio de Janeiro, em 1970, morou na França e nos Estados Unidos e já publicou, até

---

<sup>1</sup> Ver **Lisboa**. Direção: Eduardo Montes-Bradley. Produção: Soledad Liendo. Colorado, Denver – EUA, Heritage Film Project/On Campus Productions, 2012. 26', HD, inglês/português/legendas em inglês, cor, documentário.

o momento, seis romances que sedimentaram sua carreira como escritora dentro e fora do Brasil.

Embora o foco deste trabalho resida na persistência temática do deslocamento humano, desde seu primeiro romance, *Os fios da memória* (1999), a reflexão sobre estruturas identitárias, principalmente a família, sempre teve destaque em sua produção. Neste primeiro livro, que apresenta uma narrativa de reconstrução genealógica, ainda que fragmentada, há um diálogo com a história do Brasil e da nacionalidade em si, promovido pelo resgate de diários na casa recebida como herança. Não falta ao texto um enfoque sobre as lacunas desse processo identitário, marcado pela miscigenação, traço constitutivo da realidade brasileira.

Seu segundo romance, o célebre *Sinfonia em branco* (2001), traz, mais uma vez, o resgate da memória do trauma familiar de duas irmãs, numa narrativa que opõe passado e presente, acompanhando o esfacelamento do núcleo familiar. Mais uma vez, a ideia de pertencimento é colocada à prova devido ao estupro incestuoso que provoca a descontinuidade da filiação. Essa ruptura ainda dialoga com a impossibilidade do pertencimento coletivo, tendo em vista que “a memória íntima (...) se situa no centro da construção narrativa, sem possibilitar a reconquista triunfante da genealogia familiar em sua alegoria, a construção da identidade nacional” (SCHOLLHAMMER, 2009, p. 135). A obra foi agraciada com vários prêmios, entre eles o Prêmio José Saramago, em 2003, que a tornou consagrada no Brasil e no mundo.

Em 2003, lançou o romance *Um beijo de colombina* que, mais uma vez, discute o paradigma familiar tradicional na negação de filiação afetiva, na forma do suicídio, ou na possibilidade de composições familiares não normativas, por meio da bissexualidade. Tal obra ainda apresenta um diálogo direto com a obra poética do escritor Manuel Bandeira, recurso que será revisitado por Lisboa no seu romance seguinte, *Rakushisha* (2007).

A crítica literária costuma ressaltar, na obra de Adriana Lisboa, o estilo ligado a uma prosa poética, eivada de metaforizações, que a posiciona num linha literária da delicadeza e da sofisticação estilística.

Para Paloma Vidal (2013), o apuro linguístico de Lisboa estaria relacionado a um certo caráter anacrônico, o qual corresponde a uma escrita “que arrisca se voltar para a memória para trazer à superfície o que a urgência e a superficialidade do mundo contemporâneo não permitem ver”, que reiteraria “uma maneira deslocada de ser contemporâneo” (p. 301). A proposta de investigação deste trabalho pretende enriquecer o debate em torno da autora, indo além de chaves de leitura que simplesmente a apontem no domínio de “uma escrita que foi

identificada com a leveza, a simplicidade e até a ingenuidade em oposição ao peso da longa tradição metafísico-política” (p. 311), por entender que a obra de Adriana Lisboa não se furta dessas mesmas reflexões.

Karl Erik Schollhammer (2009), numa ótica mais abrangente, ainda reflete sobre a produção literária da autora no sentido de que a escrita “deposita sua esperança na sensibilidade delicada dos pormenores do universo doméstico” (p. 135). Não obstante, mesmo que a localize em oposição ao polo de um realismo brutal e marginal, Schollhammer pondera que

a literatura que hoje trata dos problemas sociais não exclui a dimensão pessoal e íntima, privilegiando apenas a realidade exterior; o escritor que opta por ressaltar a experiência subjetiva não ignora a turbulência do contexto social e histórico. (p. 15)

Pretende-se, com esta dissertação, reforçar uma leitura da obra recente de Lisboa que vá além de um reforço crítico do preciosismo estilístico da autora, mas que a posicione em proximidade, temática e estrutural, de autores como João Gilberto Noll e Bernardo Carvalho. Com foco nas revisões dos modelos identitários do nacional, o presente trabalho procura ressaltar a discussão, principalmente nos últimos romances da autora, de

um projeto nacional que já não dá conta da experiência contemporânea [que] revela precisamente um conceito de identidade como produção permanentemente incompleta, em contínuo processo, constituída sempre a partir do interior e não do exterior da representação, e que não se circunscreve a um determinado espaço geográfico particular. Desse modo, essa perspectiva ficcional problematiza a própria autoridade e a autenticidade que a expressão identidade nacional, nesse caso a brasileira, reivindica como própria por meio de inúmeros processos discursivos e simbólicos. (THOMAZ, 2012, p. 66)

Portanto, nas próximas páginas, a proposta de aproximação das obras de Lisboa pretende ressaltar os meandros de um pertencimento não mais mediado pela simples referência nacional, mas influenciado por um contexto globalizado que possibilita uma pluralidade de referenciais identitários.

*A única pátria, estrangeiro, é o mundo que nós habitamos; um só Caos produziu todos os mortais.*

Méléagre de Gadara

### 1.1 Migração, alteridade e a condição de estrangeiro

A mobilidade apresenta-se como aspecto fundamental, tanto na cultura ocidental quanto oriental, ao participar de modo ontológico da construção das relações humanas. Assim, esse conceito de movimento, atualmente, permeia toda a diversidade de espaços utilizados pelo humano, bem como sua relação com o tempo e com o outro, numa intermediação prejudicada pelos acasos do capital financeiro. Segundo Marc Augé (2010), a atual mobilidade “corresponde largamente à ideologia do sistema da globalização” e é expresso “nos movimentos de população (migrações, turismo, mobilidade profissional), na comunicação geral instantânea e na circulação dos produtos, das imagens e das informações” (pp. 15-16). Essa inevitabilidade da participação no caráter móvel do mundo globalizado assevera, segundo Zygmunt Bauman (1999), que “todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia, em movimento” (p. 08), vaticínio que compõe um mundo no qual a imobilidade corresponde a uma não existência.

A literalidade dessa predição encontra eco numa notícia do dia 31 de julho de 2015<sup>2</sup>: um vendedor ambulante morreu atropelado por um trem no Rio. O trágico da situação desdobra-se além da narrativa do excluído abalroado pelo símbolo originário da modernidade: a companhia responsável pelos trens do subúrbio ordenou que o trem passasse por cima do corpo para não atrasar as outras composições, repletas de passageiros ávidos por chegar em casa. Sua desumanização final foi morrer no horário de pico. Ao transformar-se, definitivamente, em ser imóvel, o ambulante (que, ironicamente, carregava na profissão – ilegal e marginal – a condição da mobilidade) tornou-se localizado, privado de seus movimentos, num mundo que privilegia a velocidade e a dinâmica: o repositório mínimo da dignidade humana reside hoje

---

<sup>2</sup> MARTÍN, Maria. A dignidade morreu no horário de pico. **El País Brasil**, São Paulo, 31 jul 2015.

na sua mobilidade. Como afirma Bauman, “a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança” (p. 08). Parafraseando os versos de Chico Buarque, o ambulante sequer teve direito, ao morrer na contramão, de atrapalhar o tráfego ou o público.

A história do conceito de mobilidade dialoga diretamente com as noções de migração e de alteridade, ao produzir uma perspectiva sobre ser estrangeiro que foi reformulada durante a modernidade e a contemporaneidade. Ao ressignificar as noções de espaço e tempo, produzindo uma nova maneira de lidar com a distância e a presença, a globalização acaba por reformular a forma de pensar o outro, já que o acesso a diferentes culturas está a um clique de distância e a um piscar de olhos (GARCÍA CANCLINI, 2007). A própria figura do nômade, estrangeiro de todos e habitante de todo o mundo, muda de valores diante da revisão conceitual que as possibilidades do mundo globalizado processam: “enquanto na modernidade o nômade era uma figura ameaçadora e que rompia com o modelo mais saudável de vida, ele se torna a metáfora geográfica por excelência da pós-modernidade” (HAESBAERT, 2004, p. 242).

Essa mudança de perspectiva encontra-se historicamente vinculada aos conflitos pós-coloniais e imperiais do século XX, época que gerou a maior quantidade de refugiados, imigrantes, deslocados e exilados da história da humanidade (SAID, 1995). Sendo a modernidade a era de consolidação do Estado-nação, geograficamente localizado, a ocupação do espaço tornou-se a principal prerrogativa desse momento, acompanhado de uma pedagogia de ideologia nacionalista, produzindo sujeitos e imaginários que se adequassem à ideia de um povo uno e espacialmente situado. Inevitavelmente, esse projeto deixou pelo caminho aqueles que não se encaixavam (ou não desejavam se encaixar) e passaram a constituir, em sua diversidade,

uma alternativa concreta à autoridade do Estado; pessoas cujo estatuto corrente deriva ou da descolonização (trabalhadores, migrantes, refugiados, *Gastarbeiter*<sup>3</sup>) ou de grandes mudanças demográficas e políticas (negros, imigrantes, *squatters*<sup>4</sup> urbanos, estudantes, revoltas populares, etc.) (SAID, 1995, p. 400).

Hannah Arendt (1997) identifica a problemática da migração compulsória, na Europa, com a insurreição da Primeira Guerra Mundial, momento em que diversas minorias sofreram a negação dos seus direitos humanos, coletivos e individuais, por meio da desterritorialização ou da repatriação compulsória. O processo de desnacionalização como política autoritária tornou minorias, migrantes e apátridas instituições permanentes a partir do século XX. A

---

<sup>3</sup> Do alemão, “pessoa com permissão temporária para trabalhar em outro país, trabalhador convidado”.

<sup>4</sup> Do inglês americano, “intruso que se apossa de terras alheias, colonizador em terras devolutas, intruso que se instala em imóvel desocupado”.



magnitude desse fenômeno, que chegou ao ápice com a Segunda Guerra Mundial, foi conceituada com a expressão *displaced persons*, para os quais “a espera sem fim preciso, a ociosidade, a ansiedade e o desespero acarretavam-lhe, além da perda da identidade, a falta absoluta de um ponto de referência no mapa. Procediam de lugar nenhum e não tinham pra onde ir” (QUEIROZ, 1998, p. 599). Essa categoria e esse sentimento de inadequação ao mundo moderno e contemporâneo desenvolveram-se num fenômeno mais profundo, não mais restrito aos refugiados de conflitos bélicos, mas também a “homens que já não se apegavam tanto a nacionalidade e estavam dispostos a serem eventualmente assimilados por outra comunidade nacional”, assim como “pessoas sem Estado [que] haviam demonstrado surpreendente teimosia em reter a sua nacionalidade” (ARENDDT, 1997, p. 316). Outras pessoas se identificaram com as possibilidades de deslocamento contemporâneo, em parte guiadas pela contestação de um sistema de fronteiras e confinamentos, em parte iludidas pela difusão do sonho do consumismo, numa aparente contradição. No entanto,

não é exagero dizer que a libertação como missão intelectual, nascida na resistência e oposição ao confinamento e devastação do imperialismo, agora passou da dinâmica estabelecida, assentada e domesticada da cultura para suas energias desabrigadas, descentradas e exiladas, que têm sua encarnação atual no migrante (SAID, 1995, p. 407).

A eleição do migrante como personagem principal da segunda metade do século XX transforma a consciência global ao trazer o deslocamento para o centro da epistemologia ocidental, modificando-o em nível ontológico, promovendo uma ruptura com o pensamento hierárquico dominante, na visão de Rogério Haesbaert (2004). Dessa forma, mais do que uma fluidez sem fronteiras, trata-se de uma aguda percepção da não fixidez das fronteiras, ligadas ao desejo contínuo de atravessar e transgredir, o que compõe a concepção de mundo do sujeito contemporâneo.

Da tensão resultante do contato entre diversas culturas e diferentes mundos, o sujeito em trânsito experiencia uma ansiedade fruto de viveres diaspóricos e de jornadas de migração, principalmente no mundo pós-colonial, segundo Homi Bhabha (1998). É esse sujeito que já se prenuncia na Segunda Guerra Mundial, sendo esta símbolo máximo que é da disjunção espacial-identitária, ao tornar a territorialização dos campos de concentração a forma abrupta e máxima de desterritorialização e desidentificação humana. Nesse contexto, o *lugar*<sup>5</sup> (signifi-

---

<sup>5</sup> Cabe aqui explicitar que eventuais diferenças de tradução e aporte teórico possam levar a discussões quando da escolha dos termos *lugar* e *espaço*: enquanto Tim Cresswell (2009) utiliza o termo *place* (lugar) em oposição a *space* (espaço), sendo que o primeiro “com a teoria da geografia e a filosofia, pôs-se a significar segmentos significativos de espaço – localidades imbuídas de significado e poder. Um *lugar* é um centro de significado” (p. 03); Michel de Certeau (2004) postula que “um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. (...) Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam. (...) Em suma, o espaço é um local praticado” (pp. 201-202). Michel Foucault (2009)

cante) perde seus elementos constitutivos de identificação, de significado, tornando-se apenas *espaço*, povoado por deslocados. Historicamente, a partir desse marco, a noção espacial desenvolve-se na Guerra Fria por meio da negação do espaço enquanto local de conflito, promovendo disputas indiretas entre países partidários das ideologias díspares, relegando-as às nações periféricas.

É nesse contexto que Frederic Jameson (1991, *apud* BHABHA, 1998) entende que o “impacto demográfico e fenomenológico das minorias e dos migrantes no interior do Ocidente pode ser crucial na concepção do caráter transnacional da cultura contemporânea” (p. 295). Essa implosão de perspectivas e de referenciais espaciais, nacionais e humanos produz um sujeito que se afigura fracionário, que emerge do *entre-lugar*. Tomando seu descentramento como elemento fundante, o sujeito “revela a ansiedade de unir o global e o local, o dilema de projetar um espaço internacional sobre os vestígios de um sujeito descentrado, fragmentado” (p. 297).

Tal momento histórico é responsável por produzir, nas palavras de Anatol Rosenfeld (1996), “certo *Zeitgeist*, um espírito unificador que se comunica a todas as manifestações de culturas em contato, naturalmente com variações nacionais” (p. 75), próprio do mundo interligado que se desenvolve principalmente a partir dos anos 70, mas cujos ecos já se previam nas crescentes mobilidades humanas do pós-Segunda Guerra. Ciente dessa multiplicidade e complexidade do mundo contemporâneo, Rosenfeld reforça que “não só haja interdependência e mútua influência entre esses campos, mas, além disso, certa unidade de espírito e sentimento de vida, que impregna, em certa medida, todas as atividades” (p. 76).

Com a transição do sujeito da primeira metade do século XX, que ainda acreditava estar protegido por direitos sociais e humanos de ordem divina (ARENDDT, 1997), essa nova sociedade moderna secularizada e emancipada o afasta de suas certezas, principalmente devido ao trauma indelével da experiência do Holocausto. A entrada nesse mundo de incertezas, no qual a vida não é mais explicada por nenhuma fé, religião, ideologia ou ciência, desampara o sujeito do pós-Guerra, que se angustia com sua própria liberdade e mobilidade (DAPIEVE, 2012). Não à toa, a obra de Albert Camus, *O estrangeiro*, publicada em pleno 1942, evoca e

---

não parece estabelecer distinções maiores entre essas denominações, utilizando-as, nos limites da tradução, como sinônimas: “O espelho, afinal, é uma utopia, pois é um lugar sem lugar. No espelho, eu me vejo lá onde não estou, em um espaço irreal” (p. 415). Entendemos, no entanto, que tais divergências denominativas confluem para a mesma discussão teórica: a ausência *versus* a presença de conteúdo de ordem histórica e ideológica, e suas diferenças no original e na tradução relacionam-se, antes, a discrepâncias de ordem cultural do que a escolhas linguísticas. Na língua portuguesa, parece-nos evidente a distinção semântica entre ambos, tendo em vista que em dicionários, como o Michaelis (2015), *espaço* é definido como “extensão superficial limitada; área”, enquanto *lugar* é “o espaço ocupado por um corpo”.

sintetiza uma angústia comum ao mundo ocidental da época, lançada na correnteza de um fluxo histórico inexorável, ao mesmo tempo em que se liberta das amarras dos paradigmas constitutivos da era moderna, como nação, povo, religião, dentre outros.

Sendo o próprio Camus um emigrado, argelino radicado na França, o livro parece evocar o estranhamento e a incomunicabilidade de tempos fraturados, no qual a mobilidade é a tônica principal das relações humanas e políticas. A representatividade do texto de Camus inicia-se pelo título original do livro. Em francês, *l'étranger* pode significar tanto *o estrangeiro* quanto *o estranho*, o que caracteriza a duplicidade de identidade e o sentimento de inadequação do protagonista do romance em relação ao mundo. Tal sentimento pode ser resultado da experiência do próprio Camus como minoria, tendo em vista que era, ele próprio, um *pied-noir* (em tradução livre, “pé negro”), termo pejorativo que nomeia os cidadãos franceses oriundos do Magrebe.

No romance, o protagonista, Mersault, percorre a vida numa apatia que o impede de demonstrar interesse real por quaisquer situações e fatos da vida: sequer a morte de sua mãe lhe causa espanto, tristeza ou revolta. O célebre primeiro parágrafo, a partir do qual somos informados da morte da mãe, e todo o desenrolar da narrativa que culmina na sua condenação são apresentados por meio de um sentimento de letargia que evoca a patologia psíquica citada por Maria José Queiroz (1998) acerca dos deslocados em campos de concentração: “Nada interessava aos internados, salvo emigrar, fugir do campo, encontrar um asilo. Mas se a concessão do asilo dependesse de escrever uma carta, preencher um formulário, deixavam-se dominar pela falta de vontade e recaíam na apatia” (p. 600). Esse mesmo sentimento-limite parece dominar Mersault, exceto que emigrar ou fugir não são sentimentos que lhe movam o espírito.

A morte da mãe, da qual ele ignora a idade, metaforiza a perda das origens do sujeito deslocado, no contexto da Segunda Guerra Mundial, momento em que milhões de pessoas deixaram suas terras natais sem qualquer esperança de retorno, tornando-se povos sem Estado (na definição de Hannah Arendt [1997]), ou seja, sem um referencial político e histórico ao qual se remetam, assim como Mersault, que desconhece ou desconsidera dados sobre sua mãe:

A necessidade histórica da ideia de nação entra em conflito com os signos e símbolos contingentes e arbitrários que expressam a vida afetiva da cultura nacional. A nação pode exemplificar a coesão social moderna, porém, o nacionalismo não é o que parece, e sobretudo não é o que parece a si próprio. Os fragmentos e retalhos culturais usados pelo nacionalismo são frequentemente invenções históricas arbitrarias (BHABHA, 1998, p. 202).

A mobilidade e suas tecnologias derivadas surgem no romance como a prisão moderna do sujeito, o que poderia explicar seu cansaço constante e a apatia em participar da vida: as relações humanas e o passar do tempo passam a ser mediados pelos principais símbolos da modernidade. Essa associação é metaforizada pela frieza da comunicação (o telegrama que lhe avisa sobre a morte da mãe), pela presença maciça da mídia jornalística (não guarda memórias ou retratos, apenas recortes de jornais e um inventário mental de móveis) ou pelo tempo mediado pela tecnologia (o horário marcado pela passagem do bonde e dos automóveis ou pela abertura e pelo fechamento dos cinemas).

No romance de Albert Camus, o protagonista é dominado por uma incomunicabilidade basilar, a qual representa sua condição de estrangeiro no mundo, como alguém que não conhecesse a língua na qual se comunica; seu silêncio e sua incapacidade de se relacionar de modo profundo denotam seu distanciamento e instalam uma tensão da comunicação humana. É essa tensão que Homi Bhabha (1998) considera como constitutiva do sujeito da contemporaneidade, situado num entre-lugar irresolúvel, numa fronteira do intraduzível.

Ao contrário dos apátridas analisados por Arendt (1997), que encontravam no crime uma forma limítrofe de pertencimento e de amparo estatal, para Mersault tampouco o crime ou a punição o conectam ao mundo. Identificado com as minorias (o que acaba por reforçar sua condenação), descrente da redenção por meio da religião e da fé e incapaz de se abalar diante de um Estado responsável pelo seu destino, a personagem representa o sujeito que não pode ser conformado pelas instituições disciplinares do Estado:

O tribunal (...) faz dele personagem de romance tradicional para poder condená-lo. Esse tribunal absurdo é um grande símbolo da alienação: entre o réu - cidadão de quem o Estado e seu tribunal tiram o seu direito e força - e este mesmo tribunal criado pelo cidadão, já não existe a mínima relação (ROSENFELD, 1996, p. 94).

Apesar de patricio, sua condição de cidadão não o diferencia das outras minorias migrantes aprisionadas: uma nacionalidade que não é mais pertencimento. No momento final de sua existência, a fé e a religião não lhe trazem qualquer conforto ou reconhecimento. Sua única certeza é a vida e a morte, o destino que não lhe fazia diferença, mas apenas consciente de sua condição:

Mas estava certo de mim mesmo, certo de tudo, mais certo do que ele, certo da minha vida e desta morte que se aproximava. Sim, só tinha isto. Mas ao menos agarrava esta verdade tanto quanto esta verdade se agarrava a mim. Tinha tido razão, ainda tinha razão, teria sempre razão. (...) Do fundo do meu futuro, durante toda esta vida absurda que eu levava, subira até mim, através dos anos que ainda não tinham chegado, um sopro obscuro, e esse sopro igualava, à sua passagem, tudo o que me haviam proposto nos anos, não mais reais, que eu vivia. Que me importavam a morte dos outros, o amor de uma mãe, que me importavam o seu Deus, as vidas que as pessoas escolhem, os destinos que as pessoas elegem, já que um

só destino devia eleger-me a mim próprio e comigo milhares de privilegiados que, como ele, se diziam meus irmãos. (CAMUS, 2012, pp. 124-125).

A eleição d'*O estrangeiro*, de Camus, como epítome do homem cindido e desnordeado do pós-Guerra parece representar adequadamente o espírito de sua época diante da efervescência conceitual, do reposicionamento político e da dissolução de fronteiras que direcionam o homem ao absurdo de tempos cambiantes. Essa experiência limite de Albert Camus, ao construir um protagonista sem “dimensão interior, [que] vive planando na superfície das sensações” (ROSENFELD, 1996, p. 94), dimensiona a incapacidade inicial e as tentativas de compreensão da nova realidade na qual o sujeito foi projetado, numa liberdade ainda sem qualquer instrumentalidade para a vida humana que o desnordeia e o apatiza.

Num território no qual não mais se localiza ou se identifica, numa relação com o outro marcada pelo silêncio que não se aprofunda numa língua franca, na esterilidade das ações cotidianas e mecanizadas, na desesperança das relações com o Estado ou a religião que são sua própria ruína, *O estrangeiro* se erige como paradigma de um tempo incerto. O seu sentimento de estrangeiridade, de viver deslocado e etéreo, representa a quebra de um arquétipo de território, outrora como espaço de identificação, localização e estabilidade, pontuado por experiências coletivas. O trauma de um sentimento de desterritorialização, de mobilidade de pertencimentos, de fronteiras inexistentes modifica essa percepção humana. Assim, para uma aceção de território que seja significativa, como fruto da interação humana e das relações de poder entre sujeitos não mais espacialmente localizados.

Como observa e sintetiza Donaldo Schüller (2000),

Sem apoio no grupo e na tradição, peculiar ao herói épico, a personagem do romance, rompidos os elos com o passado e com a circunstância imediata, anda em busca do que se perdeu. (...) Os prejuízos causados pela Segunda Guerra aos europeus não pouparam os brasileiros. A desilusão presente nos romances de lá atravessou os mares (pp. 45-46).

Assim, o romance *O estrangeiro* narrativiza um futuro de indefinições fundamentais que dialogam com o sentimento de pertencimento humano, panorama que encontrou ecos à distância, na dilatação espaço-temporal produzida pela globalização, alcançando, na forma de um *Zeitgeist*, o imaginário mundial.

## 1.2 A problemática da migração na contemporaneidade: geografias pós-modernas

A mobilidade humana global é constitutiva e característica da segunda metade do século XX e do atual século XXI, a ponto de o nomadismo, o sentimento migratório, ser considerado a chave para compreender a contemporaneidade (GARCÍA CANCLINI, 2007). Tratando apenas de migrações legalizadas, o sociólogo Manuel Castells (2002) afirma que, em 1975, havia 84 milhões de pessoas vivendo fora de seu país de origem; ao final do século XX, esse número variava entre 130 e 145 milhões. Ainda que os deslocamentos populacionais volumosos não sejam restritos a esse período histórico, a sua relevância está, principalmente, na transformação da formação étnica das sociedades ocidentais. O fenômeno atual se diferencia ainda por estar associado a uma flexibilização, pois, segundo Néstor García Canclini (2007),

as migrações do século XIX e da primeira metade do século XX eram quase sempre definitivas e desligavam aqueles que partiam dos que ficavam, ao passo que os deslocamentos atuais combinam traslados definitivos, temporários, de turismo e viagens breves de trabalho (p. 72).

Os fluxos de migração seguem crescentes e os reflexos xenofóbicos e racistas resultantes associam a questão da migração a um problema dos Direitos Humanos, reforçando a leitura de Arendt (1997), em meados do século XX, sobre o tratamento totalitário das minorias como um problema de ordem absolutamente política:

Isso quase nada tinha a ver com qualquer problema material de superpopulação, pois não era um problema de espaço ou de demografia. Era um problema de organização política. (...) Algo mais fundamental do que a liberdade e a justiça, que são os direitos do cidadão, está em jogo quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu, e quando o não pertencer a ela não é um ato da sua livre escolha (...). Esse extremo, e nada mais, é a situação dos que são privados dos seus direitos humanos. (pp. 327-330).

Num contexto global em que movimentar-se é uma exigência e as distâncias são cotidianamente encurtadas, o fluxo migratório, na maioria das vezes, deixa de ser uma escolha e torna-se uma imposição, principalmente quando motivado por questões financeiras, de segurança, ecológicas ou políticas. É nesse aspecto que Rogério Haesbaert (2006) define a desterritorialização como “uma precarização das condições básicas de vida e/ou a negação da expressão simbólico-cultural” (p. 251) do indivíduo, na medida em que a territorialização refere-se à integração no fluxo das conexões globais, “uma relação de poder, mediada pelo espaço, ou seja, um controlar o espaço e, através deste controle, um controlar de processos sociais” (p. 259). O autor salienta que ocorreu uma inversão histórica dos processos de territorialização e desterritorialização, a partir da valoração do movimento como um fator positivo na contemporaneidade, no qual a imobilidade pode vir a tornar o sujeito mais vulnerável, impelindo-o,

ainda que fixo, a uma “desterritorialização”. Dentro dessa perspectiva, situações de exclusão representam a impossibilidade de gerir o território que se ocupa ou o próprio movimento, como no caso das prisões, dos campos de concentração, da escravidão, baseadas na localização ou na remoção forçadas.

Ainda hoje, o noticiário envolvendo situações de exclusão de indivíduos e de grupos ligados à migração é numeroso. Todo o processo de exploração e imperialismo das potências europeias trouxe consequências estruturais aos países colonizados, produzindo o deslocamento atual, um movimento de retorno ao “centro” dos paradigmas outrora impostos. Segundo Stuart Hall (2005), o trânsito de pessoas da periferia em direção às metrópoles resultou

num dos períodos mais longos e sustentados de migração ‘não-planejada’ da história recente, impulsionadas pela pobreza, pela seca, pela fome, pelo subdesenvolvimento econômico e por colheitas fracassadas, pela guerra civil e pelos distúrbios políticos, pelo conflito regional e pelas mudanças arbitrárias de regimes políticos, pela dívida externa acumulada de seus governos com os bancos ocidentais (p. 81).

No ano de 2015, um sem-número de reportagens envolvendo violações aos direitos humanos, principalmente relacionadas às imigrações ilegais e ao tráfico de pessoas, ganhou destaque na mídia. Só em abril deste ano<sup>6</sup>, mais de mil imigrantes, principalmente da Líbia, morreram no mar Mediterrâneo tentando chegar a Europa, devido a naufrágios de embarcações ilegais<sup>7</sup>. Uma imagem (Figura 1) do acidente, que não foi veiculada pelos grandes jornais, mas que alcançou e chocou o mundo, é extremamente representativa da situação: vários corpos dos imigrantes, negros, afogados foram trazidos à praia pela correnteza do mar, como se fossem cardumes ou expurgos de uma pesca – ironicamente, as embarcações naufragadas são barcos pesqueiros.

A animalização inegável da figura humana nesta imagem dialoga diretamente com a escravidão perpetrada contra os antepassados dos imigrantes negros que se afogaram, com a evidente evocação dos navios negreiros que, assim como os atuais, faziam o mesmo percurso em direção à exploração e à iniquidade nas metrópoles, situação que não se modificou na atualidade. Se em outro momento, a mobilidade estava ligada à negação do direito à liberdade, a mobilidade atual é igualmente impelida, agora pelas condições de miséria oriunda da exploração imperialista europeia, transformando a liberdade em desamparo e em cadeia cíclica de abusos.

---

<sup>6</sup> AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. Cerca de 700 imigrantes desaparecem no Mediterrâneo após naufrágio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2015.

<sup>7</sup> A dimensão desse problema já apresenta uma persistência histórica, tendo em vista que a Itália possui, desde 2013, um programa naval para frear a imigração ilegal por meio marítimo, atualmente chamado de Operação Tritão da Frontex, que substituiu a Operação Mare Nostrum.

Nesse contexto, é necessário rever a tendência à mobilidade no globo sob uma ótica crítica, que evidencia a reprodução da desigualdade social histórica no deslocamento, tendo em vista que a garantia do trânsito livre no mundo globalizado está restrito às classes privilegiadas. Dessa maneira, a atual era de globalização capitalista apresenta uma contrapartida de progressiva exclusão sócio-espacial, fazendo com que “uma massa cada vez maior de pessoas fique à margem das benesses do sistema econômico” (HAESBAERT, 2006, p. 256), pois, certamente,

uma das características mais lamentáveis da época é ter gerado mais refugiados, imigrantes, deslocados e exilados do que qualquer outro período da história, em grande parte como acompanhamento e, ironicamente, consequência dos grandes conflitos pós-coloniais e imperiais (SAID, 1995, pp. 406-407).



Figura 1 - Corpos de imigrantes líbios que morreram no naufrágio no Mar Mediterrâneo, quando se dirigiam à Itália<sup>8</sup>.

O âmbito econômico, como indicado, é responsável pelas oscilações entre a aceitação e a rejeição do imigrante nas sociedades, aflorando, segundo Abdelmalek Sayad (1998), a distância entre o *direito* e o *fato*: embora, em termos legais, o imigrante seja definido como provisório, sua posição na sociedade é, *de facto*, definitiva, o que reforça as contradições que lhe negam a plenitude como cidadão de direito, classificando-o como um sujeito de exceções. Como minoria pelo direito que lhe é negado, a realidade relega ao imigrado ser uma represen-

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://sociologiareflexaoeacao.wordpress.com/2015/04/23/mortes-de-imigrantes-africanos-no-mar-mediterraneo/>>, acesso em abril de 2015.



tação, sempre um *objeto* do qual se fala, nunca *sujeito* pleno, possuidor de uma *voz*, legitimidade ou capacidade de autorrepresentar-se: como *problema* estabelecido, suas representações são sempre construídas e mediadas por sua provisoriade enquanto objeto das ciências jurídicas, da demografia, da geografia e da sociologia. Processa-se, dessa forma, um conjunto de discursos que sustentam a discriminação do migrante e sua segregação, numa lógica em que “a igualdade de direito [é] recusada usando-se como pretexto as desigualdades de fato, e a igualdade de fato, por sua vez, torna-se impossível devido à desigualdade de direito” (p. 58).

Entendendo o migrante como uma minoria política e econômica, no sentido de sua existência ou permanência estar diretamente vinculada às circunstâncias econômicas e ao status provisório ou definitivo que lhe é atribuído pelo Estado, cabe ressaltar a percepção de Sayad (1998) de que o fenômeno migratório reproduz e prolonga a colonização outrora empreendida, demonstrando, nesse quiasma histórico, “as condições geradoras, as condições de perpetuação e, talvez também, as condições de extinção do fenômeno migratório” (pp. 71-72). Ou seja, apesar de haver uma perspectiva globalizante como padrão do pensamento ocidental pós-moderno, os quadros de xenofobia, exclusão, racismo e violência, fruto do contato colonial, persistem como realidades, de modo que “a instabilidade hoje comum a todos os mercados de trabalho, como consequência da concorrência globalizada, acentua a precariedade da condição dos estrangeiros e dificulta sua integração à nova sociedade” (GARCÍA CANCLINI, 2007, p. 73).

Apesar de a mobilidade ter sido erigida como símbolo da pós-modernidade, que ainda nomeou o migrante como metáfora central dos tempos contemporâneos, é inegável que a experiência humana diante da compressão espaço-temporal do mundo globalizado apresenta diferentes vivências e que elas estão associadas a distintas espacialidades e condições sociais e econômicas. A partir dessa orientação, Doreen Massey (1993, *apud* Haesbaert, 2006) classifica como *geometrias de poder* os meandros do controle econômico e político, em relação aos fluxos e ao movimento, que levam os diferentes indivíduos e grupos sociais a serem situados de formas diferentes nos movimentos produzidos pela compressão tempo-espaço:

Diferentes grupos sociais têm distintas relações com esta mobilidade igualmente diferenciada: alguns são mais implicados do que outros; alguns iniciam fluxos e movimentos, outros não; alguns estão mais na extremidade receptora do que outros; alguns estão efetivamente aprisionados por ela (p. 166).

A economia globalizada, assim, situa-se numa contradição ética e estrutural, ao valer-se da égide do livre deslocamento como requisito para uma acessibilidade mundial, ao mesmo tempo em que as liberdades recém-adquiridas com a interconectividade apenas reproduzem

disparidades sociais, já existentes na era colonial. O pós-modernismo, portanto, ao invocar como paradigmas o trânsito humano indiscriminado e a eliminação de fronteiras nacionais, apenas renova ou aprimora as desigualdades estruturais do capitalismo moderno, numa faceta mais totalitária ao afirmar-se transnacional, solapando economias e culturas regionais e impedindo imigrantes periféricos a se alçarem na viagem em direção ao mundo de prosperidades e benesses. O fenômeno da migração tem, como possibilidade real, afirmar-se como resultado dessa experiência globalizante e ser uma resistência ao discurso acrítico da pós-modernidade, ao trazer à tona e para a intimidade o estranho, o estrangeiro, que desestabiliza as perspectivas homogeneizadas, construídas pelo imaginário de um mundo uníssono.

### **1.3 Nomear o deslocamento: a política da mobilidade**

O termo ‘estrangeiro’ pode representar, no panorama inesgotável de denominações dadas ao deslocado, uma categoria abrangente para lidar com a multiplicidade de acepções dada àquele que deixou sua terra natal. Sendo fruto de um duplo de sistema de referências – ou seja, a oposição entre “a realidade do país de origem e a vivida no país de acolha” (ROLLEMBERG, 1999, p. 32), o emigrado é elemento revelador do intersticial, do instável da ligação: “algo que emerge de um estado constante de contestação e fluxo causado pelos sistemas diferenciais de significação social e cultural” (BHABHA, 1998, p. 312). Por conseguinte, carrega em si as diferenças culturais, entre temporalidades nacionais e globais, que produzem uma tensão de fronteiras, do entre-lugar revelador, o que adiciona um elemento de resistência ao sujeito estrangeiro. Nesse sentido, há um conceito caro aos Estudos Culturais, a *tradução cultural*, que remete à formação de identidades em fronteiras, pertencentes a culturas híbridas, relacionada aos dispersos de sua terra natal que, apesar de manterem fortes vínculos com sua origem e suas tradições, não têm ilusões de retorno ao passado, de forma que

são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. (...) “Eles devem aprender a habitar, no mínimo duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas” (HALL, 2005, p. 89).

Consequentemente, a presença do migrante, fruto dos reordenamentos territoriais pós-Segunda Guerra Mundial, é responsável por transformações geradoras de formas políticas híbridas, instalando, ainda que apenas intelectualmente, um sentimento de inconstância e instabilidade, desestabilizador e contestador da ordem vigente. Como personagem resultante

dessa nova configuração geográfica e política, o migrante carrega em sua origem uma oposição ao nacionalismo, conceito este que projeta o pertencimento a um lugar, um povo ou uma herança cultural. Ao afirmar “uma pátria criada por uma comunidade de língua, cultura e costumes, [o nacionalismo] rechaça o exílio e luta para evitar seus estragos” (SAID, 2003, p. 49), tendo em vista que

assim como a luta pela independência gerou novos Estados e novas fronteiras, da mesma forma ela gerou andarilhos sem lar, nômades, errantes, que não entravam nas estruturas nascentes do poder institucional, rejeitados pela ordem estabelecida por sua intransigência e obstinada rebeldia. E na medida em que essas pessoas existem entre o velho e o novo, entre o velho império e o novo Estado, a condição delas expressa as tensões, irresoluções e contradições nos territórios sobrepostos (SAID, 1995, p. 407).

Em termos de confinamento, após os primeiros anos de reorganização territorial pós-Guerras Mundiais, o campo de internamento veio a se tornar, de uma exceção, uma solução de rotina para o problema dos deslocados de guerra, segundo Arendt (1997). Numa das tentativas dos Estados de resolver a questão das nacionalidades dissidentes dos novos reordenamentos geográficos, após a Primeira Guerra Mundial, o Tratado das Minorias, regulamentado pela Liga das Nações composta à época, foi uma forma de estabelecer garantia de direitos elementares e proteção legal e normativa, reforçando, na verdade, que as minorias deslocadas eram uma instituição permanente. Como tal, o tratado torna explícita a noção de que “somente os ‘nacionais’ podiam ser cidadãos, somente as pessoas da mesma origem nacional podiam gozar de toda a proteção das instituições legais” (p. 308), assumindo que as leis de um país não podiam abarcar aqueles que insistiam numa nacionalidade diferente. O surgimento dos Estados-nação também foi responsável pela abolição do direito de asilo, antes uma instituição tradicional que foi se tornando anacrônica. Estava enterrado o princípio clássico de que *aquela que está no território é do território* (em latim, *quid est in territorio est de territorio*), e o mundo ocidental entrava no momento de constatação de que, acerca dos refugiados, “era impossível desfazer-se deles e era impossível transformá-los em cidadãos do país de refúgio” (p. 314).

Na década de 50 do século XX, com a Convenção de Genebra e a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a noção de *temor* passa a ser definidora do refugiado, no sentido do receio de ser perseguido por sua religião, por sua nacionalidade, por sua opinião política ou ligação a grupo social, levando a uma exclusão dentro da exclusão que é ser refugiado: estavam fora deste conceito vítimas da fome ou de desastres naturais (ROLLEMBERG, 1999). Ao valer-se do temor como fonte de refúgio, o ACNUR vitimiza o refugiado, ao ignorar que, muitas vezes, o exilado político é um opositor e, como

tal, desafia e enfrenta o poder vigente, afastando-se dessa condição de vítima. Posteriormente, com o acirramento dos conflitos armados, frutos da violência e da miséria, na segunda metade do século XX, a figura do migrante passou a ser relacionada ao trabalhador, ligando-o apenas ao trabalho e à economia, o que reduz a multiplicidade de motivações que levam o humano a se colocar em deslocamento e discutir as fronteiras e limites de território e de pertencimento.

Personificando a alteridade, a presença que tensiona e reflete as ausências silenciadas, o migrante demonstra o sistema de confinamento e ordenamento estatal, dando a ver a hierarquia e posicionando-se como algo que, por não ser previsto, não pode ser arregimentado. É nesse sentido que o Estado e suas instituições procuram, desde a expansão do fenômeno territorial migratório do século XX, confinar o deslocado, seja em termos práticos ou conceituais, de forma a poder governá-lo, pois, “para ser governado, o povo precisa ser contado, tributado, educado e evidentemente dominado em locais regulamentados” (SAID, 1995, p. 400).

O ato de nomear o exilado se torna parte de uma política estatal de contenção, classificação e destino contra aqueles que ousavam deixar a sua terra, quaisquer que fossem os motivos. Com a interconexão das sociedades, fruto da globalização e da extinção simbólica das fronteiras, a diversidade de movimentos individuais e coletivos acresce, à discussão da estrangeiridade, denominações que sugerem especificidade às situações de deslocamento, como diáspora, e/ø/i-migração, desterritorialização, errância, nomadismo, transnacionalismo, ou aos sujeitos fora de seu espaço, como desterrados, refugiados, deslocados, exilados, dentre várias outras. No entanto, essas denominações escasseiam o debate cujo foco repousa sobre a desigualdade social e os extremos econômicos que provocam, mantêm ou se aproveitam dos deslocamentos humanos, pois “raramente se questiona o direito dos ricos ou dos bem-educados de viajar” (GARCÍA CANCLINI, 2007, p. 73). Além do estrato econômico ou social do qual se originam, os migrantes ainda são classificados em outros níveis:

como se costuma destacar na literatura sobre migração, deve-se distinguir nesse período a migração voluntária, quase sempre por motivos econômicos, daquela causada por violência, perseguição política ou guerra. (...) Também convém diferenciar o impacto de cada conjunto migratório, que resulta do volume de deslocados, de sua capacidade econômica e nível educacional (p. 72).

García Canclini (2007) reforça que, embora os fluxos migratórios tenham se modificado ou pluralizado suas rotas, direções e seus sentidos durante os séculos XX e XXI, a persistência de estereótipos e da discriminação ainda lança os deslocados numa classe de excluídos. Embora sejam aceitos nos termos das necessidades da economia que os recebe, no contexto sociocultural os migrantes são segregados em bairros, escolas e serviços de saúde, além de resistir uma valoração negativa de suas crenças e costumes. Em oposição à viagem das

classes privilegiadas, Silvano Santiago (2004) postula que, diante do espetáculo da mobilidade no contexto pós-moderno, os pobres constituem uma paisagem anacrônica, ainda que tenham sido “convocados nas suas terras para o trabalho manual e [abrigados] em bairros lastimáveis das metrópoles” (p. 51), desigualdade social esta instaurada em nível transnacional.

Como se vê, a questão do deslocamento humano reproduz em suas possibilidades de movimento o mesmo desequilíbrio social e econômico reforçado pela globalização capitalista. Assim, as misturas culturais híbridas, resultantes das migrações compulsórias ou eletivas, colocam em xeque noções pré-concebidas e constituidoras dos aspectos nacionais, além de aproximar sujeitos de diferentes perspectivas ideológicas, resultando muitas vezes em situações de racismo e xenofobia. Não obstante, os princípios constitutivos da nação como comunidade una e coesa são “minados pela fonte multirracial e pela economia transnacional em que beberam e ainda bebem os estados-nações periféricos e também os hegemônicos” (SANTIAGO, 2004, p. 58).

Ao eleger o migrante como metáfora geográfica dos tempos contemporâneos, conforme nos lembra Haesbaert (2006), ignora-se o controle de indivíduos e grupos sobre o espaço que ocupam ou no qual viajam, ligado à sua posição econômica. Analisar e entender o trânsito humano em tempos pós-modernos ou contemporâneos exigem um aprofundamento direcionado às questões que posicionam os sujeitos como excluídos de uma sociedade, ao mesmo tempo em que sua permanência como minoria é promovida, ainda que despojados de sua legitimidade social e de seus direitos, quer como cidadãos, quer como estrangeiros.

#### 1.4 A mobilidade, suas personagens e o cânone literário brasileiro

A forma, a temática e a produção literária, como constituintes importantes da cultura de um povo, revelam e evocam as possibilidades de representar o imaginário e o espírito de uma época, transmutando em diegese o inconsciente coletivo, em sua forma histórica e política. Como tal, a literatura serviu, principalmente, para uma expressão comprometida com aspectos ideológicos das relações do indivíduo com a nação, seja na sua constituição ou na sua negação. Dessa maneira,

sempre em momentos de tensão política (ratificar o Estado brasileiro, como no romantismo) ou de transformação social (caso do modernismo que deseja ‘atualizar o Brasil), houve de alguma forma mais explícita a tentativa de resumir em alguns personagens uma característica nacionalista. (...) [Eles] revelam as particularidades de uma cultura, sofrem a clivagem de seu tempo e de seu espaço e estão ancorados na cultura em que são produzidos. (FERNANDES, 2007, pp. 11-137).

Propõe-se, nesta etapa do trabalho, uma análise horizontal e diacrônica das formas e processos de construção dos personagens na literatura brasileira nas relações com a identidade e seu espaço, acompanhando a evolução dos sentidos da mobilidade em nosso contexto literário, lido como instância crítica da realidade social.

No que se referem à presença do estrangeiro na constituição da identidade brasileira, todos os países latino-americanos, como terras “descobertas” por outros povos, teve sua cultura imposta. Dessa maneira, a construção da identificação brasileira se dá a partir do olhar do estrangeiro, principalmente nas primeiras manifestações escritas no período colonial. Nos séculos XVII e XVIII, surgem produções literárias que, apesar de imitações da produção europeia, iniciam o reconhecimento dos caracteres do país como elementos constituintes de sua produção literária. É partindo desse fundamento que Antonio Candido (2006) situa a produção de um sistema literário brasileiro a partir de 1750, no sentido de distinguir

manifestações literárias de literatura propriamente dita, considerada aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes numa fase. Estes denominadores são, além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização (p. 25).

Posteriormente, o aprofundamento das relações entre os conceitos de espaço e a constituição da identidade nacional autóctone pode ser localizado durante o Romantismo, no qual se iniciou a valorização do pátrio, do vernáculo, por meio da cultura popular, ao mesmo tempo em que, na Europa, se consolidavam as conquistas da Revolução Industrial e que se formavam, espacial e mentalmente, os estados-nações. O estrangeiro passa a figurar, neste mo-

mento, como uma alteridade, “porém ainda um outro que merece grande valorização, pois sempre será aquele personagem que irá trazer inovações (...) ou irá propor mudanças de comportamento dentro da comunidade local” (CAPAVERDE, 2007, p. 250).

Nessa construção de um sentimento nacional e de uma ideologia unitária, a consciência da mobilidade permeia-se tanto nos personagens quanto na sua paisagem. Já é parte da crítica literária tradicional a leitura do panorama literário nacional criado na obra de José de Alencar, ao procurar narrar diferentes regiões e seus respectivos personagens: o sertanejo, o indígena, a burguesia urbana, o gaúcho, o interior caipira etc. *Iracema* (1865), neste caso, pertence “ao grupo de narrativas fundacionais que inclui a leitura da realidade na intenção de criar uma consciência da identidade nacional” (FERNANDES, 2007, p. 138).

No que se refere aos sujeitos criados com o ideal de representar ou discutir a nação, ao realizar um recorte imagético das narrativas produzidas durante o Romantismo brasileiro, necessariamente ficaram fora do plano personagens que não correspondiam aos ideais nacionalistas de representação do Brasil. Fora desse retrato estavam personagens à margem do desenvolvimento social e econômico, negros, imigrantes, proletários, que, se inicialmente foram narrados com humor e leveza por autores como Manuel Antonio de Almeida, encontram-se dissecados em suas anomias e exclusão sociais pelo movimento naturalista, principalmente na literatura de Aluísio de Azevedo e Adolfo Caminha, denunciando o tratamento governamental dispensado a essa parcela da população. Como defende Silvano Santiago (2004),

Os cacos e as sobras do material de construção, que ajudou a elevar o edifício da nacionalidade, são atirados no lixo da subversão, que deve ser combatida a qualquer preço pela polícia e pelo exército. A construção do Estado pelas regras desse multiculturalismo teve como visada prioritária o engrandecimento do estado-nação pela perda da memória individual do marginalizado e em favor da artificialidade da memória coletiva (p. 58).

É precisamente na passagem entre os séculos XIX e XX que a figura do imigrante surge na produção literária brasileira como reflexo das políticas de desenvolvimentismo da República e branqueamento da população. É esta postura que se representa nas figuras imigrantes estrangeiras presentes n’*O cortiço*, de Aluísio de Azevedo, ainda em 1890. Num aprofundamento dessa perspectiva, logo no início do século, Graça Aranha em *Canaã* (1902), vale-se da personagem imigrante “para corroborar teses identitárias assimilacionistas e denunciar o processo de decadência das instituições nacionais” (TONUS, 2007, p. 331).

Pode-se ler, ainda, no período que se convencionou denominar como Pré-Modernismo, a crise máxima dessa exclusão de parcelas miseráveis ou ignoradas pelo governo e, também, pela representação artística, formadas pelas classes que eram, ao mesmo tempo, plano de fundo das movimentações políticas da mudança da monarquia para a república e

minorias severamente reprimidas pelo poder público. A crise da representação política e do espaço legítimo mimetiza-se na obra literária do início do século XX, por meio de autores como Lima Barreto e Euclides da Cunha, cujas obras principais, respectivamente, *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911) e *Os Sertões* (1902), tratam e retratam as insatisfações políticas e a falta de abertura para a participação pública legítima nas decisões e nos encaminhamentos da nação. Conforma-se, assim,

a realidade de um Brasil plural, onde os níveis de consciência se manifestavam em ritmos diversos. Assim, os conflitos deram-se em tempos e lugares diferentes, não raro parecendo exprimir tensões meramente locais. (...) Mas, no conjunto, testemunham o estado geral de uma nação que se desenvolvia à custa de graves desequilíbrios. (BOSI, 2012, p. 325).

A dissociação nacional e a frustração do poder público demonstram uma fratura da utopia nacional romantizada e o início de movimentações populares das classes esquecidas pela “nação”: negros, trabalhadores rurais, profissionais liberais. A miséria campestre, o êxodo motivado pela expulsão dos trabalhadores sem qualificação, a imigração estrangeira, a chegada da ordem republicana armada e violenta nos confins do sertão brasileiro incitam às primeiras manifestações que eclodiram num contexto de mobilidade da população proletária e uma consequente urbanização e superlotação urbana. Nas palavras de Alfredo Bosi (2012):

O quadro geral da sociedade brasileira dos fins do século vai-se transformando graças a processos de urbanização e à vinda de imigrantes europeus em levas cada vez maiores para o centro-sul. Paralelamente, deslocam-se ou marginalizam-se os antigos escravos em vastas áreas do país. Engrossam-se, em consequência, as fileiras da pequena classe média, da classe operária e do subproletariado. Acelera-se ao mesmo tempo o declínio da cultura canavieira no Nordeste que não pode competir, nem em capitais, nem em mão-de-obra, com a ascensão do café paulista. (p. 324).

Ainda marcado pelas estruturas sociais arcaicas da monarquia recém-deposta, o Brasil entra em sua era moderna caracterizado por uma contradição de desenvolvimento econômico-social e desigualdades paralisantes, transformações da economia e do pensamento, situação representada por Antonio Candido (1989) na passagem de uma consciência amena para a consciência dilacerada na produção literária brasileira. O Modernismo produz uma época demarcada por diversas mobilidades, seja em situação pitoresca e fantástica (na primeira fase), como agônica e distópica (no romance de 30).

O principal exemplo dessa mobilidade identitária e espacial no romance brasileiro da primeira fase do Modernismo pode ser encontrado em *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, cujo protagonista move-se e transforma-se em diferentes etnias, “constitutivas” da raça brasileira, e realiza incursões em diferentes espaços, rurais e urbanos, durante sua peregrinação na obra. Narrativizando, por meio da fantasia e da mitologia, as origens brasileiras, as questões de pertencimento são discutidas em seu nível social e ontológico: “fora do seu espa-



ço original, Macunaíma também funciona não mais como os mitos primitivos: agora ele tem outra função, a da transgressão estética que implica transgressão social” (FERNANDES, 2007, p. 143).

A personagem migrante recebe duplo tratamento nos primeiros momentos modernistas, ora alegorizado, como na produção de Oswald de Andrade, ora incorporado por meio do movimento Antropofágico, ou ainda sob uma imagem redentora e idealizada, no romance *O estrangeiro* (1926), de Plínio Salgado, no qual a abordagem naturalista e eurocêntrica tornou a obra anacrônica e datada. José Leonardo Tonus (2007) sublinha que, apenas após o final da Segunda Guerra Mundial, com a ascensão das correntes existencialistas, ocorre uma individualização salutar da figura do imigrante, possibilitando sua leitura e representação como sujeito complexo e múltiplo.

Em momento posterior, já na dita segunda fase do Modernismo, a mobilidade encontra-se associada à falta de perspectivas, denunciando um país cuja população rural estava abandonada ao caos provocado pela recente industrialização que cindiu a estrutura agrária sem realocar os indivíduos expurgados do seu processo. Demonstra-se,

[num] olhar, ainda que rápido, para esse conjunto que deviam separar-se cada vez mais os polos da vida pública nacional: de um lado, arranjos políticos manejados pelas oligarquias rurais; de outro, os novos estratos socioeconômicos que o poder oficial não representava. Do quadro emergem ideologias em conflito: o tradicionalismo agrário ajusta-se mal à mente inquieta dos centros urbanos, permeável aos influxos europeus e norte-americanos na sua faixa burguesa, e rica de fermentos radicais nas suas camadas média e operária. (BOSI, 2012, p. 324)

José Lins do Rego e Graciliano Ramos são dois dos romancistas que tratam particularmente dessa movência nos estertores do Brasil agrário, lançando suas personagens num movimento cíclico sem repouso, agudizando a decadência e a inexistência de perspectivas para esse grupo social, cujo espaço não os abarcava e tampouco os inseria na identidade perscrutada pela máquina pública da época. Em *Vidas Secas* (1938), a própria forma do romance, constituída por episódios sem fixação cronológica, insere seus personagens num caminhar infindo, impossibilitados de se fixarem e combalidos pela repressão estatal, com perdas que atravessam seu caminho e que os distanciam da possibilidade de residir definitivamente. O “ciclo da cana-de-açúcar” de José Lins do Rego, cuja culminância se encontra em *Fogo Morto* (1943), narrativiza a destruição do mundo dos senhores de engenho, da casa grande e da senzala que, no entanto, não resultou na liberdade ou na inserção social de seus atores, mas no declínio de um mundo cuja mobilidade social encontrava-se paralisada num tempo anacrônico e num espaço de expurgo. Sempre à margem dos ganhos e desenvolvimentos sociais, a classe de excluídos nunca é contemplada pelas benesses da evolução do capital, o que indica que

hoje os retirantes brasileiros, “muitos deles oriundos de estados relativamente ricos da nação, seguem o fluxo do capital transnacional como um girassol. Ainda jovens e fortes, querem ganhar as metrópoles do mundo pós-industrial” (SANTIAGO, 2004, p. 51-52).

Segundo manuais canônicos da história literária, a terceira fase do Modernismo debate-se na impossibilidade de equalizar diferentes expressões literárias cuja representatividade é significativa, em autores como Guimarães Rosa e Clarice Lispector, que ocupam polos extremos de um país que se digladiava em suas facetas rurais, predominante, e urbana, progressiva. No que se refere às mobilidades, o sertão universalizado de Riobaldo, em *Grande Sertão: Veredas* (1956), move-se, inicialmente, pela linguagem, cuja prosa oscila entre a poesia e a narração, e culmina numa viagem em busca de si, por meio de travessias da memória e da luta pelo espaço e pela honra. As personagens locomovem-se entre o mundo real e o fantástico, o pedestre e o universal, e ainda entre os gêneros sexuais instituídos, inserindo a obra numa mobilidade espacial e identitária que contesta os limites da realidade e da narrativa, ao mesmo tempo em que universaliza a experiência humana do ser-no-mundo em travessia, em desterro e em território. Neste romance, a figura do estrangeiro acompanha a mudança de paradigmas sociais, gestados num país semi-rural, semiurbano, indelevelmente migrante: as figuras forasteiras são representadas em sua aclimação e tendência ao sedentarismo, como mascastes que se tornam sedentários e tomam essa pátria como seu lar.

Embora já inserida num mundo predominantemente urbano, a prosa de Clarice Lispector aprofunda as mobilidades do ser e da experiência cidadina no romance *A hora da estrela* (1977), cuja voz narrativa conflite com a representação na sua tentativa de narrar o outro e sua própria desterritorialização. Apresentando a vivência deslocada da migrante Macabéa, o narrador adentra na tentativa de se aproximar da existência de uma nordestina despreparada para o mundo de disputas e tão desgarrada do espaço que ocupa que é quase etérea. O deslocamento de Macabéa demonstra a impossibilidade de fixação e de identificação com a terra, lançando-a numa errância de sentidos e de afetos que confluem para o seu não-ser-no-mundo. Maria Isabel Edom Pires (2008) registra, neste caso, a mobilidade de personagens semelhantes que se dá há pelo menos um século, através de movimentos que vão “desde a furtiva caminhada até verdadeiros périplos que se efetivam dentro de uma mesma cidade e mesmo de uma região para outra, gritando suas queixas ou calando suas vozes” (p. 71).

Numa tônica diferenciada do cânone literário dos anos finais do Modernismo e iniciais da literatura contemporânea, Samuel Rawet apresenta um olhar diferenciado sobre o migrante na sua obra *Contos do imigrante* (1956). Nela, sua perspectiva parte de dentro do espaço de

exclusão do estrangeiro na sociedade brasileira, localizando-o nas periferias, desenvolvendo seu deslocamento no mundo como resultado da expatriação além do espaço físico, mas no estranhamento diante do mundo: “a expatriação, seja ela política, econômica, voluntária ou involuntária, impossibilita o imigrante rawetiano de encontrar qualquer tipo de repouso. Pelo contrário, ela o inscreve em um estado de migrância permanente, situando-o definitivamente no espaço intersticial do entre-lugar” (TONUS, 2007, p. 332).

A entrada da literatura brasileira na sua fase dita contemporânea é marcada, assim, pelas experiências da desterritorialização vivenciadas por diferentes subjetividades, que desestabilizam definitivamente o sujeito e rejeitam o sedentarismo identitário e espacial, valorizando o aspecto da travessia e das potencialidades narrativas e temáticas produzidas por esse espírito de mobilidade. O estrangeiro ressurge nesse momento “como veículo de transculturação”, por meio do “entendimento do estrangeiro como um outro rico em conteúdo para diálogos e trocas, livre das oposições antagônicas” (CAPAVERDE, 2007, p. 250), quando o conceito de nação e fronteira geográfica é finalmente desconstruído pelo contexto pós-moderno e globalizado.

A literatura passa a ser então demarcada por uma filiação identitária móvel, que possibilita a discussão e a construção de uma arte que discute o espaço nacional e o processo migratório através de um “espaço poético transnacional, explorando um simbolismo do pluripertencimento, às vezes até do não-pertencimento” (OLIVIERI-GODET, 2010, p. 201). Dentre as revisões paradigmáticas de categorias narrativas que tais perspectivas descentradas propõem ao texto e ao analista literária, a problemática do espaço volta-se para uma concepção que

não é apenas a de um sistema de determinações prévias que condiciona as possibilidades de delineamento dos percursos – trilhas por onde os passos podem se aventurar. O espaço também surge como sistema resultante, construção que se efetua exatamente a partir dos caminhos trilhados. Daí a noção de espaço como representação, como proposição de um modelo cujas coordenadas produzem um sentido. (...) O desafio dessa outra geografia seria, assim, o de compreender o espaço como meio, força modeladora da vida social e, simultaneamente, resultado, produto das relações sociais (BRANDÃO, 2005, p. 36-40).

Como diferencial constitutivo da literatura contemporânea – e talvez o que a identifique em termos de linha mestra, registra-se uma presença marcante de narradores descentrados que promovem uma produção literária com diferentes experiências, leituras de mundo e diferentes pontos de vista do cânone, elemento central e legitimador da cultura. Em posição contrária a uma sociedade classista, racista e conservadora, alguns novos autores e narradores deslocam o foco, as temáticas e o tratamento das narrativas hegemônicas no Brasil, refletindo a necessidade de transformação de paradigmas em meio à ditadura militar.

Como forma de aproximação diante da miscelânea de temáticas e formas da literatura contemporânea, a pesquisadora Maria Zilda Cury (2007) apresenta uma sistematização cujo recorte volta-se para a representação do objeto e seu tratamento estético, ao contrário da limitação de uma periodicidade histórica. Neste caso, um dos grupos analisados caracteriza-se pela concisão e rapidez das narrativas, chamadas de ‘minicontos’, que representam a celeridade dos tempos e privilegiam a momentaneidade da trama narrativa, como uma *poética do acontecimento*, nas palavras da autora. Essa perspectiva engloba obras cuja forma narrativa volta-se para “os restos da história, identidades que não mais se reconstituem e um espaço público desarticulado” (p. 11), como: *Passaporte* (2001), de Fernando Bonassi, *eles eram muitos cavalos* (2001), de Luiz Ruffato, além de várias obras de Marcelino Freire e Marçal Aquino.

Noutra tônica, a prosa volta-se para escritas da memória, individual ou coletiva, que dialogam com a história do país, numa estratégia de recuperação do passado que mescla o nacional e o local, o particular e o coletivo. Esta perspectiva lê a migração explorando-a nos limites entre alteridade e identidade e suas constituições mútuas, ao discutir o processo de habitar uma nova terra, passando em revista a aclimatação de estrangeiros e os reflexos sobre sua descendência. Revisitam o regionalismo, distanciado do naturalismo, para discutir o espaço e rever sua noção de pertencimento. Fazem parte dessa linha Raduan Nassar, Milton Hatoum, Luiz Antonio de Assis Brasil, dentre outros, nos quais é gerada uma reflexão ética do papel do intelectual no espaço social brasileiro, não mais como aquele que fala pelo outro, mas como um “agente responsável pela criação de brechas de enunciação das falas dos pretensos afásicos culturais” (CURY, 2007, p. 12).

Num desenvolvimento da memória como evocação política e percepção aguda da história da repressão, a autora indica uma linha que mescla testemunho e ficção numa prosa que reconstitui o passado trágico da ditadura militar e de outros regimes de exceção, fazendo uso da memória como forma de oposição. Chamados de “romances de deformação”, as obras “tingem as denúncias da repressão política com as lembranças afetivas, com a aguda consciência física do corpo, com as memórias da infância, como estratégia de resistência política (e formal)” (CURY, 2007, p. 13). Autores como Michel Laub, Marcelo Mirisola, Juliano Garcia Pessanha e Menalton Braff compõem esse grupo.

Por fim, a autora registra ainda a prosa que foge ao pertencimento, à ideia de identidade nacional, opondo-se à boa parte da produção literária rizomática. A expressão artística se volta para os processos de desterritorialização, para um estranhamento da terra e do espaço

nacional, tornando a travessia, a transculturação e a viagem elementos essenciais à narrativa e à identificação das personagens. Caracterizam-se ainda por um profundo sentido político na sua dialética do pertencimento e trânsito, refletindo sobre a realidade social urbana brasileira e sobre as minorias envolvidas nos movimentos globalizados. Nesse sentido, o escritor, como figura intelectual, procura falar a partir das margens, fugindo a um pensamento ocidentalizado, narrando a partir de um deslocamento conceitual e físico. Como principais expoentes dessa produção, temos autores como Chico Buarque, Bernardo Carvalho e João Gilberto Noll.

A contemporaneidade da literatura brasileira, assim, registra uma produção que se vale da construção de ligações humanas transnacionais e da valorização das alteridades por meio de narrativas localizadas entre fronteiras e divisas do discurso e da geografia. Para Homi Bhabha (1998), essa perspectiva foge à possibilidade de um centro de produção de cultura e de um universalismo humano, trazendo o foco da literatura para os deslocamentos e as errâncias, dando voz e representatividade a experiências tão legítimas quanto díspares. Como expressões de classes, etnias, ideologias, perspectivas e da história, “os personagens são frutos de seu tempo e do espírito de sua época e, de maneira simbólica, também estão empreendendo o esforço de construção de uma identidade e da formação da nação” (FERNANDES, 2007, p. 145).

O trabalho literário apresenta seu diálogo com a contemporaneidade por meio da recriação de temas caros às relações humanas, ao tratar, na concepção do seu objeto, as reflexões e as angústias presentes no sujeito deslocado. A reapropriação de importantes temáticas da história da literatura, mais do que apenas transmitir uma trama, evoca e dá a ver os sujeitos envolvidos nesse processo intimamente, diegetizando experiências e percepções das mais diversas. Reencenam, assim, as figuras de Jasão e Ulisses, situadas na mitologia grega clássica, por meio da sua dialética do pertencimento e da errância, demonstrando uma evolução das personagens e narrativas que pluralizou as possibilidades de recriação desses mitos. Finda a intercessão dos deuses, as personagens atuais fogem dos estereótipos e das classificações que tentam relegá-las a paisagens de uma trama clássica. São mulheres e homens pobres, negros, refugiados, crianças, homossexuais, dentre várias outras minorias, que tentam, com suas vozes, reencenar o mito e, necessariamente, desafinam. Desafinam da obra grega em suas certezas pré-concebidas, seus deuses onipresentes, suas expedições valorosas, mas enriquecem a travessia com suas cores, experiências, olhares e percursos que diversificam o mundo literário e trazem a possibilidade de identificação com um novo universo de leitores.

*Encheram a terra de fronteiras, carregaram o céu de bandeiras. Mas só há duas nações - a dos vivos e a dos mortos.*

Mia Couto

### 2.1 O pertencimento em nível macro: a fantasia do imaginário nacional

Procurar entender os séculos XX e XXI por meio do permanente deslocamento humano parece ser uma tarefa inescapável nos últimos anos, tendo em vista o crescente fluxo demográfico que, desde o final da Primeira Guerra Mundial, se tornou um estado definitivo. Da leitura de Hannah Arendt sobre os desdobramentos das “nações artificiais”, em fins da Segunda Guerra Mundial, até os conflitos pós-coloniais da África e da Ásia, encontramos hoje na pior crise de refugiados desde o Holocausto<sup>9</sup>, principalmente devido à situação da Síria. A guerra civil no país, que se estende desde 2011, já levou ao deslocamento de mais de metade de sua população, internamente, e a mais quatro milhões de refugiados fora do país.

As consequências dessa situação, num mundo globalizado, vão além dos limites territoriais do próprio continente asiático, levando a questões que expõem o problema da migração, das fronteiras nacionais e do lugar do estrangeiro no mundo contemporâneo. A chegada dos refugiados à Europa, cuja crise econômica vem acentuando preconceitos e intolerâncias, instaurou sentimentos díspares nos países que receberam os imigrantes ilegais que para lá se dirigiram, seja por uma melhor situação social ou pela proximidade dos acessos marítimos.

A Hungria, cuja história está indelevelmente marcada pela dominação nazista durante a Segunda Guerra e pela deportação maciça de judeus, tem protagonizado as manchetes dos últimos meses com demonstrações populares ou estatais de xenofobia. Por ser uma via de acesso à Alemanha – destino final da maioria desses refugiados, o país tem recebido hordas de estrangeiros que somam mais de 180 mil desde o início do ano de 2015, o que levou o Estado húngaro a endurecer sua política de imigração, que culminou na construção de um muro

---

<sup>9</sup> EL PAÍS BRASIL. *Hungria fecha fronteira e criminaliza entrada ilegal de refugiados*. Acesso em 20 de setembro de 2015, disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/15/internacional/1442302871\\_868115.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/15/internacional/1442302871_868115.html)>

de 175 km de comprimento para conter o fluxo de refugiados vindos da Sérvia<sup>10</sup>. Duas figuras húngaras representam, particularmente, essa animosidade contra imigrantes: o premiê Viktor Orbán, cuja atuação resultou na criação de leis anti-imigração, como a pena de três anos de prisão para quem entrar no país de forma ilegal, além da intensificação do contingente militar nas fronteiras<sup>11</sup>; e, além dessa figura política, a jornalista húngara Petra László<sup>12</sup>, que chocou o mundo ao ser filmada chutando imigrantes que tentavam fugir do cerco policial na fronteira. Sua imagem percorreu o mundo como a face da intolerância, do ódio institucionalizado, que encontra ecos assustadores na história europeia recente.

A tensão produzida pela presença do estrangeiro é uma constante desde que a imigração se tornou um fato dominante do mundo globalizado, atingindo tanto o Oriente quanto o Ocidente. Dessa forma, a presença constante do elemento estranho aos autóctones promove um contato persistente com a alteridade, com o outro, que representa um elemento perturbador da ordem social nacional, ao ultrapassar limites e carregar em si o signo da diferença. Segundo Jeanne Marie Gagnebin (2012), numa interpretação do sociólogo George Simmel, o ser estrangeiro, ao ocupar um lugar “que não é seu”, condensa as ambivalências da oposição afastamento *versus* proximidade, ou seja, “dessubstancializa a proximidade do próximo e o afastamento do distante” (p. 167), o que ameaça a identidade local, ela mesma fruto de conflitos e silenciamentos de outras alteridades. Dessa forma, o imigrante desestabiliza e

incomoda não tanto por lembrar a existência da alteridade, mas antes, seja ele bem ou mal integrado no seio do grupo, porque o estrangeiro lembra ao grupo que ele poderia ser um outro, que sua identidade não está tão assegurada assim (GAGNEBIN, 2012, p. 167).

A intensidade do movimento migratório atual é característica distintiva do nosso tempo. Ainda que a presença estrangeira fosse comum à cidade moderna, com seu aglomerado de alteridades, a massa migrante atual resiste em ser assimilada, procurando reforçar suas diferenças e estabelecer-se distintivamente com sua cultura, sua etnia e seus hábitos. A tensão resultante dessa presença sempre estranha à nacionalidade pode produzir expressões de ódio que refletem “os medos e as ansiedades dos homens e das mulheres pós-modernos”, os quais se concentram nesses “novos estrangeiros” (BAUMAN & MAY, 2010, p. 117). A cidade, o

---

<sup>10</sup> EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Hungria começa a construir muro para conter imigrantes na fronteira com a Sérvia. Acesso em 20 de setembro de 2015, disponível em <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/07/hungria-comeca-construir-muro-para-conter-migrantes-na-fronteira-com>>.

<sup>11</sup> G1. Premiê húngaro diz que UE tem que defender fronteiras contra refugiados. Acesso em 20 de setembro de 2015, disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/premie-hungaro-diz-que-ue-tem-que-defender-fronteiras-contr-refugiados.html>>.

<sup>12</sup> EL PAÍS BRASIL. Jornalista húngara é demitida após ser flagrada chutando refugiados sírios. Acesso em 20 de setembro de 2015, disponível em: < [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/08/internacional/1441733966\\_291245.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/08/internacional/1441733966_291245.html)>

espaço de convivência, se mostra heterogêneo e dissonante, refletindo a instabilidade de “um mundo desprovido de estrutura visível e de qualquer – ainda que sinistra – lógica” (p. 111).

O estrangeiro não assimilado implode a lógica nacionalista – baseada no “agrupamento de uma população muitas vezes indiferente e diversificada em torno do mito e dos símbolos de distinção nacional” (BAUMAN & MAY, 2010, p. 228) – ao negar que sua diferença se torne semelhança, contestando a fantasia de uma unidade natural projetada pela nação. O sujeito deslocado, portanto, “lança dúvidas sobre a naturalidade da sociedade nacional e, assim, provoca erosão nas próprias fundações da unidade nacional” (p. 229), inclusive sobre as fronteiras que transpassou, revelando-as, além de artificiais, porosas. Ele se opõe aos rituais cotidianos que produzem o sentimento de pertencimento, de estar em casa, trazendo à tona a incapacidade do nacional de tolerar a diferença, pois sua origem reside justamente na exclusão de grupos díspares pelo prevaletimento do seu projeto nacional.

Fruto de um processo totalizante, cuja homogeneidade é paralela a um processo de exclusão, o Estado nacional “motiva as diferenças, ao inscrever fronteiras, demarcar o dentro e o fora, o eu e o outro” (VERDERY, 2000, p. 244). Eric Hobsbawm (1991) elabora que, no processo de formação da maioria das nacionalidades, restaram minorias fora das fronteiras do Estado nacional, que, se não foram historicamente silenciadas e marginalizadas, foram territorialmente expulsas, solapando a ideia de homogeneidade territorial linguística ou étnica. Embora expulsões em massa e genocídios tenham sido correntes em momentos anteriores, a coexistência de diferentes comunidades e etnias no mundo moderno abala a suposição de uma nação sem misturas; “contudo, o movimento dos povos restaurou (...) a complexidade étnica, a qual o barbarismo buscou eliminar” (p. 185). Na mesma percepção de Bauman e May (2010), Hobsbawm (1991) reafirma o sentimento de insegurança perpetrado por esse multiculturalismo, principalmente no que se refere à nacionalidade:

A mobilidade de amplas massas de população intensificou, naturalmente, essa desorientação, assim como acontece com as mudanças econômicas (...). Seja onde for que vivamos em uma sociedade urbanizada, encontramos estrangeiros: homens e mulheres desenraizados que nos trazem à lembrança a fragilidade ou o murchar de nossas próprias raízes familiares (HOBBSAWM, 1991, p. 199).

Katherine Verdery (2000) indica que o fluxo de capitais e de populações é visto como responsável pela agonia do Estado nacional ou, ao menos, por sua reconfiguração, principalmente no que se refere aos limites territoriais. A argumentação da autora destaca o pensamento de David Harvey (1989, *apud* Verdery, 2000), para quem “a nova ordem mundial é uma ordem em que o capital financeiro, e não os Estados nacionais delimitados por fronteiras, [desempenham] o papel principal de coordenação” (p. 245). Para Hugo Achugar (2006),



essa tendência contemporânea torna, se não obsoleta, discutível a categoria nação, levando-nos a pensar numa vivência “pós-nacional”, oriunda da mobilidade sobre fronteiras, na forma da desterritorialização e da migração, em direção a uma reflexão sobre a própria constituição da nação.

As modificações no nível social, econômico e político no cenário mundial globalizado, como demonstrado, incidem diretamente sobre o sentimento nacional e nas suas consequências práticas e cotidianas, levando a uma revisão da noção de pertencimento não apenas em nível individual, mas também coletivo. De repente, identificar-se com um território delimitado por fronteiras, sob a ideia de uma origem una e idiossincrática, não parece mais ser possível ou, ao menos, razoável, diante da plurivocidade de estímulos globalizantes dos meios de comunicação e da própria convivência heterogênea. Repensar a nacionalidade por meio da sua diversidade é pensar na construção da nação e das suas formas de pertencimento através daqueles que fogem ao projeto nacional, e foram extirpados, como sujeitos e objetos, da constituição do sentido nacional. A nação, deste modo, é revelada como “um constructo cujo sentido nunca é estável, mas se altera conforme o equilíbrio mutável das forças sociais” (VERDERY, 2000, p. 243), o que nos encaminha para rever a composição da história além dos fragmentos hegemônicos, a qual “não tenha um ponto de vista que silencie ou que esqueça os outros, que seja democrática, que seja inclusiva (...). O desafio maior é construir um projeto nacional alternativo que atenda à diversidade, sem propor a homogeneização autoritária” (ACHUGAR, 2006, p. 160).

Em busca de se pensar o nacional por outras perspectivas, ou seja, entender a história a partir das margens que nos possibilitam entrever os silenciamentos constituintes da narrativa oficial, deve-se remontar à origem do discurso nacional como forma de identificação, uma “identificação tão natural, fundamental e permanente a ponto de preceder a história” (HOBSBAWM, 1991, p. 27). O historiador inglês, ao analisar a organização europeia dos Estados, indica que, no seu cerne, a união entre o Estado (ou seja, a delimitação territorial e legal) e a nação (o sentimento de unidade e pertencimento) representou uma composição artificial. Com a reorganização dos limites espaciais da Europa, ainda no século XIX, formando os Estados nacionais, o Estado nacional passou a agrupar diferentes etnias que, anteriormente, eram percebidas como ‘nações’, por comporem comunidades com identidades próprias. Dessa forma, os primeiros Estados nações foram reuniões heterogêneas que não possuíam língua, território (original), etnia ou povo em comum, mas que foram agrupadas sob uma “personalidade” civil, que foi, paulatinamente, amalgamada pelo conceito nacional:

A implicação lógica de tentar criar um continente corretamente dividido em Estados territoriais coerentes, cada um habitado por uma população homogênea, separada étnica e linguisticamente, era a expulsão maciça ou a extermínio das minorias. (...) A descoberta era de que a ‘ideia nacional’, enquanto formulada por seus pregadores oficiais, não coincidia com a real auto identificação do povo em questão. (HOBBSAWM, 1991, pp. 161-162).

Na América Latina, a noção do Estado foi forjada à imagem da Europa, ainda que numa cronologia oposta à europeia: “Na Europa a realidade precedeu o nome. América, pelo contrário, começou por ser uma ideia. Vitória do nominalismo: o nome engendrou a realidade” (PAZ, 2006, p. 127). Dessa forma, devido à importação de conceitos constitutivos, Octavio Paz (2006) entende que a incompletude do sentimento nacional dos países latino-americanos se dá pela sua condição de eterno devir, da inexistência de um passado no qual se basear e o fado de ser “um projétil de futuro” (p. 127). Essa lacuna da constituição latino-americana serviu aos interesses da burguesia que aqui veio a se formar, fundamentando sua lenda da origem e suas bases de poderio no esquecimento e no código escrito como forma de poder e forjamento da identidade nacional:

O ato de privilegiar a palavra (...) pode ter sido uma maneira de autolegitimação de sua função social. A palavra era seu ofício e propô-la como o primeiro fundamento, ou a fundação de todas as coisas e da história era um modo de reafirmar o poder. (...) É, nesse sentido e em relação ao surgimento do Estado-nação, na América Latina, durante o século XIX, que nos interessa a fundação pela palavra (ACHUGAR, 2006, pp. 204-205).

Essa é a referência que conduz a análise de Benedict Anderson (2008) que identifica no capitalismo editorial – ou seja, o comércio da produção escrita – como responsável pela conversão da ideia de nação em uma comunidade sólida, num ideal de pertencimento. É dessa forma que as verdades ontológicas da narrativa oficial da nação são perpetradas por meio da língua escrita, a qual cumpre um papel fundamental ao unificar a leitura num código só e manter uma suposta “antiguidade essencial” na legitimação de uma história una: “Fica assim montado o cenário para a nação moderna, que nascia da convergência do capitalismo e da tecnologia da imprensa sobre a fatal diversidade da linguagem humana” (SCHWARCZ, 2008, p. 13).

Pensar, no contexto brasileiro, o eterno devir dos países latino-americanos da leitura de Octavio Paz e as narrativas imaginadas de nações em processo na obra de Benedict Anderson, é articular a ‘falta’, ou seja, a lacuna identitária do Brasil como constitutiva da nossa nacionalidade. Nessa linha, Lilia Moritz Schwarcz (2008) registra que, “em meados do século XIX, em pleno Império, nos entendíamos como europeus ou no máximo indígenas, isso quando mais de 80% da população era constituída por negros e mestiços” (p. 15-16), constatação que dialoga com a análise de Jeanne Marie Gagnebin (2012) do ‘homem cordial’, conceito

caro à cultura brasileira que reitera nossa orfandade de tradição:

Tudo se passa como se um véu afetivo onipresente pudesse remediar a ausência de uma definição mais objetiva da identidade brasileira. Assim, os brasileiros formariam esse povo sem grandes traços identitários comuns, se se entender como traços identitários aqueles que deveriam ser dados por uma tradição e uma história comuns, reconhecidas por todos (GAGNEBIN, 2012, p. 163).

Na tentativa de alcançar a história da origem, os esquecimentos servem como tropos dos quais nascem as narrativas, a forma lógica de organizar as amnésias e as rupturas, em busca de uma forma de pertencimento, a identidade, “a qual, por não poder ser lembrada, precisa ser narrada” (ANDERSON, 2008, p. 278). A identidade produzida, então, por uma narrativa fundada em esquecimentos e silenciamentos evoca uma história que legitima exclusões, que se apoia em vazios para constituir-se como voz hegemônica e configura discursos que ocultam outras identidades como forma de se estabelecer. Na América Latina, perscrutar os silêncios das exclusões narrativas demonstra-se como essencial, diante de uma fundação baseada numa colônia de exploração, cuja amplitude de violências e contradições vai da escravidão negra ao genocídio indígena, do degrado da metrópole à fuga imperial, sempre à margem do desenvolvimento histórico e do reconhecimento identitário.

Assim, não surpreende pensar que

O sujeito enunciadador do discurso fundante do Estado-nação, na América Latina, durante o século XIX (...) teve um projeto patriarcal e elitista, que excluiu não só a mulher, mas índios, negros, escravos, analfabetos e, em muitos casos, quem não tinha propriedades. Esse perfil de sujeito enunciadador contribuiu, por sua vez, para construir um perfil da nação (o cidadão) que se identificou com o discurso de um certo nacionalismo (ACHUGAR, 2006, p. 203).

Contestar a imaginação nacional diante dessas exclusões prementes é trazer foco sobre outras narrativas de nação contestadas, que produzam uma história da origem e do pertencimento abrangente e inclusiva, já que a nacionalidade não se identifica, justamente, “com aqueles para os quais ela era um imperativo exclusivo, voraz e abrangente” (HOBSBAWM, 1991, p. 173). As margens do projeto nacional podem trazer, além de pontos de vista que enriqueçam a história oficial, para além de sua rasura, modos de pensar um futuro que seja capaz de democratizar a participação dos excluídos e possibilitar um discurso polifônico, mais apropriado a uma sociedade globalizada, para além da unidade monológica do pertencimento identitário.

## 2.2 O pertencimento em nível micro: a ilusão do conceito familiar

Os processos migratórios, ligados à globalização, participam da reformulação de paradigmas que vêm sendo desconstruídos no mundo contemporâneo. Ainda que em cada lugar do mundo essas mudanças estejam se efetivando de forma diferente, é inevitável pensar que o processo de globalização tem modificado as bases da estrutura social no que concerne, principalmente, à identidade e às suas consequências nas relações pessoais e com os grupos. O contato com diferentes culturas, devido ao acesso à internet, propicia, muitas vezes, transformações que vão além do mundo virtual e são capazes de modificar indivíduos ou grupos, a partir de suas demandas íntimas ou coletivas. Se a possibilidade de mudança depende do contexto cultural no qual os sujeitos estão inseridos – ou da sua posição na *geometria do poder*, conforme termo de Doreen Massey, “as transformações que nos afetam vão muito para além das fronteiras de um país qualquer” (GIDDENS, 2000, p. 58), tendo sua origem, inclusive, nos desdobramentos da mobilidade humana no mundo.

No caso da instituição familiar, sua constituição deve muito à noção de pertencimento, de segurança do lar, ao eleger o estrangeiro como o lado externo, do qual a família deveria se proteger: “Toda colocação do estrangeiro como um inimigo, como uma fronteira externa para a soberania individual ou coletiva, tem a concepção idealizada do lar seguro como metáfora que lhe dá sentido” (BAUMAN & MAY, 2010, p. 121). Na dialética de *dentro x fora*, os habitantes do lado de fora passam a ser aqueles que carregam uma ameaça à unidade e à solidez da família. A negação do que é estranho a esse arranjo está em supor que o paradigma familiar é um todo coeso, perene e atemporal, ignorando que seu formato atual é historicamente recente e oculta divergências pessoais em busca de uma unidade que o torne um conjunto maciço e impenetrável. Nessa percepção, Pierre Bourdieu (1996) assinala que “as definições da família teriam em comum o suposto de que ela existe como um universo social separado, empenhado em um trabalho de perpetuação das fronteiras e orientado pela idealização do interior como sagrado” (p. 125). Diante das ‘ameaças externas’ à estabilidade familiar, o desejo de pertencer a uma comunidade acaba por se expressar como rejeição a imigrantes e outros estranhos.

Por ser um conceito e uma estrutura social que abominam a descontinuidade e as diferenças, a família tradicional promove uma série de pressões internas como forma de estabilizar e equilibrar os desejos pessoais em torno de uma vontade comum, homogênea, não tolerando divergências que ponham em risco sua unidade. Ela torna-se, assim, agente da

manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. (...) Ela é o lugar de uma espécie de vontade transcendente que se manifesta em decisões coletivas e no qual seus membros se sentem levados a agir como partes de um corpo unido (BOURDIEU, 1996, p. 131).

Apesar de se representar como uma referência essencial e imutável, o sociólogo Anthony Giddens (2000) ressalta que “a família tradicional é, de fato, uma fase transitória da família, que se desenvolveu durante a década de 50” (pp. 61-62). Corroborando-a, Bourdieu constata (1996) que a família, “que somos levados a considerar como natural, porque se apresenta com a aparência de ter sido sempre assim, é uma invenção recente (...) e, quem sabe, votada à desaparecimento mais ou menos rápida” (p. 125), vaticínio em que ele se apoia justamente devido às transformações empreendidas pela contemporaneidade no arranjo familiar.

Podemos localizar a origem da família tradicional no final do século XIX, momento chamado pelo historiador Peter Burke (1992) de “era da invenção da tradição”, na qual se criaram narrativas de origem que serviram para justificar ou legitimar o Estado-nação. Segundo Philippe Ariès (1981), em sua obra *História social da criança e da família*, o sentido da instituição familiar mudou drasticamente da Idade Média até o momento atual, principalmente no que se refere à posição da criança na sociedade. A infância esteve, inicialmente, atrelada à noção de servidão, de forma que as crianças eram enviadas para realizar serviços domésticos na casa de outrem como forma de educação, de aprendizagem, afastando-os da convivência íntima com seus genitores. O afeto não era elemento essencial para a constituição da família, e tampouco a coabitação.

A partir de meados do século XVII, a escola passa a substituir o trabalho servil como forma de ensino, principalmente entre as classes abastadas. Inicialmente as crianças eram enviadas para internatos distantes de casa, situação que foi se modificando com a proliferação de escolas, trazendo os estudantes para instituições mais próximas de sua casa e de sua família. Tal fenômeno, segundo Ariès (1981) “comprova uma transformação considerável da família: esta se concentrou na criança, e sua vida confundiu-se com as relações cada vez mais sentimentais dos pais e dos filhos” (p. 233). Com esta modificação na dinâmica familiar, sua realidade passou a se basear no afeto, na proximidade, engendrando a formação da família em sua forma tradicional.

Essa transformação essencial na estrutura da comunidade íntima teve influência sobre a organização da própria sociedade, de forma que a família deixou de lado uma sociabilidade excessiva que a caracterizava até a Idade Média. Segundo Philippe Ariès (1981), “nessas existências densas e coletivas, não havia lugar para um setor privado” (p. 275), de forma que

a entrada na Idade Moderna significou, para a família, “privatizar-se”, manter a sociedade à distância, confinando-se em um espaço limitado e particular. Anthony Giddens (2000) salienta que, enquanto nas sociedades antigas, os filhos eram um recurso de natureza econômica, na modernidade, “a ligação emocional, e por consequência a intimidade, está a substituir os antigos laços que enformavam a vida social das pessoas” (p. 64).

A família, no entanto, ao revelar-se um conjunto íntimo, tornava-se uma “realidade dita privada de origem pública” (BOURDIEU, 1996, p. 134), uma ficção, artefato social ou, ainda, ilusão, juridicamente fundamentada, produzida e reproduzida com a garantia do Estado. Dessa forma, a construção histórica do conceito familiar mostra “que a oposição tradicional entre o público e o privado mascara a que ponto o público está presente no privado (...). Sendo produto de um longo trabalho de construção jurídico-político, do qual a família moderna é o resultado, o privado é um negócio público” (p. 135).

Corroborada com uma instituição essencial ao Estado e, particularmente, ao Estado-nação, a família assume um papel importante na ordem social, por meio da reprodução biológica e social das estruturas e das relações sociais. Dessa forma, ao constituir-se como imaginário, produz o sentido de pertencimento ao criar a realidade que evoca. Em termos de estrutura do imaginário, Bourdieu (1996) organiza a legitimidade do pertencimento social engendrada pela instituição familiar da seguinte forma:

A família como categoria social objetiva (estrutura estruturante) é o fundamento da família como categoria social subjetiva (estrutura estruturada), categoria mental que é a base de milhares de representações e ações (casamentos, por exemplo) que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva (p. 128).

Como analisado, o sentido privado da família está diretamente ligado à sua função e representação na sociedade, de forma que ambas se correspondem ao se esboçarem como naturais e universais quando, na verdade, são construções sociais historicamente localizadas e diacronicamente mutáveis. Ao se encenarem como imanentes e transcendentais aos indivíduos, grupos sociais, famílias, etnias e nações fundamentam sua perenidade e ontologia na opacidade da narrativa de origem, inacessível e encoberta pelas próprias estruturas produzidas pelos grupos dominantes.

A globalização, no entanto, promove uma “revolução acerca da forma como pensamos nós próprios e sobre a maneira como estabelecemos laços e ligações com os outros” (GIDDENS, 2000, p. 57), ainda que estas modificações realizem-se em diferentes velocidades nas diferentes regiões e culturas. As relações entre as vozes hegemônicas da sociedade e a família tradicional receberam destaque na contemporaneidade, dando a ver as ruínas do processo de

pertencimento, resultando, às vezes, numa reação extremada de manutenção das antigas estruturas e privilégios. Dessa forma, “a família é um campo de batalha entre a tradição e a modernidade. (...) Os políticos e os ativistas estão sempre a diagnosticar a ruptura da família e a pedir o regresso à família tradicional” (p. 59).

Com a educação sendo ministrada pelas escolas, a família acaba perdendo sua força social, deixando de ser uma instituição forte, segundo Antoine Prost (1992). Ela gradualmente perde suas funções públicas, assumindo, cada vez mais, funções basicamente privadas, assim como o seu espaço, que vai se voltando cada vez mais aos limites residenciais, deixando à rua o sentido de estranheza e alteridade. Segundo o historiador, o século XX representa a conquista do espaço doméstico para a vida privada, incitando a família, cada vez mais, à individuação dos seus membros e à consolidação da intimidade, separando-se definitivamente da sociedade pública. A urbanização representa uma questão essencial à revisão do conceito familiar; segundo Bauman & May (2010), “desde o princípio dos tempos modernos, as cidades têm sido reuniões de multidões anônimas, lugar de encontro de estrangeiros – genuínas alteridades universais (...). Estrangeiros significam falta de clareza” (p. 116). Com o inevitável êxodo rural, o contato com a diversidade e a heterogeneidade proporcionada pela massa viva da cidade teve uma influência indelével na constituição familiar: “as transformações do espaço doméstico, a socialização do trabalho e de uma grande parte da educação, a redução das obrigações cotidianas e a evolução determinante dos costumes geraram uma autêntica mutação” (PROST, 1992, p. 94).

A unidade familiar passa a sofrer modificações em termos quantitativos e conceituais: o casal passa a se tornar o centro da existência da família, inexistindo a obrigações de procriar, e o afeto passa a ser o centro da ligação emocional, em detrimento do parentesco. Como frisa Prost (1992), “além do casamento, a própria família é abalada. O lar formado por um casal e filhos já não é a norma exclusiva” (p. 92). Com o enfraquecimento da família tradicional, outras formas de organizações familiares se tornaram mais visíveis, trazendo legitimidade e representatividade a esses arranjos com a ruína da instituição familiar tradicional. Entram em pauta questões que trazem luz às minorias outrora solapadas pela sombra e pelas obrigações da família hegemônica, como o direito de mulheres, família monoparentais, casais homossexuais, e outras formas de afeto que constituem alternativas ao modelo em decadência, arranjos mediados principalmente pela igualdade. Tendo em vista que “a desigualdade entre homens e mulheres era um fator intrínseco da família tradicional” (GIDDENS, 2000, p. 59), os novos arranjos possibilitam uma relação “em que cada parte tem os mesmos direitos e

obrigações” (p. 65). Fugindo à hierarquização interna e aos poderes arbitrários das relações tradicionais, promove-se o que Anthony Giddens (2000) chama de “democracia de emoções”, noção que se inspira na lógica política de confiança no outro, de forma que se “procura criar um espaço de diálogo e substituir o poder autoritário, ou o poder sedimentado pela tradição, pela discussão pública das questões” (p. 66). Tendo por linha mestra o cosmopolitismo, próprio de um mundo globalizado, em oposição ao fundamentalismo da tradição familiar, a noção de democracia de emoções, ao priorizar o afeto, não faz distinções entre arranjos familiares heterossexuais ou homossexuais, pois, como ressalta o autor, “os homossexuais têm sido pioneiros na descoberta deste novo mundo de relações e na exploração das respectivas possibilidades” (GIDDENS, 2000, p. 66). Antoine Prost (1992) registra esse momento de redefinições de estrutura familiar sob o seguinte pensamento: “Hoje, (...) a família não é senão a reunião de indivíduos que a compõem nesse momento” (p. 94), sentença que encaminha a reflexão para uma família fora das definições legais e civis de seu reconhecimento e para entender que a mudança nesses paradigmas é uma obviedade indiscutível.

No caso do Brasil e da América Latina, onde as exclusões são levadas a outro patamar devido à situação colonial e à desigualdade atrelada a esse processo histórico, a própria ideia de cidadania esteve acessível a poucas pessoas de forma que o pertencimento individual e coletivo era tênue. Roberto Schwarz (2014) assinala que essa desigualdade é constituinte da história e da identidade do Brasil, criando uma lógica própria dessa desproporção na estrutura da sociedade: “É inevitável esse desajuste ao qual estamos condenados pela máquina do colonialismo, e ao qual, para que já fique indicado o seu alcance mais que nacional, estava condenada a mesma máquina quando nos produzia” (p. 59).

Acerca do arranjo familiar, Flora Sussekind (1984) registra que a mestiçagem e a aculturação instalam no país uma forma de pertencimento que concentra a definição familiar na “semelhança” ao invés dos laços de sangue. Como forma de regular a família sob a égide do Estado e da ordem social oriunda dessa união, a tradição, a transmissão de valores se torna particularmente mais rígida, pois é nesta continuidade que se processa o trunfo do parentesco: a imortalidade dos costumes e da herança, seja patrimonial ou ideológica. Pierre Bourdieu (1996) atesta essa necessidade de dominância da estrutura familiar na “tendência da família a se perpetuar no indivíduo, a perpetuar sua existência assegurando sua integração”, o que é inseparável do movimento de “perpetuar a integridade do seu patrimônio, sempre ameaçado pela dilapidação ou pela dispersão” (p. 132).

O rompimento contemporâneo com as tradições do pertencimento hegemônico sus-



pende diretamente a continuidade da genealogia e da identidade patriarcal, postulando o fim do laço familiar: “Repete-se ‘Tal pai, tal filho’ com a segurança de uma descendência assegurada pelas gerações que se sucedem. Pelos que ocupam seu lugar na “roda” familiar. Rompida a repetição geracional de um tal após o outro, ficaria em risco a família” (SUSSEKIND, 1984, p. 29). A autora avalia ainda que a premissa de ‘Tal pai, tal filho’ projeta-se tanto no círculo familiar como no campo cultural, num eco que registra a conexão entre o pertencimento ao Estado-nação, mais especificamente ao nacionalismo, e à família tradicional: “Paternidade, filiação e vinculação a uma tradição cultural apresentam grande familiaridade” (p. 29). Essa associação adquire ares de metonímia, numa dinâmica de diferenciados níveis, macro e micro, que se volta para o pertencimento e a identidade de sujeitos e de grupos, cujos desdobramentos são absorvidos pela produção literária em diferentes momentos da história, cujo foco reside principalmente sobre os hiatos e as disjunções do processo identitário nacional.

### **2.3 O pertencimento como metonímia: a literatura, a nação e a família**

Dentre as espécies de tropos que podem explicar a relação entre a nacionalidade e a família, eleger a metonímia como figura de linguagem que liga e ressignifica essas instâncias do pertencimento é uma possibilidade de interpretação profícua para compreender os sentidos da identidade nacional. A metonímia, segundo os manuais clássicos da teoria literária, consiste “no emprego de um vocábulo por outro, com o qual estabelece uma constante e lógica relação de contiguidade” (MOISÉS, 1992, p. 334), possibilitando uma “translação de sentido pela proximidade de ideias”, que traz “ampliação do âmbito de significação de uma palavra ou expressão” (PINTO, 2015). Em oposição à metáfora, figura que prescinde da ideia de semelhança para estabelecer a relação entre as palavras, na metonímia os elementos apresentam uma relação de dependência entre si, devido à contiguidade entre os mesmos, por participarem do mesmo campo de significado. Para Guimarães & Lessa (1988), “na metonímia, (...) a relação entre aquilo que os termos significam é verificável na realidade externa ao sujeito que estabelece tal relação” (p. 21), de forma que, apesar de não ser inquestionável, apresenta uma associação plausível diante da realidade. Pensar numa relação metonímica entre essas duas esferas, que projetam o coletivo no individual, e vice-versa, é refletir sobre a construção histórica de ambas como correlatas e paralelas e perscrutar os meandros que imbricam o imaginário e suas representações sociais.

Pierre Bourdieu (1996) demarca essa relação entre o Estado e a família analisando o trabalho de codificação próprio da estrutura estatal, que beneficia social e economicamente a família tradicional,

visando a privilegiar uma certa forma de organização familiar, reforçar aqueles que podem se conformar a essa forma de organização e encorajar, por todos os meios, materiais e simbólicos, o “conformismo lógico” e o “conformismo moral” como adesão a um sistema de formas de apreensão e de construção do mundo, do qual essa forma de organização, essa categoria é sem dúvida o ponto central (p. 134).

Zygmunt Bauman (2001) investiga essa noção de pertencimento por outra ótica, na qual o sentimento de comunidade é construído por meio da recusa ao estrangeiro, classificando-o como uma ameaça, que justifica o conceito de unidade interna diante da imprevisibilidade da alteridade, do outro.

Na expressão literária brasileira, essa associação entre nacionalidade e família foi explorada em várias obras, por diversos ângulos, principalmente em função da necessidade de estreitar esses laços metonímicos ou questioná-los. A expressão escrita, seja a literatura, o jornalismo ou a história, contribuiu arduamente para a construção do imaginário nacional e a conformação da família tradicional, conforme os moldes sugeridos pelo Estado ou pela intelectualidade de cada momento. Toda a análise de Benedict Anderson (2008) sobre a construção da ideia de comunidade imaginada se encaminha para a percepção dos jornais e dos romances como meios técnicos ideais para a representação da forma de comunidade concebida pela elite da época, nos anos iniciais da independência e formação dos Estados nacionais. Dessa forma, esses discursos ordenam-se na projeção de um país almejado, por meio de narrativas que corroborem um sentido comum, ou seja, “elementos destacados na construção coletiva de um passado e de um “nós” comum e identificado. A partir deles se daria uma espécie de confirmação hipnótica da solidez de uma comunidade, a qual naturaliza a história e o próprio tempo” (SCHWARCZ, 2008, P. 13).

Entender o próprio discurso da história como algo capaz de forjar uma narrativa identitária aproxima-o do discurso literário. Hayden White (1994) se aprofunda nesse exame, observando que ambas as produções, a da escrita da história e a da literatura, são íntimas dos mesmos processos de construção, tendo em vista que, até a Revolução Francesa, a própria historiografia era uma arte literária. Indicar a Revolução como marco dessa mudança é essencial pois ela estabelece também o momento de formação dos Estados nacionais europeus e, para os intelectuais da época, separar o discurso histórico da produção literária era a essência para fabricar uma suposta objetividade dos fatos que trouxesse legitimidade à narrativa da identidade nacional. Quer tratemos da historiografia, quer falemos da literatura,

o discurso tomado na sua totalidade como imagem de alguma realidade comporta uma relação de correspondência com aquilo de que ele constituiu uma imagem. É nesse duplo sentido que todo discurso escrito se mostra cognitivo em seus fins e mimético nos seus meios. (...) Neste aspecto, a história não é menos uma forma de ficção do que o romance é uma representação histórica (p. 138)

Estabelecer a relação de proximidade entre a literatura e a história é desvelar laços da construção identitária capaz de dar significado à vida humana e às suas ações perante seu grupo. Como ferramentas do discurso utilizadas pelo Estado para trazer lógica ao seu domínio e amplitude às suas conquistas, White (1994) sublinha que, nas narrativas histórica e literária, “os fragmentos têm de ser agrupados para formar uma totalidade”, já que “os fatos não falam por si mesmos, mas que o historiador fala por eles, fala em nome deles e molda os fragmentos do passado num todo cuja integridade é – na sua representação – puramente discursiva” (p. 141). É por meio desses recursos narrativos que o sentimento nacional passa a ter sentido, engendrando atitudes da vida cotidiana e instituindo um imaginário coletivo sob um mesmo discurso oficial. Da mesma forma, é possível interpretar o nacionalismo como uma forma de *parentesco*, ideia também presente na análise de Anderson (2008), no qual há a suposição inata de filiação e a obrigatoriedade de agir segundo ideais pré-concebidos:

Na narrativa nacionalista, “pertencer” é um destino, não o produto de uma escolha ou de um projeto de vida. (...) A questão foi decidida bem antes que essa ou outra pessoa começasse a andar e falar; de modo que a única escolha disponível ao indivíduo é entre abraçar o veredicto do destino com as duas mãos e de boa fé, ou rebelar-se contra ele e assim tornar-se um traidor da sua vocação. (BAUMAN, 2001, p. 201).

Nacionalidade e parentesco encadeiam-se como uma sina, na qual uma categoria identitária deve espelhar-se na outra, produzindo sentidos mútuos e semelhanças, continuidades e repetições. As possíveis diferenças que se inserem no jogo identitário abrem brechas que põem por terra ambos os processos de pertencimento, cindindo a identidade e deixando espaço para questionamentos que reforçam os hiatos do discurso metonímico. Ao tratar das associações entre tradição cultural e sua forma literária, Flora Sussekind (1984) demarca que, “quando são demasiadas as diferenças, quebra-se a possibilidade de reconhecimento mútuo, fratura-se o círculo familiar numa inquietante estranheza. (...) Ao invés do eco, ouve-se uma dúvida e percebe-se a possível ruptura de laços a rigor sagrados” (pp. 21-29). Tal situação constrange e fragiliza tanto a herança familiar quanto a tradição cultura, associadas que estão.

Neste sentido, para que não haja espaço para divergências, a cultura necessita ser “naturalizada”, ou seja, disfarçada de natureza para que se torne eficaz no seu enraizamento. Ao adentrar nesse jogo, o sujeito absorve a ideia de tornar-se *cidadão*, de forma a “ocorrer uma ligação entre a identidade pessoal e o pertencimento, no sentido de a pessoa em questão tor-

nar-se parte de uma nação” (BAUMAN & MAY, 2010, p. 214). Justamente devido a esses hiatos da narrativa nacionalista, o processo de pertencimento exige do cidadão um empenho, o que torna a relação entre o Estado e seus sujeitos tensa, pois a “lealdade incondicional a uma nação (...) está livre das contradições internas que transformam em fardo a disciplina com relação ao Estado. (...) O pertencimento a uma nação é compreendido como destino mais poderoso que o indivíduo” (p. 223).

De modo a assegurar sua permanência e ocultar as tensões do processo de pertencimento, o Estado nacional cria ferramentas para seu estabelecimento e fortalecimento. Ritos e instituições entram em campo para garantir esse pertencimento e conduzir o imaginário pessoal e coletivo. No que tange à família, talvez o rito principal se refira ao casamento, cerimônia que une o mundo civil e religioso, além de consagrar a unidade heterossexual, o patrimônio transmissível, o nome da família, sugerir a continuidade de laços e ideologias por meio da prole, além de eleger o afeto como pedra fundamental, o que torna obrigatórios os supostos laços ao posicioná-los no campo do sentimento. (BOURDIEU, 1996).

Relativo à nação, o grande trunfo reside na escola como ferramenta de afirmação, controle e homogeneização de discursos, pois, “no mundo moderno, a organização social da língua (escolas, jornais, romances) origina uma crença na antiguidade e na imperecibilidade da nação” (BALAKRISHNAN, 2000, p. 219). Assim, por meio da escolarização estatalmente programada e direcionada, o Estado-nação impôs a língua oficial, uma história una e um sistema legal unificado, de modo a sobrepujar os discursos contrários e silenciá-los:

o Estado-nação deveu seu sucesso à supressão de comunidades que se autoafirmavam; lutou com unhas e dentes contra o “paroquialismo”, os costumes ou “dialetos” locais, promovendo uma língua unificada e uma memória histórica às expensas das tradições comunitárias (BAUMAN, 2001, p. 199)

Embora a disjunção identitária acerca do nacionalismo e do parentesco venha a ser radicalmente aprofundada na literatura pós-II Guerra Mundial, já ao final do século XIX e anos iniciais do século XX havia um grupo de escritores que problematizavam a falência do impulso gerador, nos termos de Edward Said (1983): “a ruína da capacidade de produzir ou gerar filhos – é retratada de maneira que representa como uma condição geral que aflige a sociedade e a cultura juntas, sem contar homens e mulheres individualmente”<sup>13</sup> (p. 16). Dessa maneira, a produção literária reproduz essa problemática do pertencimento e da filiação por meio de personagens que expõem as dificuldades de estabelecer relações buscando fugir

---

<sup>13</sup> Tradução livre. As traduções dos textos cujos originais estão em inglês e espanhol são de minha autoria.

ao autoritarismo das estruturas tradicionais. Assim, os autores optam por representar “casais sem crianças, crianças órfãs, nascimentos abortados e homens e mulheres celibatários irremediáveis [que] povoam o mundo do alto modernismo com insistência considerável” (p. 17). Segundo Said, essa situação expõe a busca por novas formas de relacionamentos sociais e pessoais de forma a substituir os laços que conectavam os membros da família tradicional durante gerações. Em oposição à família tradicional, o crítico sugere a ideia de *afiliação* (*affiliation*, no original), uma demanda compensatória da falência dos paradigmas culturais dogmáticos.

Através do exame de produções literárias brasileira e alemã, Flora Sussekind (1984) analisa os desequilíbrios na estrutura familiar e o rompimento da continuidade parental, situação que metaforiza uma negação do pertencimento identitário nacional. Nesse contexto, “esterilidade e finitude para o pai, orfandade e impotência para o filho. (...) Quando de ‘Tal pai, tal filho’ passa-se para o ‘Tal filho, qual pai?’ desfazem-se simetrias, laços e descendências” (p. 27-28). Desfaz-se, assim, o contrato inaudito do pertencimento, evidenciando brechas do processo de forja identitária e possibilitando que se reveja a história do sentimento nacional por outra perspectiva.

A literatura, no que se refere à expressão da nacionalidade e do parentesco, ou à sua crítica, foi e é um campo de experiências importantes para reflexão e proposição de questões. Margarita Saona (2004) aproxima a questão da família e da nacionalidade indicando que “as nações latino-americanas têm se imaginado e seguem se imaginando por meio da família” (p. 19). Os discursos hegemônicos produzidos desde a fundação dos Estados nacionais da América Latina têm tido a família como parte constitutiva fundamental da nação, de maneira que esta se revela na forma que o sujeito dá à família, e a família é refletida como forma especular do sujeito, numa gradação de metonímias que constitui a alegoria dos pertencimentos. O romance como gênero literário surge simultaneamente à nação na sua configuração moderna na América Latina, demonstrando a função dessa forma narrativa como legitimadora da hegemonia e da história oficial: “O romance e a república estiveram frequentemente interligados, (...) por meio dos autores que preparavam projetos nacionais através da prosa de ficção e implementavam ficções de fundação através de campanhas legislativas ou militares” (SOMMER, 2004, p. 22).

Doris Sommer (2004) evidencia tais relações entre a ascensão do romance concomitantemente ao aprofundamento do sentimento nacional, ressaltando que “a literatura tem a capacidade de intervir na história, de ajudar a construí-la” (p. 25). No contexto latino-

americano, para a autora,

os espaços vazios eram parte da natureza demográfica e discursiva da América. (...) Os romances locais não apenas distraíam os leitores oferecendo-lhes compensações pela história nacional maculada; eles desenvolviam uma fórmula narrativa que solucionava incessantes conflitos, sendo um gênero conciliatório pós-épico que fortalecia os sobreviventes à medida que reconhecia os antigos inimigos como aliados (pp. 25-27).

Numa leitura dos períodos literários, em paralelo com o processo histórico de pertencimento nacional, talvez seja possível delinear um posicionamento no tratamento dessas identidades. O período romântico caracterizou-se pela formação dos Estados nacionais, no qual “as ficções de fundação buscavam superar a fragmentação política e histórica através do amor” (SOMMER, 2004, p. 43), de modo que a literatura servisse como uma pedagogia de costumes no nível individual, privado, mas cuja reverberação alcançasse o imaginário nacional. Pierre Bourdieu (1996) sublinha a importância da família por sua noção de unidade, por promover “sentimentos adequados a assegurar a integração é a condição de existência e de persistência dessa unidade” (p. 129). É dessa maneira que a maior parte dos romances românticos promove uniões conciliadoras que representariam a constituição da história nacional, celebrando, como no caso brasileiro, a miscigenação. Numa leitura que dialoga com Octavio Paz (2006), Doris Sommer (2004) indica que “os latino-americanos (...) procuravam remendar essas fissuras com o desejo visível de projetar histórias ideais para trás (como uma base legitimadora) e para frente (como um objetivo nacional), ou com a euforia dos recentes sucessos” (p. 34). O casamento, nos romances, passa a figurar como metáfora da consolidação nacional, no sentido de que tais arranjos “superavam diferenças regionais, econômicas e partidárias durante os anos de consolidação nacional” (p. 34).

Nosso exemplo clássico reside em *Iracema* (1865), de José de Alencar, que traz no título o anagrama do nome do continente, América, e cuja narrativa gira em torno da chegada do homem branco, Martim, e os desdobramentos de sua relação com Iracema, desde os conflitos entre as tribos, até o nascimento do filho dos dois, Moacir, com a morte da protagonista. Assim,

como uma solução retórica para as crises presentes nesses romances/nações, a miscigenação (...) é quase sempre emblemática da pacificação do setor “primitivo” ou “bárbaro”. (...) A coerência deriva do projeto comum de construir reconciliações e amálgamas de grupos nacionais, representados nas obras pelos amantes, destinados a desejar um ao outro (SOMMER, 2004, p. 38-40).

Esta narrativa, embora poetize o processo de colonização, não se furta a tratar do genocídio e dos conflitos gerados pelo homem branco na conquista do solo americano (o nome Moacir, resultado do encontro das duas etnias, quer dizer ‘filho da dor’), além da aculturação

como resultado da violência imperialista europeia.

O período realista, que corresponde, em termos cronológicos, ao contexto da falência familiar indicada por Said (1984), retrata os lapsos dessa construção identitária que se faziam notar nas obras que tratavam dos problemas sociais e familiares oriundos das políticas nacionais e dos costumes sociais. Enquanto o movimento romântico valorizava o casamento e os valores da família tradicional, apoiando sua relevância como “ficção social realizada”, ou seja, a categoria social capaz de “fornecer o modelo de todos os corpos sociais” (BOURDIEU, 1996, p. 129), o movimento realista volta-se para o *day after* dos casamentos pacificadores, revelando “as tensões e finalmente as fissuras presentes no ideal da família burguesa” (SOMMER, 2004, p. 34).

Considerada pela maioria da crítica como romance inaugural do realismo europeu, *Madame Bovary* (1857), de Gustave Flaubert, cuja narrativa volta-se para o tédio e o desinteresse motivados pelo casamento de Emma que procura o escape à realidade entediante nos romances românticos e em amantes esporádicos. Passando pela Luísa d’*O primo Basilio* (1878), até a resposta crítica de Machado de Assis à letargia da protagonista lisboeta, chegamos ao *Dom Casmurro* (1899), cujo narrador, Bentinho, representa vivamente a burguesia brasileira e sua orfandade ideológica, dando um passo à frente na crítica da conciliação nacional já presente no realismo europeu. O elo ascendente paterno inexistente do Casmurro, como já citado por Said (1983) e Gagnebin (2012); no contexto brasileiro, espelha o incômodo da elite brasileira ao encarar as lacunas da história brasileira, como o passado colonial e a colônia de degredados. A falta da figura paterna, na obra, assinala os problemas de filiação em relação à metrópole europeia, referencial ideológico da *intelligentsia* brasileira, com a qual esta se debate na busca de construir uma cultura própria e independente. Segundo Octavio Paz (2006),

durante mais de três séculos a palavra americano designou um homem que não se definia pelo que fizera e sim pelo que faria. Um ser que não tem passado, que não tem mais do que futuro, é um ser de pouca realidade. (...) Nosso nome nos condena a ser o projeto histórico de uma consciência alheia: a europeia. (p. 127)

A exasperação da questão da identificação nacional encaminha a narrativa machadiana à desconfiança em arranjos com as classes mais pobres, aqui identificadas por Capitu e José Dias, que transitam e parasitam ao redor da elite. Supostamente enganado por ambos, Bentinho é incapaz de ver-se no próprio herdeiro, fruto dessa união malfadada com Capitu, de modo que o narrador é obrigado a encarar a descontinuidade de uma tradição e a esterilidade do casamento pacificador da identidade nacional.

A caminhada do Brasil em direção ao século XX não se fez sem rachaduras no projeto identitário nacional. Perpassando pelas escolas literárias, a desigualdade de classes e o afastamento da maior parte da população do imaginário nacional elitista emergiram na produção literária trazendo divergências ao discurso unificador. A abolição da escravidão, embora tenha sido vendida para a Europa como demonstração de evolução política e social, produziu mais uma classe de excluídos à margem do sentido nacional. Ao final do século XIX, instalasse na tradição literária, a impossibilidade de uma filiação conciliadora que una as pontas soltas de uma narrativa oficial recheada de vozes silenciadas. Estas virão a ocupar definitivamente o campo literário brasileiro, inicialmente como objeto da narrativa, no Modernismo, e, posteriormente, como sujeitos, de histórias outrora ocultadas, na literatura contemporânea.

#### **2.4 Às margens do pertencimento: emergência de vozes periféricas**

A temática da família na literatura latino-americana é uma constante, que dialoga de modo profundo com a nossa própria genealogia e a nossa história do pertencimento. Saona (2004) relaciona essa persistência à necessidade da criação de um imaginário que constituísse a nação de modo a articular grupos diferentes e irreconciliáveis. Apenas a partir do modernismo, no século XX, principalmente, a produção literária vai resgatar as divergências que foram marginalizadas do processo de constituição nacional. A própria visão da família recebe nova perspectiva, tendo em vista que

ter determinada linhagem, determinada herança, acesso à propriedade, ser branco, índio, judeu, negro, homem, mulher, ser homossexual ou heterossexual são todos fatores que intervêm na inclusão ou na exclusão do sujeito na família e na nação, assim como na posição que se ocupa nelas (p. 17).

A ocupação do espaço literário por vozes dissonantes da identidade nacional constrói uma literatura cuja principal característica é sua “função de *recordante*”, de forma que, neste contexto, “a ficção é consubstancial com o ato de lembrar” (ACHUGAR, 2006, p. 164). O ato de lembrar constitui-se de uma expressão artística que reformule o nacional a partir da diversidade, de modo que os esquecimentos ditos característicos da literatura latino-americana recebam destaque e possibilitem uma alternativa ao discurso oficializado. Essa abertura à voz silenciada do outro amplia o debate sobre o discurso nacional, de modo a incluir, além da questão da “cidadania (ser iguais e visíveis) dos diferentes sujeitos sociais (integrantes não tanto da esfera pública ou privada como do conjunto social), [também] seu direito à narrativa”



(p. 158).

A emergência dessa problemática está diretamente relacionada à falência dos projetos nacionais e à incapacidade dos Estados nacionais em lidarem com suas minorias e suas diferenças, cuja culminação se encontra nas duas guerras mundiais (CHATERJEE, 2000). A II Guerra Mundial e o recrudescimento da barbárie em nível continental são marcos dessa mudança de perspectivas e da luta das minorias por se fazerem representar sem o intermédio de uma narrativa elitista. A arte necessitava, então, “expor as contradições do ambiente cultural, elaborando formas de linguagem estranhas aos códigos coloquiais e aos ranços da retórica autoritária” (GINZBURG, 2001, p. 117), evidenciando “pontos de articulação entre a realidade em torno de Auschwitz e o mal-estar da civilização brasileira, que cala seus traumas, que olha em volta sem a necessária perplexidade para o passado e o presente de barbárie responsáveis por sua formação” (p. 118). Num contexto de desigualdades fundadoras, como é o caso do Brasil, repensar suas narrativas pelos silêncios que as constituem, pelas personagens distanciadas de sua paisagem, por uma forma de narrar não hegemônica, é a possibilidade de pensar um modo de escrita e de crítica que democratize o acesso e a expressão de outras criações à margem da memória nacional. Para Hugo Achugar (2006),

a hiperinflação da memória que temos vivido nos últimos anos tem razões e fundamentos nos horrores que nós, os seres humanos, cometemos durante os últimos séculos e, com maior força, durante o século XX. (...) Tudo isso nos levou a construir um relato cultural (...) que denuncia a hegemonia dos intelectuais homens, heterossexuais, brancos, letrados, classe média, ocidentais, na construção de uma espécie de macrorrelato da história e da cultura que privilegiou a produção elitista das belas letras e belas artes” (p. 143).

A própria crítica e história literária sempre consideraram a relação entre a inserção do excluído nas letras apenas como objeto diegético, de maneira que o foco recaía sobre “os modos de figuração das camadas mais pobres na poesia, na prosa narrativa, no teatro” (BOSI, 2002, p. 257). Só com o espaço para produção literária de grupos minoritários, ainda que estereotipados pela crítica literária, que o excluído pode assumir um lugar de fala, e tornar-se sujeito do processo simbólico, possibilitando uma narração cuja perspectiva fende a dominância do discurso hegemônico.

As vozes marginais reclamam valorização de seus olhares sobre o mundo e sobre a narrativa do pertencimento nacional, buscando uma história que democratize a identidade, além de uma simples correlação entre a tradição familiar e a estrutura legitimadora da nação. Para Peter Burke (1992), a emergência de tais vozes ressignifica a hegemonia das raízes culturais socialmente reconhecidas, pois, “quando as temos, podemos permitir-nos esquecê-las [*as raízes*], mas quando as perdemos, vamos em busca delas” (p. 246).

Nesse aspecto, a relação das classes excluídas com a nação se mostra tensionada pela questão da memória e da legitimidade. O processo de formação nacional está diretamente ligado à demarcação de fronteiras, de alteridades, de modo que, para entender o Estado moderno, é necessário abordar “um processo totalizante, que acarreta uma pressão incessante no sentido da homogeneidade, a qual é, simultaneamente, um processo de exclusão” (VERDERY, 2000, p. 244). Assim sendo, na busca dessa pretensa homogeneidade, é inevitável que o processo de formação nacional marginalize alguns dos seus sujeitos cujas identidades fogem ao pertencimento tradicional. Esse sistema nos encaminha a pensar a nação como “campo de batalha, onde diferentes nacionalismos (ou seja, projetos de nação) combatem para alcançar a hegemonia” (ACHUGAR, 2006, p. 204).

No retrato da família nacional, as personagens componentes do recorte identitário, presentes ao fundo ou ao centro da imagem, apresentam diferentes graus de participação no projeto nacionalista, reiterando que homens e mulheres, e seus subgrupos, são diversamente afetados pelo ideário nacional. Silvia Walby (2000) postula que, na maioria das vezes, os projetos nacionais são fruto da experiência masculina, de modo que, majoritariamente, se forjaram estruturas sexistas que ignoravam a participação da mulher na sociedade. Ou melhor, reservaram-se a elas apenas funções específicas: como responsável por manter a coesão entre as diferentes famílias (a sua e a do marido) (BOURDIEU, 1996), ou como ledora de romances que domesticassem a imaginação, bem como propagassem “uma série de ideais nacionais do romance (...) embasado no amor ‘heterossexual’ e nos casamentos que oferecem uma figura para a consolidação aparentemente não violenta durante os conflitos morais da metade do século” (SOMMER, 2004, p. 20-21).

O imaginário constituiu-se, assim, por meio de romances que, unidos aos códigos constitucionais e civis, acabavam por servir como pedagogia de costumes da nova nação, engendrando, além de hábitos, histórias comuns que produzissem um sentimento de pertencimento mútuo pela popularização de narrativas românticas e que alinhavassem um passado comum. É nesse ponto que a nação se produz por meio de uma legitimidade emocional que justifique o apelo afetivo, ao encontrar “naturalidade num passado que, na maioria das vezes, além de recente, não passa de uma seleção, com frequência consciente” (SCHWARCZ, 2008, p. 10). Como se vê, a naturalização dos paradigmas constitutivos perpassa não apenas o foro coletivo, bem como se projeta na intimidade, por meio da construção do ideário heterossexual da cultura burguesa, de maneira que os romances acabavam por banir sexualidades alternativas, elegendo, por exclusão, modelos legítimos e socialmente abalizados. Portanto, “tanto o

amor romântico quanto o patriotismo podem ser confundidos com pressupostos naturais, embora saibamos que são produzidos, talvez, pelos próprios romances que parecem apenas representá-los” (SOMMER, 2004, p. 49).

Doris Sommer (2004) discute aí o alcance do controle do Estado, cujo impacto ia além da conformação do sentimento nacional, atingindo também a estrutura familiar e, por conseguinte, a identidade sexual dos sujeitos. A autora sugere um paralelo entre a abordagem dos projetos nacionais de Benedict Anderson (2008) e a análise dos corpos sexualizados de Michel Foucault:

enquanto as nações tomavam corpo, suas fronteiras eram meticulosamente desenhadas e seus recursos territorializados, a mesma coisa acontecia com os corpos sexuais (...). Foucault mapeia os corpos sexuais como lugares de produção nacional e de vigilância governamental, enquanto Anderson se espanta com o apelo libidinal que temos ao corpo político (SOMMER, 2004, pp. 54-55).

O Estado nacional demonstra estar, assim, incrustado não apenas na abstração do pertencimento, mas também na produção de sexualidades paradigmáticas, resultando em processos que inserem outras sexualidades e sentimentos de pertencimento na marginalidade da nação, impedindo a afiliação adequada desses sujeitos ao ideário nacional, na medida em que se produzem discursos que os afastam e estereotipam.

Como ferramenta essencial dessa proposta de repressão sexual e ideológica, a escola funciona como lugar de reforço dos modelos legitimados pelo Estado nacional. Hugo Achugar (2006) menciona que são a família e a escola os “lugares [que] representam, no nível do público e do privado, os âmbitos onde se processam e se constroem a memória; seja esta, respectivamente, a memória pessoal, a institucional ou a estatal” (p. 201). Essa imbricação da escola como aparelho instrucional do Estado ainda persiste, desde o início do século XX, na manutenção da leitura de romances ditos ‘nacionais’, “como fonte de história local e de orgulho literário” (SOMMER, 2004, p. 18). Em certo momento, esses romances foram utilizados como contraponto à imigração ostensiva, por temor desses estrangeiros “destruírem o núcleo cultural da pátria” e, posteriormente, como afirmação de uma identidade nacional coesa, principalmente durante os regimes militares que se alastraram concomitantemente na América Latina da segunda metade do século XX.

Segundo Achugar (2006), a ocorrência da ditadura em alguns países da América Latina produziu uma geração que necessitou repensar a própria representação (literária ou política), dando espaço à emergência de narrativas silenciadas e histórias que instaurassem um contraponto às formas autoritárias e violentas que a identidade nacional assumira. A experiência da ditadura levou a uma reflexão central no sentimento de pertencimento, “uma modificação

substancial no imaginário nacional pela inscrição da ditadura no horizonte do possível. (...) A experiência da ditadura, e em especial, de seu discurso nacional autoritário, nos fez sentir um profundo receio e rejeição a todo discurso nacionalista” (pp. 152-154).

Somado a isso, como modificação fundamental dos caracteres do Estado nacional, a globalização, ao permitir uma comunicação sem fronteiras, possibilitou o acesso indiscriminado a diferentes culturas e formas de pertencimento, que encontram eco, principalmente, nos grupos e sujeitos cujas identidades foram suprimidas do projeto nacional tradicional. Dessa forma, Zygmunt Bauman (2001) reconhece nessas novas possibilidades o declínio da relação sentimental entre o indivíduo e o Estado nacional, levando a uma dissociação fundamental entre o Estado (os limites territoriais) e a nação (ou seja, o sentimento de pertencimento). O sociólogo ainda postula que a contemporaneidade possibilita que arranjos diferenciados de pertencimento ocorram, sem a necessidade destes se concentrarem em limites geográficos impostos. A mobilidade incoercível, ao mesmo tempo em que renega o território imposto pela tradição nacional, traduz-se na possibilidade de afiliações (conforme termo de Edward Said [1983]) múltiplas que implodam não só a nacionalidade, mas também os papéis impostos e as sexualidades reprimidas.

As letras, conforme discutido, estão diretamente ligadas ao poder e, esse poder, ao jogo de silenciamento e exclusão que deformou o sentido nacional dos países da América Latina. Resultantes de um processo de desigualdades ontológicas, o acesso às letras representou o direito à cidadania ou a exclusão de direitos e de representação. Como recurso que protege e perpetua o poder, no caso do Brasil, o distanciamento do código escrito da língua impediu que, durante séculos, minorias alcançassem a possibilidade de contar a própria história, de ter direito a terra e a posses, de constituir arranjos familiares próprios, e, até há pouco tempo, de exercer o poder democrático por meio do voto. A constituição do cânone literário brasileiro reforçou nas suas páginas, tanto de produção artística quanto crítica, o esquecimento seletivo do outro pelos intelectuais (ACHUGAR, 2006), de modo que sua memória e sua voz não fizessem parte da memória oficial, reiterando uma construção do nacional limitada.

O desenrolar de processos históricos trouxe à produção contemporânea a necessidade de repensar a tradição literária, de maneira a evidenciar os personagens elididos do panorama literário, escondidos na lacuna da narrativa oficial. Para tanto, segundo Doris Sommer (2004), os projetos mutilados pela locomotiva do projeto nacional são hoje a temática principal de interesse dos autores, ora privilegiados que usam de sua pena para tentar dar voz à sua perspectiva sobre minorias excluídas, ora as próprias minorias que reformulam o painel literário,

trazendo, além de suas narrativas à margem do tradicionalismo, formas estéticas que se opõem aos modelos legitimados. O campo literário, assim, assume traços mais democráticos, rumo a uma diversidade de expressões que se façam presentes em outras instâncias do processo representativo, alçando a projetos identitários que vão além do nacional, instalando novas formas de pertencimento, mais viáveis ao dinamismo da experiência humana atual.

*A vida me fez de vez em quando pertencer (...). E então eu soube: pertencer é viver. Experimentei-o com a sede de quem está no deserto e bebe sôfrego os últimos goles de água de um cantil. E depois a sede volta e é no deserto mesmo que caminho.*

Clarice Lispector

### 3.1 A trilogia do pertencimento

Os três últimos romances de Adriana Lisboa têm o deslocamento como cenário motivador das tramas que, invariavelmente, problematizam a questão do pertencimento, seja em nível individual ou coletivo, de maneira que podemos entendê-los como uma trilogia, tendo em vista que um mesmo tema é retomado e desenvolvido sob perspectivas semelhantes. Em *Rakushisha* (2007), *Azul-corvo* (2010) e *Hanói* (2013), as personagens colidem em seus constantes trânsitos, que discutem origens e destinos próprios do mundo globalizado, por meio de percursos que, inevitavelmente, colocam em xeque seu lugar no mundo e o sentimento de pertença. O deslocamento, no contexto das culturas mundializadas da atualidade, tornam-se produtivos, ao modificar completamente a vida desses seres e trazer uma ordem própria à narrativa, que, muitas vezes, se desconstrói e se remodela de acordo com as experiências narradas. Há, assim, a possibilidade de reconstrução de identidades das personagens além dos documentos que os identificam, resultantes do estranhamento produzido numa realidade repleta de alteridades que pluralizam a busca de se localizar no mundo.

No primeiro romance dessa trilogia, *Rakushisha* (2007), a personagem Celina, após a morte da filha Alice, num acidente de carro, e o fim do casamento com Marco, realiza uma viagem para o Japão com um homem que acabara de conhecer, Haruki. Este, desenhista e descendente de japoneses, viaja para a terra de seus antepassados, inicialmente a trabalho, para conhecer as paisagens de um livro que irá ilustrar. O livro, que acompanha a trajetória tanto de Haruki quanto de Celina pelo Japão, trata da tradução do diário de viagem de Matsuo Bashō, poeta japonês do século XVII, feita pela ex-amante de Haruki, Yukiko, um relaciona-

mento cujo término marcou profundamente o desenhista. Assim, numa narrativa que sobrepõe diários, analepses e outras vozes narrativas, Lisboa nos faz acompanhar três percursos que dialogam entre si e percorrem um caminho que mistura memórias que, embora remetam à experiência individual das personagens, culminam na dinâmica das nacionalidades do mundo contemporâneo.

Em *Azul-corvo* (2010), a morte da mãe de Vanja a motiva viajar para os Estados Unidos em busca do seu pai biológico, com a ajuda do seu pai postiço, Fernando. Lá, conhece Carlos, uma criança que imigrara ilegalmente junto com a família. Juntos, os três percorrem parte dos Estados Unidos à procura do pai da garota, ao mesmo tempo em que a narrativa revisita a história de Fernando, refugiado político do Brasil, e a malsucedida guerrilha do Araguaia. Nessa narrativa, diferentes perspectivas sobre família e nacionalidade se mesclam por meio de planos narrativos que projetam uma discussão sobre o pertencimento e a estrutura familiar na atualidade.

*Hanói* (2013)<sup>14</sup> apresenta-se como uma narrativa sobre finitude, a qual acompanha David na sua descoberta e no processo de aceitação de um câncer terminal, que o encaminha para uma reflexão sobre suas origens multiétnicas, num diálogo com o pertencimento existencial e identitário. O contato com Alex, uma mãe solteira descendente de vietnamitas, realiza uma mudança na sua vida, até então sem emoções e sem reviravoltas, levando-o a sonhar em morrer em Hanói. A narrativa retrata os EUA como espaço de contato das mais diversas ascendências e descendências, em que diferentes etnias e culturas podem compartilhar, na sua estranheza de origens, um cotidiano em comum que leva a reflexões oriundas dos deslocamentos globais.

Os desdobramentos do processo de pertencimento se dão num contexto em que os deslocamentos funcionam como cenário<sup>15</sup>, elemento característico das narrativas que tratam de viagens e trânsito. Nos romances de Adriana Lisboa, o relato sobre o processo migratório, num contexto de globalização e questionamento de fronteiras, se realiza numa conjuntura em que a perda é decisiva para a composição narrativa e a evolução das personagens. Na análise aqui presente, a leitura indica um desenvolvimento teórico em que o processo de desterritoria-

---

<sup>14</sup> Doravante, os romances serão designados pelas seguintes siglas: RK para *Rakushisha*, AC para *Azul-corvo* e HN para *Hanói*. Ademais, o ano entre parênteses refere-se à data da primeira edição das obras aqui analisadas.

<sup>15</sup> O termo ‘cenário’ é aqui empregado como equivalente a *espaço*, na terminologia literária, e deve ser entendido como “um quadro de coordenadas que erigem a identidade do ser (...); esse conjunto de indicações - concretas ou abstratas - que constitui um sistema variável de relações” (SANTOS & OLIVEIRA, 2001, p. 67). Foi feita a opção pelo termo ‘cenário’ para evitar eventuais dubiedades, no texto, com outras categorias espaciais, relacionadas à questão do movimento.

lização culmina em questionamentos basilares sobre o nacional, o qual é revisto a partir de suas margens, produzindo perspectivas que influem sobre as escolhas diegéticas.

### 3.2 Os deslocamentos como cenário

A trilogia de romances de Adriana Lisboa, analisados sob a ótica do deslocamento, aborda questões que vão além da discussão sobre as consequências do desterro ou do movimento, como comumente narra a literatura diaspórica (BOLAÑOS, 2010). No entanto, esse conjunto trata da mudança de localidade como algo já estabelecido, situação em que se processam as tramas e na qual os desdobramentos da narrativa estão ambientados. Portanto, para entender a produção das obras de Lisboa, é essencial que se tome a situação da globalização como ponto pacífico a partir do qual as personagens tentam compreender a velocidade das mudanças e o contato constante com a alteridade. Inevitável é pensar que a mudança de espaço traz repercussões que alcançam o imaginário individual e coletivo não apenas acercado território e da unidade nacional, mas também sobre a alteridade e a subjetividade contemporâneas, produzindo novos modos de conviver *em rede*.

A situação migratória é o ponto de partida inicial destes romances, ainda que ela tenha se iniciado em tempo anterior à narração de alguns deles. É interessante salientar que em HN, obra que se passa, quase completamente, em Chicago, as personagens principais, Alex e David, são filhos de imigrantes; ele, filho de um brasileiro e uma mexicana, emigrados ainda nos anos setenta, os quais representam um movimento inicial em que cidadãos de países periféricos acorreram aos EUA em busca da prosperidade. Alex é filha de pai americano e mãe vietnamita, emigrada após seu país natal ter sido depauperado pela guerra. A viagem, o deslocamento, nesse caso, sedimenta a inadequação dessas personagens de múltiplas origens diante do ideário nacional e da fixação territorial; embora fossem, finalmente, cidadãos legais, os filhos recusam uma definição excludente ou redutora de suas identidades. Os próprios ascendentes dos protagonistas, cada um à sua forma, haviam reforçado essa inadequação ao novo país por meio do reforço da língua e outros aspectos da identificação na formação de Alex e de David.

Ela se chamava Alex. Um nome ocidental para um rosto cinquenta por cento. Não dava para saber de onde vinha, assim de saída. Se lhe perguntassem, ela diria venho daqui mesmo, nasci e cresci aqui em Chicago, e aliás foram raras as vezes que pus os pés noutra lugar. Já seu patrão, que ela agora sentia vontade de mandar ao inferno, vinha de fora, assim como grande parte dos produtos empilhados nas prateleiras do mercado. Assim como as conservas de jaca e goiaba.



Chamava-se Trung. Tinha exportado a si mesmo trinta anos antes, com alguns dos selos oficiais (somente alguns). (HN, p. 14)

O trompete como se cantasse na língua de Cartola, que era também a língua de um brasileiro anônimo saído da cidade de Capitão Andrade e migrado para o mundo de possibilidades dos Estados Unidos da América no fim dos anos setenta – o pai de David, cuja insistência em falar português dentro de casa tinha sido a responsável por David ser razoavelmente proficiente na língua.

Luiz, o capitão-andradense pai de David, não tinha feito isso por princípios. Não conseguia aprender o inglês a um nível que pudesse considerar confortável. Não conseguia nem mesmo parar de fazer cerimônia com o espanhol falado por Guadalupe, a mãe mexicana de David, de modo que Guadalupe acabou se convertendo e o português virou a língua oficial da família. (HN, p. 40).

Entende-se, portanto, que ambos são personagens representantes de uma segunda geração do fenômeno migratório, já nascida nos EUA, mas cujas referências de sua origem não estão de todo suplantadas, trazendo uma paisagem multicultural às obras, aludindo à música brasileira e aos seus autores ou ao consumo de produtos orientais.

Pela primeira vez na vida, tiraria um passaporte, e não seria para visitar familiares em Hermosillo ou em Capitão Andrade.

Seus pais tinham vivido ilegalmente no país até morrer, portanto essa singeleza de rever a família nunca havia feito parte da vida de David. Sair podia significar não voltar e ninguém estava disposto a correr esse risco. (HN, pp. 163-164).

Essa onipresença de componentes multiétnicos promove um clima de pluralidade cultural do qual as histórias que têm o deslocamento como pano de fundo não podem se furtar, tornando a globalização e a persistência da alteridade elementos fundantes, reverberando no tecido narrativo discussões do nível estrutural ao ético. Tanto em HN, quanto em AC e RK, a alternância de narradores é mais do que apenas um recurso moderno, ao ressaltar o lugar de fala do escritor diante da representação de personagens: não é mais tão simples dar fala a personagens cujas experiências não lhe são acessíveis, sem demonstrar essa preocupação no próprio espaço diegético. Os diferentes focos narrativos, a escolha da primeira ou terceira pessoa, as estruturas narrativas atribuídas a cada uma dessas opções, na obra de Adriana Lisboa, comunicam uma atitude contrária a uma perspectiva redutora ou hegemônica. A oscilação e, muitas vezes, a incerteza entre os discursos direto e indireto trazem ao romance uma discussão ética, de como dar lugar à fala do outro, que ecoa nos aspectos estéticos das obras.

A problematização da migrância surge sob a ótica da reflexão que beira a contemplar no tratamento delicado de RK. Nos três espaços narrativos que o romance explora, Lisboa apresenta diferentes percursos, em busca de uma ressignificação identitária, que se cruzam, formando novos caminhos na percepção dos paradigmas familiares e nacionais, ao mesmo tempo em que congregam perspectivas diferenciadas pelo tempo e pelas experiências. O diário de Bashō, escrito ainda no século XVII, traz a visão do poeta andarilho sobre o cotidiano do Japão no seu período de modernização, unido à condensada poesia dos haicais que condu-

zem os trajetos de Celina e Haruki. É a partir dessa esfera, do poético, que Celina revisa sua história com Marco e Alice, em busca de pacificar suas mágoas e dores. A escolha pela vida migrante de Bashō evoca, para Celina, a viagem, o deslocamento, “um pé depois do outro” (RK, p. 11), como uma espécie de cura, de bálsamo, tendo em vista que a vida no Rio de Janeiro a colocava em contato constante com sua própria infelicidade. O deslocamento, o país totalmente diferente, lhe serve como reaprendizado do percurso, o que inclui o ‘pé-após-o-outro’, tão significativo da sua trajetória.

Estive reaprendendo a andar. Estou reaprendendo a andar. Depois da tempestade, da era glacial, da grande seca, a gente pode usar a imagem que quiser, ninguém vai se importar muito, afinal quem somos nós se não menos do que anônimos aqui. (...)  
Posso ir bem devagar, o meu devagar, porque estou sozinha. Posso escolher o ritmo da minha dificuldade de caminhar, o ritmo do peso das minhas pernas. (RK, pp. 12-13)  
A viagem nos ensina algumas coisas. Que a vida é o caminho e não o ponto fixo no espaço. Que nós somos feito a passagem dos dias e dos meses e dos anos, como escreveu o poeta japonês Matsuo Bashō num diário de viagem, e aquilo que possuímos de fato, nosso único bem, é a capacidade de locomoção. É o talento para viajar. (RK, pp. 14)

Para Haruki, a poesia de Bashō serve como oportunidade de reconciliar duas pontas de sua vida: a viagem para o Japão lhe permite o contato com sua herança ancestral e com a memória de seu pai, numa trajetória que funciona como cerimônia de apaziguamento, ao mesmo tempo em que lhe possibilita se reconciliar com Yukiko, que representava o resgate dos elos ascendente e descendente de sua vida.

Yukiko era o nome dela. A tradutora. Yukiko havia trazido consigo Bashō, e a aquela inconsistência nipônica do próprio Haruki apesar de seu pai e de seus traços físicos e tudo mais. E o editor falando de um desafio e blá-blá-blá. (RK, p. 80)  
Um brinde ao falecido pai. Saúde, velho, onde quer que você esteja. O que você acharia de Tóquio? Quando foi que estive aqui pela última vez? Faz quarenta, cinquenta anos? Será que você reconheceria Tóquio?  
E por que nunca conversamos sobre essas coisas? E por que eu nunca te dei atenção, velho desgraçadamente ausente agora, quando você vinha querer conversar sobre essas coisas comigo? E por que eu nunca dei bola para as suas (minhas) origens japonesas, e por que nunca achei os meus olhos mais puxados do que o de qualquer brasileiro? Por que foi que eu te ignorei, e a mim também?  
Por que foi que um dia arranjei uma descendente de japoneses para amante? Você teria aprovado? (RK, p. 100)

A tradutora torna-se responsável, além da tradução dos diários de Bashō para o português do Brasil, também pela ponte (metáfora da tradução) entre Haruki e o seu passado, conciliando o fenótipo do desenhista e a viagem pela terra dos seus antepassados. Tal harmonização se cristaliza na forma carinhosa com que passa a se relacionar com a memória do pai, como se houvesse, com essa viagem, adquirido uma intimidade que lhe permitisse a aproximação.

Você ia ficar feliz, velho, ele pensou, esquecendo-se de que não chamava o pai, em vida, de você. Nem de velho, aliás. Talvez a morte permitisse um outro tipo de intimidade, algo da

sem-cerimônia que ele havia (havia?) tentado conquistar em vão durante quarenta anos. Facilitava improvisações. De repente o pai era um amigo, e de repente Haruki acabava de sair do consulado do Japão com a promessa de um visto para atividades culturais.

Aquele mesmo Japão ignorado por quarenta anos e que agora, subitamente, como um susto, abria-se a essas mesmas improvisações. Tornava-se possível, como chamar o pai afetuosamente de você. De velho. Palavra tapa-nas-costas.

O Japão saltando como um soluço para dentro de sua vida, tudo por causa dela. Yukiko. A tradutora. (RK, pp. 22-23)

Em AC, a situação migratória também é anterior ao nascimento da protagonista, Vanja, como que encravada na sua genealogia. Vanja, apesar de ter sido criada a maior parte da sua vida no Brasil, nasceu nos Estados Unidos, no constante trânsito de sua mãe, Suzana. Filha de mãe brasileira e pai norte-americano, os deslocamentos e intercâmbios culturais estão na sua origem e se refletem na sua percepção de mundo e de pertencimento. Essa atitude dialoga com a definição de *smooth sailing*, que representa uma fluidez sem ansiedade, um sentimento que dialoga da liquidez e não fixação da contemporaneidade.

Gostei da expressão *smooth sailing* na primeira vez que topei com ela. Tentava encontrar a melhor tradução para o português e nada me satisfazia. O sentido era avançar sem dificuldades. Mas ao pé da letra a coisa envolvia barco, mar e o navegar que é preciso, envolvia superfícies tranquilas e me lançava na época em que isso fazia sentido imediato. (...)

Mas eu velejava por mares calmos, ou seja, avançava sem dificuldades, ou seja, estava sendo bem-sucedida em minhas tentativas diárias de não tropeçar.

Barcos que velejavam por mares calmos desconhecem cascalho, pedras soltas no caminho, desconhecem pés. Sua mobilidade é feita de ondas e de vento, com as ondas certas e o vento certo o barco a vela desliza livre de metafísica. (AC, p. 94-95)

Para Vanja, os espaços se tornam intercambiáveis, de modo que sua função é basicamente utilitária, servindo apenas como ponto de apoio ou parte do trajeto pretendido, nunca como um destino em si. Portanto, não é o Rio de Janeiro ou Lakewood que funcionam como portos de sua navegação, mas como parte desse percurso do seu pertencimento, de modo tanto o território quanto o sentido de nacionalidade são contrapostos.

Lakewood, Colorado. Um lugar estranho. Mas eu não me incomodava com a sua estranheza, porque aquele subúrbio de Denver era, para mim, um mero utilitário. Algo de que eu me servia para atingir um fim. Uma ponte, um ritual, uma senha que você fala diante da porta e fica aguardando que abram, enquanto batuca com os pés na calçada, olhando ao redor só por olhar. Estar ali era estar em trânsito, e não tínhamos qualquer relevância para a vida um do outro: nem eu para Lakewood, nem Lakewood para mim. (AC, p. 18)

Marcando meu território num território que não era meu, como um animal bem-intencionado e equivocado marcaria usando seus fluidos corporais. Fazendo isso por fazer. (AC, p. 21)

A narrativa traz ainda uma marca própria do contemporâneo, no que tange à alteridade, que é a diversidade cultural encontrada nessa trajetória, demonstrando as consequências da globalização. Os espaços percorridos por Vanja, Fernando e Carlos apresentam uma heterogeneidade humana que faz emergir questões históricas, aparentemente apaziguadas pela pluralidade, mas que contém, desde seus topônimos, problemas estruturais. Ainda que povoa-

da por mestiços, as cidades trazem em sua origem desdobramentos coloniais repletos de violências e silenciamentos.

Minha mãe ganhava a vida dando aulas de inglês para os mexicanos que migravam de volta para o Novo México – tempos depois de os americanos terem migrado para lá, como ela gostava de dizer. Quem era estrangeiro ali, quem era local? Que língua a terra falava? (AC, pp. 27-28)

Ao contrário do deserto que, para Fernando corresponderá à esterilidade e à solidão como opção ao não pertencimento, os espaços, para Vanja, representam uma artificialidade que dialoga com o questionamento de fronteiras e nacionalidades. Dessa maneira, a paisagem sempre fluida do romance impõe uma incerteza acerca das demarcações estatais, que, em sua origem, como discute Hannah Arendt (1997) e Eric Hobsbawm (1991), foram fruto, antes, de decisões políticas do que de motivações culturais.

Eu não estava habituada a mapas, mas havia algo de intrigante neles. Parada ali, na sala da casa de Fernando, à noite, não me parecia existir um mundo mapeável. Tudo aquilo era uma abstração – estradas, fronteiras, estados e países distintos, cidades com o nome de Ojo Caliente ou Fairplay. Mas aquelas abstrações estavam lá mesmo, de fato, situadas num lugar bem específico e localizável, e por isso os mapas, e essa a parte intrigante. Se eu entrasse num carro e seguisse aquelas pequeninas veias amarelas e continuasse seguindo as pequeninas veias amarelas retratadas por outros mapas, toparia com fronteiras, estados e países distintos, cidades com nome de Fairplay e Ojo Caliente, e Juárez se continuasse, e Chihuahua e Zacatecas. E se prosseguisse, terra adentro, passaria pela Cidade do México e por Oaxaca, e depois viriam a Cidade da Guatemala e Tegucigualpa, Manágua, Alajuela, Cidade do Panamá, Medellín, Bogotá, e de repente eu veria o Brasil amazônico diante de mim. Seguindo em frente, haveria o Araguaia e sua memória e seu esquecimento de uma guerrilha, e dali, atravessando mais uns três estados, eu toparia de novo com a praia de Copacabana e seus moluscos atlânticos dormindo sonos azulados no fundo do mar. (AC, p. 109)

Assim como o espaço e suas arbitrariedades, as pessoas e seus deslocamentos, na contemporaneidade ressaltam o aspecto randômico dos sentimentos e dos pertencimentos, que não mais se ligam a afetos pré-estabelecidos ou a espaços pré-definidos, num diálogo com o *zeitgeist*, para o qual a efemeridade se processa tanto no nível individual, familiar, quanto no nível coletivo, nacional.

(...) Porque as pessoas se deslocavam daquele jeito da vida de uma à vida da outra, e mudavam de cidade, e mudavam de país, e adquiriam novas cidadanias. Por que, nesses deslocamentos, antigos amores sumiam do mapa, antigos amores transubstanciados em amizades sumiam do mapa. E pais sumiam do mapa. (AC, p. 77)

### 3.3 A perda como desterritorialização

Todas as personagens principais dessas obras passam por um processo de perda que acentua o sentimento de desterritorialização, aqui utilizada sob o conceito de Haesbaert (2006), para quem esse processo está ligado à perda da gerência própria sobre o espaço que ocupa ou o deslocamento que realiza. Numa aproximação com migrantes, refugiados e deslocados afins, todos os protagonistas dos romances de Adriana Lisboa aqui analisados sofrem “a perda de chão”, numa expressão popular, mas que dialoga diretamente com a ideia de perda do espaço próprio ou do controle sobre o lugar que ocupam, como discutido pelo geógrafo supracitado. Pode-se ainda relacionar esse fenômeno da desterritorialização à imobilidade como uma não existência, nos dizeres de Bauman (1999), situação comum aos seres da trilogia analisada. Tanto Celina, quanto Vanja, bem como David, encontram-se perdidos, sem referenciais identitários devido à experiência limítrofe da morte, sob diferentes aspectos: enquanto que, para David, a morte como auge da inexistência se avizinha para ele próprio, encaminhando-o para uma situação de descentramento; para Vanja e para Celina, a morte de outrem as faz perderem seus lugares no mundo, como mãe, filha, esposa.

Para todas essas personagens, manterem-se fisicamente imóveis em suas cidades-natal representaria o ápice de sua inexistência, pois já não se sentem mais vinculadas ao território, num desligamento que reforça o processo metonímico: a perda dos vínculos familiares (seja na perda da ascendência ou na impossibilidade da descendência, conforme Flora Sussekind [1984]) reforça a inexistência de laços que os afixem ao território, resultando na dubiedade da tríade família-terra-nação. A migração como instituição definitiva da modernidade e da pós-modernidade, assim entendida por García Canclini (2007) e Hannah Arendt (1997), tem sua origem nas disputas territoriais e políticas pós-I Guerra Mundial e foi aprofundada pela II Guerra Mundial e pelas oposições políticas da Guerra Fria, resultando no fenômeno das *displaced persons*, ligado aos apátridas e refugiados, que parece encontrar consonância no sentimento de “espera sem fim”, “falta de referência no mapa”, resultantes dessa perda de identidade que tanto aflige os protagonistas do romance, ao mesmo tempo em que os direcionam para refletir e repensar sua localização e relação com o mundo.

Tanto em HN, como em RK e AC, numa leitura da perda em suas diversas expressões nas obras, a partir de uma leitura das perdas, tendo por horizonte a reconstrução identitária, é possível pensar uma ligação entre os romances que represente uma sequência, seja em questões temáticas ou narrativas. No que se refere às questões familiares, a descontinuidade dos arranjos familiares presentes nas narrativas anula as estruturas tradicionais, num rompimento

genealógico que estremece a identidade fundamentada na linhagem, na filiação, inevitavelmente cindidos pela morte.

Em AC, a ruptura é ascendente, tanto do lado materno quanto paterno, o que provoca na jovem Vanja a necessidade de reafirmação de suas origens na busca pelo pai; essa investigação, no entanto, não reata os laços de uma estrutura familiar clássica, mas provoca uma redefinição do modelo familiar que se baseia no afeto, na similitude, conforme o pensamento de Sussekind (1984) sobre o panorama multiétnico brasileiro.

Essa reestruturação, no entanto, vai além dos limites geográficos, reunindo, sob a mesma entidade familiar, um garoto salvadorenho, um refugiado brasileiro – quase apátrida – e uma cidadã americana criada no Brasil, cuja filiação já indicava seu caráter multiétnico. A recusa em formular essa reconstituição identitária dentro dos limites territoriais – comumente relacionados a uma entidade nacional – demonstra, em nível macro, a produção de identidades que não se fixam a ideais pré-determinados do binômio nação-território, caro à constituição dos Estados-nações.

A perda surge como cenário do romance, inicialmente, na morte de Suzana, mãe de Vanja, situação que a projeta num limbo temporal e espacial, num não-lugar, incapaz de ser descrito pelo calendário, objeto que também representa uma instituição estatal de controle da vida humana. A perda da mãe, representativa dessa desterritorialização individual, mas relacionada à coletiva/nacional, assim como n’*O estrangeiro*, de Camus, a projeta numa percepção de questionamento de laços e rituais do pertencimento:

Um ano acabou em julho e outro ano começou em julho, mas eles não estavam emendados um no outro. Havia doze meses fora do calendário entre um e outro. Mais ou menos como aqueles dez dias que o papa Gregório XII arrancou do mês de outubro (...). Eu tinha estudado Gregório XIII e seu calendário na escola, parte daquela série de informações que me pareciam randômicas e que eles iam transmitindo ao longo de horas arrastadas que viravam semanas que viravam meses que viravam o ano letivo seguinte. Não sei o que o papa fez com os dez dias roubados. É possível que se encontrem no mesmo não-lugar onde foram parar os doze meses durante os quais morei com Elisa, coroados por aquela arrumação de malas, ou de mala, melhor dizendo, e a exoneração dos despojos. Em algum momento perto do fim desses doze meses, arrumei a mala com as coisas importantes, já mínimas, e fiquei esperando o telefonema de Fernando. (AC, p. 17)

Para Vanja, a imobilidade resultante dessa desterritorialização reforça a angústia da perda de sua mãe, aproximando-a do sentimento de estar-fora-do-lugar (*displaced*), reforçando a metáfora própria da cultura ocidental que relaciona o território com a maternidade (terra natal, dentre outras expressões). É nesse sentido que se abre para Vanja a possibilidade de reencontrar sua identificação por meio do deslocamento, em que a mobilidade represente o domínio sobre seu próprio percurso.

Eu olhei para ela e não disse nada mas pensei muita coisa, não era preciso ter coragem para fazer o que eu estava fazendo. Seria preciso ter coragem, isso sim, para ficar parada onde eu estava, ponto fixo no espaço, acalentando como a um animalzinho doente a ideia de que nada tinha mudado, de que nada era diferente, caminhando pelas mesmas ruas, alimentando os mesmos hábitos, me fingindo. (...)

Hoje sei que se não tivesse feito o que eu fiz eu ia me solidificar naquela vida, um osso que cola torto. Era aquela brecha que previa o impulso, o momento certo de pular clandestina dentro do trem de carga quando ele passa, se fosse essa a única maneira de sair por aí. Não havia nisso nada remotamente semelhante a uma suposta irresponsabilidade ou coragem ou espírito de aventura.

Não era uma aventura. Não eram férias nem diversão nem passatempo nem mudança de ares, eu ia para os Estados Unidos me hospedar com Fernando com um objetivo bem específico em mente: procurar meu pai (AC, p. 65).

Vanja passa a ocupar uma posição que condensa o *zeitgeist* contemporâneo ao postular que “num belo dia eu me dei conta de que não tinha importância o país onde eu estava. A cidade onde eu estava. Outras coisas tinham importância. Não essas” (AC, p. 215). Sua visão de mundo, dessa forma, assimila definitivamente a fluidez do sentido de lar, de pertencimento, tornando a nova família, formada antes por afetos do que por genealogias, o núcleo de seus referenciais identitários.

Sua posição, líquida acerca das noções de nacionalidade e território pré-definido, des- toa de Carlos e de Fernando, cujas formas de pertencer direcionam-se a polos oposto. Carlos, de uma família salvadorenha *sin papeles*, busca constantemente a aclimatação por meio da língua e dos costumes, assim como restante de sua família e se torna um híbrido de duas formas de pertencer. Embora os outros membros encontrem a definitiva inserção no mundo norte-americano com o casamento da irmã de Carlos com um estadunidense (neto de imigrantes, ironicamente), Carlos constrói suas relações de pertencimento com Vanja e Fernando, imigrantes e cidadãos ao mesmo tempo, num arranjo em que o afeto e a identificação ignoram as nacionalidades.

Quando a imigrante legal salvadorenha e o gringo se casaram, eles colocaram mais um carro na garagem e os dois carros, o dele e o dela, tinham cores combinando e placas personalidades HIS XO e HERS XO. Ideia dela, que gostava daquele jeito gringo de usar as duas letras, XO, para indicar um beijo e um abraço (ela não tinha certeza da ordem). Colocar beijos e abraços no para-choque era uma forma de confraternizar com o mundo. Socializar sua felicidade nas placas DELE e DELA. (...)

Mas antes das crianças vieram o pai e a mãe da ex-camareira e ex-garçonete, que ela mandou buscar no Colorado e instalou no quarto extra. (...)

A família encontraria a felicidade ali. Mas oito anos antes ninguém tinha como saber disso. (AC, pp. 125-126).

Carlos perguntou como é que ela sabia que nós éramos nós, bastante impressionado. E amou June de imediato, por tudo: porque ela sorria, porque tinha covinhas, porque sabia que nós éramos nós. Mas sobretudo por ter dito que ele era do Colorado. Era isso o que Carlos sentia no fundo do estômago, dos ossos, por trás das unhas, em tudo aquilo que nele fazia as vezes de raiz. No Colorado, algumas pessoas usavam adesivos nos carros com a palavra NATIVO. Uma vez Carlos havia jurado que ao crescer e conseguir seus papeles e ter um carro ia comprar um adesivo daqueles. Porque era assim que ele se sentia: NATIVO com montanhas ao fundo. E June só precisou vê-lo para perceber isso, o que era o bastante para que ele a amasse, recíproco, no mesmo instante. (AC, p. 155)

Fernando, por outro lado, não consegue completar seu percurso de pertencimento, posicionando-se numa constante negação da nacionalidade e do território, tanto por rejeição aos laços afetivos com o Brasil, de onde fugira, e sua recusa em pedir cidadania americana. Sua relação com a nacionalidade denuncia a truculência da ditadura militar e o relaciona a uma geração perdida de guerrilheiros, mortos e desaparecidos, definitivamente desligados do imaginário e da história brasileira. Sua mudança para os EUA, inimigos naturais do comunismo, cristaliza essa impossibilidade de vinculação, que é demonstrada por sua solidão e seu silêncio no contexto norte-americano, na escolha do deserto como lugar de moradia e num emprego que não exige contato ou aproximação.

Eu achei que Fernando não gostava de gente. Como segurança, na biblioteca, ele mantinha sempre aquele ar profissional e distante – o que não deve ser muito difícil, imagino, quando você é segurança. As pessoas não ficam se aproximando de você para bater papo. Ele usava aquele uniforme que impunha respeito, algo oficial e imbuído de poder, e os braços fortes por baixo do uniforme, e a cara de poucos amigos arrematando tudo. (AC, pp. 61-62)

Fernando era residente legal dos Estados Unidos fazia quase trinta anos, mas nunca tinha pedido a cidadania, ao contrário da minha mãe. Perguntei por que e ele me disse que era porque dava trabalho. (AC, p. 67)

Você nunca pensou em voltar ao Brasil? perguntei ao Fernando.

Pensei nisso algumas vezes.

E por que nunca voltou?

Não tem muita coisa para mim no Brasil.

Como assim, não tem muita coisa para você no Brasil? Você é de lá. Saiu porque foi obrigado a sair.

Vou te dizer a verdade, Vanja, eu não fui obrigado a sair. Saí porque quis. Sei que um dia te falei isso, que tive que sair. Saí porque quis. Sei que um dia te falei isso, que tive que sair. Mas ninguém me mandou embora, e outras pessoas na mesma situação ficaram. Estão por aí até hoje. Algumas no governo. Pagaram um preço, claro. Mas eu também paguei. (AC, pp. 145-146)

O deserto, como metáfora da travessia, da estrada, é ambiente imagetivamente significativa para essas personagens em trânsito e em busca do pertencimento. Entre-lugar inóspito e que foge a uma identificação precisa, que não parece comportar identidades ou nacionalidades, é, na cultural ocidental, vinculado aos povos nômades e ao eterno deslocamento.

Existe algo de intermediário nos desertos. Muitos viajantes disseram isso. É como se eles não fossem destinações, mas caminhos apenas. Grandes paisagens inóspitas onde você não se demora, que você apenas percorre entre um e outro ponto mais afável do mapa. E no entanto pessoas viviam ali. Pessoas vivem nos desertos e nos ermos áridos e semiáridos do mundo. Nesses lugares entre parênteses. Onde todas as coisas – sons, distâncias – vão habitar outra semântica. Parece um gesto de desespero. Ou quem sabe um abandono. (AC, p. 147)

O deserto, mais do que para os outros personagens, é a imagem que sintetiza a trajetória de Fernando e sua insistência na não assimilação. Suas relações de afeto estão inevitavelmente influenciadas por essa negação a se fixar/afixar, que vai desde o lugar onde escolhe morar até suas ligações amorosas, inevitavelmente líquidas e marcadas pelo deslocamento,



como Manuela, durante a guerrilha do Araguaia, Suzana, mãe de Vanja, e Isabel, durante a viagem com Vanja.

Eu o enterrei, um ex-Fernando debaixo do chão. E junto com ele, sua ex-vida, suas ex-memórias que, por mais que ele compartilhasse, seriam sempre e somente suas e de mais ninguém. (...) O que ele sentiu ao abraçar Manuela/Joana, Suzana, Isabel. O que ele sentiu antes e depois desses abraços. Ao desertar dessas mulheres ou ao ser desertado por elas (desertar: tornar deserto, abandonar, despovoar; deixar de estar presente; desistir, renunciar). (AC, p. 216). [grifo da autora]

Em RK, a ruptura da genealogia é descendente em duas frentes: na morte de Alice e na separação de Marco, situações que rompem definitivamente com o ideal patriarcal para o feminino, voltado para a produção de herdeiros e manutenção do nome (WALBY, 2000). A perda relaciona-se, mais uma vez, à imobilidade, na metáfora do andar/pés, que domina o romance inteiro. Se, inicialmente, essa imagem foi associada à Alice e ao seu interesse pela agilidade, no momento narrativo após a sua morte a simbologia encontra-se ligada ao reposicionamento de Celina perante o mundo.

Para andar, basta colocar um pé depois do outro. Um pé depois do outro. Não é complicado. Não é difícil. Dá pra ter em mente pequenas metas: primeiro só a esquina. (...) Um pé depois do outro. Ignorar o peso das pernas. Afinal este corpo é uma máquina que não tem motivos para estar apresentando defeito, ainda não, este corpo viu pouco mais de três décadas, é possível que esteja programado para muito mais. Está? (...) Posso ir bem devagar, o meu devagar, porque estou sozinha. Posso escolher o ritmo da minha dificuldade de caminhar, o ritmo do peso das minhas pernas. (RK, pp. 11-13)

A solidão de Celina, após a cisão dos seus elos familiares, que lhe requer o reaprendizado do andar, contrasta com a fluidez e a mobilidade do mundo nipônico. Por meio desse estranhamento, aprofundado pelas diferenças culturais, a protagonista entra num processo de reflexão da ausência que destoa do movimento humano ao seu redor:

Na primeira tarde em que choveu depois que cheguei, as bicicletas me deixaram preocupada. Tantas pessoas de bicicleta. E fiquei preocupada com as mulheres de saltos altos e não raro pedalando bicicletas. Mas tudo se ajustou numa confluência harmônica que só excluía a mim. (...) Carros, pessoas e bicicletas, guarda-chuvas e saltos se entendiam. Estranha, apenas eu. Na raiz da incompreensão. Mordendo meus lábios e o chiclete entre os dentes. Nenhuma das mulheres levou um tombo, as mãos conduziam bicicletas e guarda-chuvas como maestros talentosos, os carros paravam nas faixas de pedestres e o silêncio acolchoado de água caindo no pior horário do dia, quando aparentemente todos saíam do trabalho, me assustava como um sonho indevido. Aquelas pessoas tinham na bicicleta a destreza de Alice. (RK, pp. 46-47)

Para Haruki, a imobilidade também está calcada na memória da relação distante com o pai, que era expressada por meio da rejeição às suas raízes nipônicas. Dessa maneira, a viagem para o Japão também é, para ele, a reflexão e o resgate da sua história pessoal – que se reverbera ao realizar o percurso inverso ao dos antepassados, culminando na pacificação do seu passado. Se havia uma desterritorialização causada pelo contraste da sua aparência com

sua ignorância acerca do Japão, o deslocamento empreendido até lá permite a ele reconectar-se com sua ascendência.

Haruki se sentia um corpo estranho. Ele não devia estar suando. Ou que estivesse suando, mas que pelo menos falasse um japonês rudimentar. Os traços do seu rosto, seu nome, tudo lhe impunha essa responsabilidade – que, no entanto, ele nunca havia acatado.

Tinha informações básicas. Havia crescido ouvindo algum japonês dentro de casa. (...)

Ao seu lado, numa estante de madeira cheia de filipetas em japonês, observa-o uma perfeita bola colorida de origami. Era uma bola maior do que um punho fechado, feita de vários pedaços de papel. Haruki sentia-se integralmente desajeitado, como se fosse o antônimo daquela bola colorida de origami. Tão atrasado, tão deselegante e antinipônico, que direito ele tinha de sair por aí usando um par de olhos puxados? (RK, pp. 19-20)

Você ia ficar feliz, velho. Cutucar o passado com a ponta do dedo do pé. Para constatar sua imobilidade?

(...) Deixar sobretudo que a terra de Bashō se estampasse em seus olhos e na memória de seus olhos, ainda que em meio a toda a poluição visual que atraía crítica ao Japão de seus dias. (...) Quase um sonho, quase vida real. (RK, pp. 76-77)

A paisagem já parece familiar. O trem de regresso a Kyoto, o trem-bala que partiu de Tóquio. Haruki já é quase um deles, já é quase parte dali. Refazer um trajeto significa anotar-se no mundo. Deixar uma pegada, uma bandeira. Refazer um trajeto escava a cicatriz da passagem. Não é apenas descompromisso de mão única. (RK, pp. 181)

Celina, ao se ver desligada desse modelo feminino pela tragédia que anula o seu ser/estar no mundo, é confrontada com a persistência das memórias e da reflexão sobre o seu papel no mundo, de forma que o acaso do encontro com Haruki e a surpresa do convite para viajar ao Japão lhe possibilitam uma experiência que permita novas formas de identificação, distanciadas de um país cuja lembrança lhe traz dor. A viagem, ao questionar o lugar que ocupa no mundo justamente pelo deslocamento empreendido, lhe permite indagar seu lugar no quadro familiar do qual fazia parte.

Qual é o lugar que eu ocupo no mundo? Tem nome, esse lugar? Tem dimensões? Altura, largura, profundidade? Será um som, apenas, ou um gesto, ou uma possibilidade nunca explorada? O contrário do som. O contrário de um gesto - imobilidade, potencialidade. Desistência? (RK, p. 134)

As ausências, assim, cindem o percurso familiar tradicional engendrado pelo casal e pela sua filha, resultando num interposição que a retira do caminho pré-concebido e a encaminha para uma percepção além da própria perda, do próprio sofrer.

Ali ela desfez os elos, os laços, tudo aquilo que conduzia a ele. Menos a mágoa. Pois se ele era o culpado, que estava ao volante, que se distraiu ou cochilou ou fez uma manobra malfeita – não importava. Todos os caminhos se fecharam. Cresceu mato. O asfalto, em desuso, rachou. (RK, p. 185)

Dentre as possibilidades de experimentar sua nova relação com o mundo, está o relacionamento afetivo com Haruki, identificado pelo silêncio e pelos pesares em comum, totalmente díspar do seu casamento com Marco; há ainda o contato com a cultura japonesa, na qual se sente acolhida, apesar da estranheza de alguns costumes e da língua, de maneira que ela chega a encontrar similaridades com a cultura globalizada. A mudança de percepção sobre

o ideal familiar, ligada, mais uma vez, à perda, está simbolizada no seu objetivo, o de visitar Rakushisha (em português, a Cabana dos Caquis Caídos). A metáfora dos frutos derrubados da árvore após uma tempestade estabelece uma conexão direta com a perda de Celina, no acidente de carro, por meio de uma analogia poética suscitada pela delicadeza dos haicais e de sua contemplação filosófica da passagem do tempo e da efemeridade da natureza.

Diz a lenda que Kyorai tinha cerca de quarenta pés de caqui crescendo no jardim de sua cabana em Saga, subúrbio de Kyoto. Tinha acertado a venda dos frutos, certo outono em que as árvores estavam carregadas, mas na véspera do dia em que deveria entregá-los uma forte tempestade caiu, à noite. Não sobrou um único caqui. Desse dia em diante Kyorai passou a chamar sua casa de Rakushisha, a Cabana dos Caquis Caídos. (RK, p. 35)

Essa simbologia é reforçada pela sina andarilha do poeta Matsuo Bashō, que se tornou errante após a morte de seu companheiro Tōdō Yoshitada: “E em seguida [veio] a morte prematura de Yoshitada, o que levou Bashō a abandonar sua casa e adotar uma vida errante” (RK, pp. 141-142). A força dessa simbologia é ampliada pelo ato, repleto de sutilezas e significados, do perdão de Celina a Marco. Seu percurso até Rakushisha, sua viagem até o Japão, seu contato com outra cultura e com o silêncio ruidoso de uma língua que não compreende, além da potência presente nos pequenos atos dos japoneses – como a reverência na entrega dos objetos com as duas mãos – a metamorfoseia, de modo que suas motivações iniciais são abolidas e sua percepção é transformada pela jornada e pelo contato com o mundo oriental:

Porque ela vai embora, e não há nada que ele possa fazer a respeito.  
No envelope que o vendedor na bilheteria da Rakushisha lhe dá, escreve o nome de Marco.  
Pega uma folha do caderno que lhe serve de diário e escreve: me desculpa. Embrulha com uma folha do delicado papel japonês o último poema escrito por Bashō na Rakushisha.  
(RK, p. 186)

Dessa maneira, a viagem lhe possibilita repensar os laços afetivos e as possíveis filiações, de forma a propor uma relação que vá além do pré-estabelecido pelos modelos tradicionais de família e de lugar da mulher na sociedade, enquanto Haruki pode encontrar uma maneira possível de dialogar com seu passado e seu futuro com Yukiko.

Já em HN, a perda, ao contrário dos outros romances, está no protagonista do livro, David, com a descoberta de um câncer terminal do cérebro que, brevemente, irá lhe matar. É nessa atmosfera de uma tragédia premente que a narrativa se encaminha para uma redescoberta de laços por meio de afetos e arranjos familiares inesperados. O sentimento de desterritorialização produzido pela ideia da morte em David o faz repensar o direcionamento da sua vida, de maneira que procura ponderar sobre seus últimos dias de modo detido, em busca de uma motivação que dê sentido a eles:

Ao mesmo tempo tudo era, pela primeira vez, normal. Tudo eram substantivos. Nada como um médico revirando um pequeno elefante de pedra entre as mãos e listando números e sintomas.

(...) Quando te dizem que é o último gole, David pensou, você para, aguça os sentidos e sente o gosto da bebida pela primeira vez. (HN, p. 13)

A escolha pela mobilidade é essencial para David como forma de recusar a imobilidade da não existência, da morte: “David sabia que precisava sair. Do seu apartamento, do seu prédio, ir para a sua, para fora. Para longe do medo” (HN, p. 125). Sua opção pelo sonho de chegar a Hanói, ainda que não tenha se concretizado, representa a escolha pela não aceitação da fixidez da doença ou da morte.

Em contrapartida, é relevante pensar no contraste entre as duas gerações multiculturais presentes no romance: a geração dos pais de David e de Alex encontrou na migração uma alternativa à falta de oportunidade econômica ou uma fuga à guerra em seu país, ambas frutos dos problemas econômicos e políticos da Guerra Fria. Para Linh e Huong (respectivamente, avó e mãe de Alex) e para Luiz e Guadalupe (pai e mãe de David), a viagem não teve outros objetivos senão a sobrevivência; no entanto, sua geração foi responsável por instaurar, nas comunidades multiculturais que formaram nos países de destino, um sentimento de deslocamento físico e cultural que suscitou nas gerações seguintes um questionamento das fronteiras e da própria identificação nacional, entendido neste trabalho como um *zeitgeist* contemporâneo. Por outro lado, o deslocamento da geração dos pais dos protagonistas de HN parece nunca se apaziguar, de modo que eles jamais encontram consonância no novo território. Por isso, encontram dificuldades em se adaptar, seja aos novos costumes ou à língua, convertendo-se em pessoas eternamente deslocadas, o que reforça o conceito de *displaced persons*, em definitivo.

Quando finalmente parecia que Alex daria conta de tudo sozinha, Huong, sua mãe, e Linh, sua avó, deixaram Chicago e foram morar a cinco horas dali, numa cidadezinha de quinze mil habitantes. Fazia mais sentido. Elas não tinham nascido para milhões. Elas ficavam confusas na cidade grande, com o ritmo, com o barulho, com a falta de espaço, e nem duas décadas as haviam amolecido, nesse sentido.

Trung dizia mas é claro, elas vieram de um país rural. Elas trabalhavam no campo em um país rural devastado pela guerra. (HN, p. 17)

Luiz, o capitão-andradense pai de David, não tinha feito isso por princípios. Não conseguia aprender o inglês a um nível que pudesse considerar confortável. (HN, p. 40)

O pai de Alex saía de cena quando as coisas ficavam por demais vietnamitas entre Huong, Linh e Trung, quando os três começavam a conversar em sua língua e se sentavam de cócoras no chão de um jeito que o corpo dele não permitia. (HN, p. 78)

Nesse contexto multicultural, pensar no desenvolvimento desse sentimento de inadequação no quadro familiar pode trazer respostas para o questionamento das fronteiras e das afiliações nacionais nas gerações futuras, resultando numa disjunção espacial-identitária ca-

racterística do mundo globalizado e das gerações contemporâneas, representados por esse *zeitgeist*.

Sobre as gerações anteriores, cabe notar que, em HN, a mãe de David sofria de uma desordem mental que a fez abandonar a família e, talvez, se suicidar. A tragédia da mobilidade, aí, encontra-se na incapacidade de se adaptar, seja pela língua ou pelo cotidiano, e também na impossibilidade da legalização de sua situação migrante, denunciando a questão da *geometria de poder* evidenciada por Doreen Massey (1993, *apud* Haesbaert, 2006). Tzvetan Todorov (1999) também registra essa inquietude diante do choque cultural que se processa numa personalidade migrante, que, ainda que não seja aprofundada na personagem Guadalupe, tem fortes indícios que encontram paralelo na personagem de mãe de Carlos, em AC. Em HN, a narrativa aproxima as doenças (mentais) de David e Guadalupe para estabelecer os problemas de duas gerações, num diálogo imaginário:

E veja só você agora, David! Veja você agora. Sim, ele diria, se um dia se sentassem todos diante de uma mesa e colocassem o tempo e a história espalhados ali como peças de um mosaico que pudessem recombinar. Sim, mas as minhas alternativas não eram muitas. E quem foi que disse que as minhas eram? Guadalupe retrucaria. Não sei por que você me odiava tanto. (Eu não te odiava, tinha raiva de você, ele diria.) Bem, por que você tinha tanta raiva de mim. Já te ocorreu que parte da minha doença era fugir dos tratamentos, e que foi por isso que acabei – como acabei? Como uma estatística, foi o que você disse para sua namorada daquela época, depois que morri, não pense que não fiquei sabendo. (Era diferente! ele diria. Eram situações diferentes. Eu não tinha filhos, para começo de conversa.)

Mas o que David sabia de sua mãe? ele pensou. O que ele sabia acerca do que era, para ela, ser mãe? E do que ela sentia, e do que ela vivia? (HN, pp. 104-105)

Para David e Alex, a possibilidade de pertencimento conflita com sua história familiar, no sentido de que as perdas de seus genitores representam a busca de um futuro melhor para eles. As migrações não se refletiram em um sentimento de conciliação com o território atual, mas, sim, repetidas perdas familiares ou incapacidade de assimilação, seja para a geração migrante ou para a autóctone. Para Trung, Linh ou Huong, a perda e a impossibilidade de recuperação de uma identidade irremediavelmente deslocada se projetam no impacto sobre vivências incompletas, cuja plenitude reside em pertencimentos truncados.

A alma de Trung tinha ficado em algum lugar lá atrás, entre florestas vivas e florestas calcinadas e memórias confusas, ou então no meio do oceano e de barcos circundados de cadáveres que iam se perdendo no escuro da noite como boias disformes, ou em meio a estranhos cujo olhar nunca deixaria de ser fundamentalmente estranho.

Quanto a Huong e Linh, que conheciam bem essa história (a partir da fase náutica), suas pequenas almas também não pareciam estar ali, presentes, quando seus pés pisavam as calçadas das novas cidades pelas quais passavam. Mesmo quando aprendiam palavras do novo idioma e decifravam os costumes esquisitos de seu novo país.

Suas almas não estavam grudadas no corpo, Alex pensava. Pairavam em algum outro lugar, como se fossem pipas que elas empinavam e que flutuavam lá no alto, onde havia mais ar puro e menos todas as outras coisas.

Mas Alex seria o seu sucesso. As coisas iam se consertar na geração dela. (HN, pp. 46-47)

A iminência da morte provoca em David a necessidade de se reencontrar no mundo, diante dessa situação limítrofe, e a mobilidade, como expressão de liberdade e controle da vida, lhe aparece como alternativa à perda. Nesses contatos, ele, descendente de latino-americanos, encontra na estranheza oriental de Hanói a possibilidade de explorar o desconhe-

cido no sonho de viajar, como negação da inércia da doença, na fixidez das fronteiras das consequências somáticas. Essa libertação se expressa ao se desfazer de seus objetos, apagando os limites e os marcadores de seu lugar no mundo, num caminho que é o inverso dos refugiados e migrantes, desejosos de uma fixação.

Aproximar-se daquele limite, reduzir tudo o que tinha ao que coubesse numa mochila, era como ir soltando o mundo, largando a corda. Era como testar a vida no osso.

Não que até ali tudo tivesse sido opulência. Mas ele via a quantidade incalculável de coisas desnecessárias que até mesmo um músico fodido como ele arrastava por aí. Como se essas coisas servissem para demarcar o território: isto é meu, são os meus pertences, eles estampam o meu lugar no mundo. (HN, p. 106)

No início, David não tinha pensado em deixar o apartamento, mas em algum momento começou a parecer que seria a ordem natural das coisas. Livrar-se de tudo que havia ali dentro, esvaziá-lo como se esvaziavam os bolsos de uma calça, e depois se livrar dele também. Da vizinhança, das esquinas conhecidas. (HN, pp. 133-134)

Para David, dessa forma, o estranho ou o estrangeiro não se afiguram como problemas a serem enfrentados, mas como oportunidades de produzir afinidades e reconhecimentos para quem não está mais ligado a nada, assumindo o sentimento contemporâneo de mobilidade que se estende a territórios e a nacionalidades.

Será que em Hanói, um lugar tão estrangeiro para ele, a morte ficaria detida na fronteira? Será que tudo ali seria tão diferente e novo que ele também poderia ser diferente e novo, recomeçar, ressuscitar ao terceiro dia? (HN, p. 194)

Atravessaria ainda mais países. Ficaria mais tempo em cada um deles. Aprenderia línguas. Arranjaria os trabalhos mais simples que houvesse para bancar sua subsistência. Tocaria com músicos do Paquistão, da Rússia, da Argentina. Seria uma pessoa mínima e sem chão, uma pessoa em trânsito. Quando quisessem saber dele, já teria ido embora. Seu rosto ficaria queimado de sol, às vezes de frio, e as rugas ao redor dos seus olhos fariam com que parecesse mais velho e mais sábio do que de fato era. (HN, p. 222)

A unidade familiar, neste e outros romances de Lisboa, assume, além de outras contribuições da contemporaneidade, o caráter *transnacional*, no sentido de que sua “identidade social coletiva ultrapassa as fronteiras político-geográficas dos estados-nações em cujos territórios [ela] se mantém” (LOPES, 2010, p. 355).

### 3.4 O nacional a partir das margens

O questionamento de pontos outrora pacíficos na cultura hegemônica tem sido um aspecto constitutivo da literatura contemporânea, ressaltado pela emergência de movimentos sociais e o acesso a voz de parcelas minoritárias da população. A literatura brasileira, seja por meio de autores simpatizantes ou oriundos dessas faixas marginalizadas, tem colocado em xeque temas e estruturas outrora dominantes, problematizando questões sociais por meio do espaço estético. A migração, como fenômeno questionador do espaço, das fronteiras e do território, tem se tornado uma temática recorrente como reflexo de um panorama mundial de deslocamentos e, particularmente nos romances aqui estudados, tem tensionado concepções da identidade em direção a percepções que dialogam com o transnacional e o multicultural.

Há, em AC, um constante questionamento das raízes identitárias por meio de uma leitura do nacional a partir de suas margens. Por meio das figuras de um imigrante ilegal, uma menina órfã e um ex-guerrilheiro, o pertencimento americano, seja latino ou norte-americano, é revisitado numa perspectiva que põe em dúvida tanto o lema ufanista do Brasil na época da ditadura, quanto o *american way of life*. Para tanto, são apresentados e discutidos diferentes ângulos de uma narrativa em nível individual que se reverbera em nível coletivo e nacional, abordando a nacionalidade numa relação metonimicamente construída.

Para Vanja, por meio da narrativa em analepse, há um percurso de descoberta do lugar no mundo, a partir de sucessivas exclusões. Criada numa família em que havia apenas mulheres, após a morte da mãe, a filiação passa a se tornar uma questão cara, situação na qual o deslocamento surge como uma possibilidade de recuperação de sua identidade. Sendo estadunidense, filha de mãe brasileira e pai americano, estaria na sua genealogia a razão do seu questionamento identitário, performado ao lado do seu pai posticho, Fernando.

Eu tinha treze anos. Ter treze anos é como estar no meio de lugar nenhum. O que se acentuava devido ao fato de eu estar no meio de lugar nenhum. Numa casa que não era minha, numa cidade que não era minha, num país que não era meu, com uma família de um homem só que não era, apesar das interseções e das intenções (todas elas muito boas), minha. (AC, pp. 11-12).

O ano começou em julho. Não exatamente quando o oficial da imigração verificou o meu passaporte americano (que me identificava, mas com o qual eu ainda não me identificava). O ano começou semanas antes, quando Fernando telefonou. (AC, p. 14).

A tensão motivada pela sua identidade multicultural e sua família não-tradicional opõe-se diretamente ao discurso norte-americano de pertencimento e elogio à família hegemônica. São várias as instâncias de identitário nacional e familiar, na obra, que ressaltam a divergência daquele paradigma familiar, ao mesmo tempo em que são demonstradas as bre-

chas da família tradicional. Assim, tal sistema é exposto como uma ideologia de vinculação, ao mesmo tempo em que é excludente o que contrasta com o próprio contexto norte-americano, atualmente tão miscigenado. Em paralelo com a genealogia de Vanja, constituída basicamente por mulheres e oposta ao paradigma tradicional – como a família do seu dentista – há a exposição das lacunas de uma origem minoritária, que ecoa, metonimicamente, em sua origem nacionalmente periférica. O modelo familiar tradicional, no entanto, recebe um tratamento narrativo que, se não chega a ser irônico, é bastante crítico devido à estereotipia da foto familiar norte-americana.

Essa foi minha árvore genealógica até os treze anos de idade. Um homem e quatro mulheres em três gerações. Aritmética esquisita, amarrada como lenços coloridos dentro da cartola de um mágico. Uma árvore genealógica à qual faltavam raízes e que em lugar de certos falhos tinha apenas gestos meio vagos, indicações, sugestões, deixa-para-lás. (AC, p. 36)  
Descobri sozinha, um pouco mais tarde, que o oposto de *loserhood*, essa doença de que padecem todos os *losers*, era o meu dentista. Ele tinha a foto de sua família inteira na mesa. Todos usavam roupas combinando – em vermelho e branco, sobre o fundo de pinheiros nevados, num arranjo para o Natal. Foi a primeira vez que vi uma família reunida para uma foto temática. Todos eram louros, bonitos e sorridentes. Principalmente sorridentes, é claro. Eu me sentia envergonhada diante daquela foto: não tinha família. Também era americana, segundo os meus papéis, mas em essência era mesmo um produto latino, estava na cara – e no resto – com aquele monte de melanina insistente na pele. (AC, p. 40)

A questão do padrão familiar, dessa forma, influencia o componente nacional e étnico de Vanja, posicionando-a na margem desse discurso hegemônico do padrão familiar. Assim, veem-se as falhas de um pertencimento identitário dominante, devido à miscigenação que enfrenta os padrões tradicionais de genealogia. Essa abordagem reitera a leitura de Flora Sussekind (1984) que evidencia, no contexto brasileiro, devido às misturas étnicas, a semelhança como definidora das organizações familiares, em detrimento dos laços de sangue ou nome de família.

Essa metáfora do familiar/nacional é ressaltada ainda pelo sentimento de descoberta e formação existente na sua viagem em busca do pai, como em busca de atar laços e costurar um pertencimento sem vazios identitários, num procedimento semelhante ao dos discursos nacionais, repletos de silenciamentos e exclusões. Nessa obra, ao contrário de sujeitos hegemônicos e identificados por sua ascendência valorosa, como aqueles cristalizados pela história oficial, há uma família postiça, toda composta por minorias, excluídos e deslocados, suscitando uma leitura da trajetória individual (e, por metonímia, a nacional) que emerja das margens.

Paramos o Saab em frente à casa do Carlos, diante de um mosaico ralo e pequenas poças de neve dura. Carlos foi até a rua de mão dada com o pai. Havia solenidade em seu rosto: ele talvez fosse um pequeno e bravo soldado a caminho de resgatar a nação. Um pré-herói de gorro e luvas. Estava com cheiro distante de loção pós-barba. (AC, p. 144)



Nessa representação contemporânea em busca de uma nacionalidade e de uma família tradicional perdidas, as personagens de AC estão distantes da representação hegemônica dos heróis. Além disso, o percurso em busca do pai de Vanja é repleto de impedimentos que frustram a plenitude de sua história. Até mesmo o retrato oficial da ‘expedição’ resulta num conjunto repleto de estranheza, desde a casa do seu nascimento, ao fundo, como uma terra prometida agora estéril, aos ‘desbravadores’ em frente a ela, distantes do discurso idealizado da conquista da nação.

Fomos até o San Pablo Street Northeast e fiquei estarelecida ao ver que da casa onde havia morado até os dois anos de idade eu não reconhecia nada. Nada. Zero. Ela era feito uma fatia de terra removida do chão. Tinha na frente um jardim seco igual ao jardim seco de Florence, mas em menor escala. Tinha uma árvore seca. Descemos do carro e vagamos pelo quarteirão sem nenhum objetivo (...). Não havia reconhecimento em mim. Fernando podia estar me contando uma grande mentira, me mostrando uma casa escolhida a esmo, e não faria diferença. (...) Você quer tirar uma foto? Fernando perguntou. Eu disse que sim e ele pegou a máquina fotográfica velha no casaco e disse para eu e o Carlos ficarmos parados em frente a casa (ao revelar o filme, veríamos que eu tinha saído de olhos fechados na foto, e o Carlos com a boca meio torta, porque ia dizer alguma coisa ou passar a língua sobre os lábios ressecados). (AC, p. 192-193)

Por meio dessa experiência de desterritorialização, que perpassa tanto a discussão sobre o pertencimento familiar quanto nacional, a partir do deslocamento genealógico e geográfico, há uma dissociação identitária da ideia de lar, que será apenas equalizada sob uma perspectiva de pertencimento contemporânea e globalizada, para além dos rótulos de nacionalidade e território. Essa busca por uma localização, não raramente, é permeada por percalços identitários que denunciam processos de exclusão subjacentes às desigualdades em nível global.

Um fenômeno curioso acontece quando você passa tempo demais longe de casa. A ideia do que seja essa casa – uma cidade, um país – vai desbotando como uma imagem colorida exposta diariamente ao sol. Mas você não adquire logo outra imagem para pôr no lugar. (...) Conheci imigrantes brasileiros que tentavam esquecer que eram brasileiros. Arranjavam parceiros americanos, filhos americanos, empregos americanos, guardavam a língua portuguesa dentro da garganta num lugar de difícil acesso e só se orgulhavam de suas origens quando alguém mencionava de modo elogioso o samba ou a capoeira (essa última também, na origem, a luta dos deslocados, dos expatriados, dos arrancados de casa). (...) Talvez, uma outra hipótese, essa fosse a doença do imigrante latino-americano no primeiro mundo: o desespero de abraçar com toda força o país rico e dizer quero um pedaço. (AC, p. 70-71)

Essa impossibilidade de completa assimilação apropria-se do *zeitgeist* como uma recusa dos padrões de pertencimento modelares, em direção à quebra dos paradigmas familiares e nacionais, identitários, como um todo. Tanto a terra natal quanto a filiação materna estão rompidas irrevogavelmente pela distância e pela morte, fragmentado o pertencimento original de forma macro e micro.

Por outro lado, a opção de Vanja é (a)filiação-se à terra de sua nacionalidade oficial, a norte-americana, e ao pai oficial, ainda que ambas as ligações sejam artificiais, num embate que demonstra sua posição intersticial, em que seu pertencimento não é representado nem por sua documentação, nem pelas suas origens, numa atitude própria do sujeito contemporâneo e transnacional.

Depois que você passa tempo demais longe de casa, vira uma intersecção entre dois conjuntos, como naqueles desenhos que fazemos na escola. Pertence aos dois, mas não pertence exatamente a nenhum deles. (...) Você é algo híbrido e impuro. E a intersecção dos conjuntos não é um lugar, é apenas uma intersecção, onde duas coisas inteiramente distintas dão a impressão de se encontrar. (...)

Depois percebi que a vida fora de casa é uma vida possível. Uma vida entre as muitas vidas possíveis. (AC, p. 72)

Num belo dia eu me dei conta de que não tinha importância o país onde eu estava. A cidade onde eu estava. Outras coisas tinham importância. Não essas. (AC, p. 215)

Ainda que amparada oficialmente, Vanja não consegue se sentir totalmente representada pelos documentos e pelos órgãos oficiais que a classificam. Seja na escola ou na Polícia Federal, como representantes do Estado (e, por conseguinte, da nação) no âmbito pedagógico (ensinar a ser um cidadão) e do controle (organização e controle dos cidadãos), não há identificação possível, principalmente pela tensão provocada pela miscigenação do Brasil, que evoca um diálogo com a história do país.

Se bem que os brasileiros sempre se colocaram de um modo bem claro nessa história: alto lá, não somos imigrantes hispânicos. Pode olhar para o nosso rosto, a gente inclusive é bem diferente em termos de biótipo e não falamos espanhol, falamos português. POR. TU. GUÊS. (Na escola, eu tinha que preencher um papel com o meu grupo étnico. As opções eram: CAUCASIANO. HISPÂNICO. AMERICANO NATIVO. ASIÁTICO. AFRO-AMERICANO. Onde é que eu ficava nessa história?) (AC, p. 71)

O ano começou em julho. Não exatamente quando o oficial da imigração verificou o meu passaporte americano (que me identificava, mas com o qual eu ainda não me identificava). (AC, p. 14).

Para Fernando, o nacional se lhe aparece como uma impossibilidade representativa da sua geração, da qual sua personagem é particularmente expressiva. Como ex-guerrilheiro comunista, fugido do país no auge do embate entre a ditadura e as forças revolucionárias, sua história se mistura ao momento mais marcante da história do país no século XX, acerca do qual há constantes conflitos entre o discurso oficial e a voz dos militantes.

Como narradora do romance, Vanja dá espaço à lembrança de Fernando, relatando, principalmente, a malfadada Guerrilha do Araguaia, momento particularmente sanguinolento da atuação do Estado sobre os comunistas, mas cuja repercussão para o restante do país foi abafada e distorcida. A divergência e o silenciamento existente no discurso oficial, aquele ecoado pela escola como ferramenta ideológica do Estado, é demonstrado pela estranheza com que Vanja relembra a guerrilha. No entanto, esse episódio é posicionado em paralelo

com outras tragédias fundantes do Brasil (como o caso da construção da ponte Rio-Niterói, importante monumento do período ditatorial, que reforçava a magnitude do povo e do governo), nas quais outros marginalizados foram dizimados em nome de um discurso nacionalista de suposto progresso, o qual reafirma a exclusão do embate no Araguaia da história oficial.

E hoje em dia todo mundo está a par de tudo isso. Mas as coisas têm um rosto distinto quando vivemos o pós-elas. Quando nascemos tantos anos depois. Quando precisamos que nos informem, que nos expliquem, que nos digam que era óbvio o óbvio que pulou para dentro dos arquivos. As verdades feiras foram ao banheiro e retocaram a maquiagem. (Na escola, durante as aulas de história do Brasil, tudo era maçante, distante e levemente inverossímil. Eu acompanhava os pombos lá fora enquanto o professor dizia que durante os anos sessenta. (...)) (AC, p. 44)

Morreu muita gente na construção da ponte Rio-Niterói. Diz a lenda que os mortos ficaram lá mesmo, no fundo da baía, e a obra se ergueu por cima dos seus corpos. Se a lenda é verdadeira, quem cruza a ponte cruza um triste cemitério informal onde cadáveres convivem com peixes e concreto. (...) Com lendas ou sem lendas, a ponte chegou ao fim, entre todas as perfurações no subsolo oceânico e as outras monumentalidades adequadas ao maior país da América do Sul. (...)

Para mim, ele [o general Médici] era (mais) um nome num livro de história, num rol de presidentes passados que a gente tinha que decorar. Alguém que havia mandado no Brasil quando minha mãe ainda era uma criança. Quando eu ainda não era nem uma ideia (...).

Era como se Fernando e eu viéssemos de países distintos. (AC, p. 50)

O nacional e suas exclusões permeiam a história da Guerrilha do Araguaia, como a própria localidade em que se deu o embate, à margem do discurso brasileiro e das benesses do Estado. Assim, o isolamento da região e a existência de uma organização sociopolítica paralela ressaltam o esquecimento desse lugar, apenas vinculado ao Brasil em termos estatais, mas ignorado pelas ações governamentais e distante do centro econômico urbanizado.

O Pará é um país inteiro. Tem o tamanho de país. Dentro do Pará caberiam quase duas França. Três Japões. Duas Espanhas e uns trocados. Mais de mil e seiscentas Cingapur. Naquela imensidão ao norte do Brasil, que o próprio Brasil ignorava, viviam dois milhões de pessoas quando Chico pôs ali os pés pela primeira vez. (AC, pp. 46-47)

No meio da mata, os vizinhos eram os posseiros: gente fugida da seca dos estados do Nordeste, onde faltava a riqueza que caía ali com sobra, a água da chuva que enlameava o chão (...)

Os posseiros chegavam, ocupavam um pedaço de terra no meio daquelas terras sem dono. Derrubavam algumas árvores, construíam um barraco onde morar e iam ficando. (...)

Dali a pouco mais de um ano, o general Médici plantaria uma placa de bronze no tronco de uma árvore no município paraense de Altamira, inaugurando a grande estrada, que entraria para a história como a mais faraônica das obras públicas, concebíveis pelo regime militar. A placa dizia: Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde. (AC, pp. 48-49)

O Brasil só se lembrou daquele infinito lugar nenhum quando o lugar nenhum virou questão de segurança nacional, naquela época de gênese de Transamazônicas. Mas não resolveria, nem na metade de século por vir, seus problemas. (AC, p. 90)

O resgate da história da guerrilha, dessa forma, ganha contornos além da explicação dos abandonos afetivos de Fernando, mas retomam a história do Brasil num conflito com a narrativa oficial. Trazendo um relato cujo olhar vem de dentro do esconderijo dos militantes

comunistas, AC possibilita repensar uma abordagem da história dos esquecimentos, numa emergência de olhares que suplantem a hegemonia e ressaltem as desigualdades de um discurso apaziguador da nacionalidade e do pertencimento, que perpassa, inevitavelmente, pelo silenciamento de minorias.

(O que diabos estavam as mulheres fazendo metidas em política, tornando ainda por cima guerrilheiras, numa época em que ainda se esperava delas que ficassem circunscritas ao âmbito do lar e da vida privada? Putas comunistas. Era o apelido que elas ouviam nas sessões de tortura. Contra a pátria não há direitos.) (AC, p. 83)

É essencial pensar no discurso metonímico, que posiciona em paralelo a *nação* e a *família*, sob estratégias semelhantes de pertencimento, mediadas pelos aparelhos ideológicos do Estado, para fomentar um controle e uma reprodução de discursos dominantes, como recurso à leitura da ditadura no imaginário brasileiro. Na campanha de uma pretensa salvação do país da ‘revolução comunista’, o governo destruiu milhares de famílias, rompendo, em definitivo, o pacto que traduzia a estrutura familiar como imagem da união nacional, e vice-e-versa, expondo as opressões e as violências do discurso pacificador do Estado-nação.

Eu estava querendo mesmo falar daquele assunto. Muita gente não estava, era um assunto que ficava melhor fora da história oficial, mas a dúvida às vezes rói como um bicho. E ela roía, sim, uma pequena e paciente traça caminhando por entre letras, números e carimbos dos arquivos da guerrilha mantidos secretos pelas Forças Armadas. Onde estava o filho desaparecido, e sob que circunstâncias ele tinha desaparecido. Onde estava enterrado o cadáver, e como é que o corpo íntegro tinha virado um cadáver.

Contra a pátria não havia direitos? Com o passar do tempo, os pais dos desaparecidos no Araguaia iam morrendo eles também, iam morrendo sem saber o que tinha acontecido com o filho guerrilheiro, com a filha guerrilheira.

Mas como ordenavam os comandantes das Forças Armadas aos seus subordinados nos dias de repressão à luta armada, era preciso ver, ouvir e calar.

A guerrilha, em termos ideais, devia sumir, uma velha viúva esquecida em seu quarto. Janeiras fechadas, porta fechada, um coração fraquinho e pequenino batendo por trás de músculos flácidos, de peitos murchos, de uma pele enrugada. Ela não havia sido nada, não havia representado nada, de que adiantava pôr o dedo na ferida. (AC, pp. 85-86)

O Estado ditatorial, assim, não apresenta espaço para a divergência, que é imediatamente sufocada, em prol de uma propaganda pública harmonizadora, que acabava por carregar uma tensão dos discursos opostos/opositores. Em oposição ao recrudescimento de forças políticas contrárias ao regime, o enfoque no crescimento econômico e na conquista no campo esportivo servia como placebo ao cotidiano de torturas e abusos governamentais, além de ignorar a maioria de um país afundado em desigualdades e fome. É justamente esse discurso das margens, a história dos confins do Brasil, como a guerrilha do Araguaia, que é suscitada por Fernando, opondo-se a um identitário nacional cuja base está no silenciamento das divergências. A narrativa de Fernando evoca um paralelo ao projeto conservador e excludente do Brasil ditatorial.

No sul do Pará, onde Fernando viveu, não há mais mata, algumas décadas passadas. Na época em que ainda havia, a história oficial do Brasil se chamava Milagre Brasileiro.

Uma das coisas mais sensacionais de todas, naqueles dias, era a recente conquista do tricampeonato mundial pela seleção de futebol. Todo brasileiro conhece até hoje a marchinha de Miguel Gustavo, mesmo quem nasceu tempos depois, como eu nasci. Os tais noventa milhões em ação. Todos juntos, vamos. Pra frente Brasil, salve a seleção! De repente é aquela. Corrente pra frente. (...)

De repente é aquela corrente pra frente, parece que todo o Brasil deu a mão. Mesmo se algum torcedor vidente soubesse que a Jules Rimet viria a ser roubada e derretida anos depois, isso não diminuiria em nada a emoção da conquista do título.

Que era paralela a outras emoções nacionais. Talvez o professor de história tivesse explicado isso (...). Mas foi Fernando quem sintetizou para mim, enquanto o ônibus quase não saquejava pelas ruas lisas de Denver. Com a política econômica da ditadura, a inflação baixava, a taxa de desemprego baixava, o país crescia. Mas a coisa ia desandar, com uma crise de petróleo para azedar os humores. (...) Do mesmo modo, explicava-se ao país que era preciso primeiro fazer crescer o bolo para só então reparti-lo. E era assim que o salário mínimo caía em pleno milagre. E os mais pobres ficavam cada vez mais pobres. Em meados dos anos setenta, mais da metade da população brasileira era subnutrida ou desnutrida. (AC, pp. 86-87)

A violência repressiva do regime instaurou uma divisão no imaginário da união nacional que foi concretizada com a prática do exílio, forçado ou não, característica dessa geração. A desterritorialização, no sentido da impossibilidade de controle sobre seu espaço e deslocamento, representada pela prisão e tortura de um sem-número de pessoas, muitas definitivamente desaparecidas, suscitou um sentimento geracional do qual Fernando é um exemplo: uma geração rompida, cujo pertencimento, em nível individual e coletivo, fora destruído pelos anos de exceção.

Olho para os meus braços sem cicatrizes e penso cortes e penso choques elétricos. E me pergunto como as vidas viradas ao avesso e as pessoas viradas ao avesso reencontram o seu direito.

Não reencontraram. Ficam primas da árvore que nasceu no barranco, o tronco torto para sempre e as folhas se espichando crédulas ao sol porque é isso que as folhas fazem. (AC, p. 116)

Chico não viu Manuela procurando por ele, e o resto do destacamento, mas principalmente Manuela procurando por ele. Manuela, que foi sua companheira durante um tempo tão inoportuno, e que seria uma das desaparecidas da Guerrilha do Araguaia, uma suposta ossada entre as supostas ossadas enterradas em local desconhecido, um ponto de interrogação na história oficial do país durante as décadas por vir. (...)

Chico esteve em Goiânia, de passagem. Despediu-se da mãe. E foi embora, e nunca mais colocou os pés no Brasil. (AC, pp. 183-184)

Os afetos de Fernando são marcados, particularmente, por interrupções causadas pelos elementos fundantes do nacional, sejam as vicissitudes políticas ou as fronteiras. Sua relação com Manuela é rompida pelo seu abandono da luta guerrilheira, e o desaparecimento da combatente logo depois. A relação com Suzana acaba com a mudança definitiva dela para o Brasil, ainda que Fernando a aguarde. A relação com Isabel se constrói no trânsito e, como tal, dura apenas sua passagem. A impossibilidade de pertencer afetivamente, em nível individual, espelha a incapacidade de Fernando de ‘territorializar-se’ numa cidadania norte-americana ou

abandonar definitivamente sua relação com o Brasil, em nível macro e estatal. Ao mesmo tempo imóvel e sempre deslocado, como o dilema do trabalhador estrangeiro, de Sayad (1998), um “provisório-definitivo”.

E quando ela voltou ao Brasil ele continuou imóvel, conforme a promessa que havia improvisado e, de improviso, cumpria.

Imóvel, como um imóvel, uma casa, algo que você não arranca do chão e leva por aí, no bolso, na mala, na mochila. Uma estrutura construída sobre a terra, pesada, vedada, protegida das intempéries, preparada para o frio extremo e para o calor extremo, capaz de fechar portas e janelas ao vento, capaz de fechar cortinas aos olhos dos passantes.

Caso algum dia ela resolvesse voltar.

E cada dia que ela não resolvia voltar se somava ao anterior como um calendário que você vai compondo, ao qual se acrescentam folhas, e de repente ele pegou aquilo tudo e guardou na caixa de madeira de vinho El Coto de Rioja e colocou no fundo do armário e achou que já não fazia diferença. Ficar, ir embora. Já não era mais uma questão.

Falaram de uma vaga como segurança na Biblioteca Pública de Denver, bem no centro da cidade, aquele lugar limpo e arejado e funcional onde os livros se guardavam nas estantes, catalogados, e aonde as pessoas iam como romeiros informais consultar ou pegar emprestados esses livros. Um segurança numa biblioteca lhe pareceu uma coisa meio pró-forma.

Uma posição no mundo só para constar. (AC, pp. 178-179)

Em relação a personagem Carlos, há a necessidade constante de pertencimento, devido à situação movediça em que se encontra. Seja pela família de imigrantes, constantemente assombrada pela deportação, ou na busca de se encontrar como membro de um grupo, junto a Vanja e Fernando, sua trajetória individual à procura de assimilação representa, em nível coletivo, os problemas da imigração legal ou ilegal e a fragilidade de afiliações no mundo globalizado. Desterritorializado pela língua que não domina ou pela situação ilegal, sua família biológica é o espelhamento da fragilidade de relações com o território e a nacionalidade. No entanto, seu percurso de pertencimento é típico do *zeitgeist* contemporâneo, da globalização: a afiliação se dá numa família sem laços tradicionais, mas constituído por afetos e deslocamentos próprios que engendram uma reconstrução do padrão familiar ao perpassar diferentes nacionalidades e referências culturais.

Um talento de June: nós quatro éramos, de repente, essa grande família improvável, multinacional, cheia de línguas diferentes e sotaques diferentes para as mesmas línguas. Nossas idades eram em tese meio incompatíveis, nossas preocupações e ocupações idem, nossos passados talvez nos identificassem como animais de espécies distintas, resultados de processos evolutivos distintos, e no entanto ali estávamos. (AC, p. 158)

No romance RK, o questionamento da identidade nacional está presente nas trajetórias dos dois principais personagens, Celina e Haruki. Desterritorializados por perdas pessoais, juntos investem num arranjo afetivo sem contornos exatos, que foge a classificações mais óbvias, mas que tem um denominador que os comunica, ainda que a narrativa esteja repleta de silêncios. Suas narrativas pessoais foram rompidas, resultando numa situação que os leva a se encontrarem e, dessa união, podem repensar suas histórias por meio do deslocamento.

Esse percurso, no entanto, deve ser realizado em suas margens, fora dos acontecimentos centrais, o que dá ao romance um ritmo de aprofundamento psicológico que domina o desenrolar dos fatos. Assim, as reflexões dos personagens tomam palco como eventos, numa orquestra de vozes que reforça uma melancolia silenciosa por toda a obra.

(...) Eu me pergunto se a vida por acaso se faz de reencontros. Talvez se faça muito mais de tangentes, de movimentos periféricos, de olhares fugidios que no instante seguinte já se dissiparam. Por que fincar os pés, então? Por que não somente viajar? (...) (RK, p. 14)

Para Celina, a viagem lhe possibilita deslocar-se do Rio de Janeiro, que lhe traz lembranças dolorosas da morte da filha, Alice, e da separação de Marco. O deslocamento e a des territorialização, dessa maneira, não estão no seu conflito direto com o local em que vive, como para os migrantes ou refugiados, mas dentro de si própria. Com o contato com o estrangeiro, com o Japão, há uma correspondência do seu estranhamento interno com a cultura nipônica, de maneira que é possível repensar o seu lugar no mundo por meio da troca com o outro.

Como é que as coisas convivem aqui eu ainda não sei, eu talvez nem venha a saber, já vi moças de quimono comprando produtos Hello Kitty, não acredito que eu tenha a balança para isso, a régua graduada da maneira correta. Não sei se tenho capacidade necessária de assombro. (...)

Já me cerquei de familiaridade em três semanas, mas já não vou mais ficar muito tempo aqui, em breve vou embora, desfazendo para nunca mais essa rede de afetos só meus, afinidades não compartilhadas, como se eu fosse uma bolha dentro de Kyoto e Kyoto tivesse pequenos troféus secretos, guardados só para mim desde que foi fundada, há mais de um milênio. (RK, pp. 15-16)

Como ressaltado por Silvia Walby (2000), o papel da mulher para o Estado-nação está diretamente relacionado ao arranjo familiar produzido por ela e sua função também se volta para a manutenção dessa estrutura, como indica Bourdieu (1996). No caso de Celina, essa tragédia rompe os dois aspectos de sua ligação com o Estado-nação, o que explica sua atitude fluida diante da vida, dos relacionamentos e do espaço que ocupa. Devido à quebra desses laços, a personagem escolhe a não fixação, fosse de território ou de afetos, o que se embate no ideário nacional e familiar de fidelidade, conforme Bauman (2010).

Celina não queria ninguém em sua vida. Não se tratava de uma decisão formulada em longos pensamentos e posta em prática. Era mais uma constatação. Olhar pela janela e ver o tempo: aberto, fechado, talvez prometendo chuva. (...)

Já fazia algum tempo, quando conheceu Haruki. A primeira coisa em que ela pensou quando ele fez o convite, à porta do táxi, em pé na calçada da São Clemente, foi sexo.

E por isso quis responder que não. Não ao compromisso do sexo, de compartilhar a mesma cama, de acatar afagos, não à ideia repentina de ir ao Japão possível(provável)mente como amante oficial de Haruki e de ter que dividir seu corpo todos os dias com ele.

Celina sabia o que isso podia significar. Precisava estar alerta aos próprios movimentos, ao chão sob seus pés. Não podia se dar ao luxo da desatenção do sexo. Precisava estar alerta.

Uma coisa leva à outra e corre-se um imenso perigo, como ela sabia. Como ela havia aprendido seis anos antes: não, não uma simples decepção amorosa, um esfolar de joelhos dentro do coração (...).

Era maior, mais grave, mais escura do que isso a advertência que ela havia recebido uma vez. (RK, pp. 40-42)

A impossibilidade de se filiar afetivamente a alguém repercute por completo em sua vida, de modo que o ato de andar – verbo dominante no livro, e que equivale, metaforicamente, a ‘viver’ – se torna impossível, exigindo um reaprendizado. Essa imobilidade da perda, traduzida na dificuldade de andar, transforma, segundo a personagem, sua vida em algo sem futuro, sem perspectivas e sem demarcações que a identifiquem. Há, assim, um questionamento identitário em vários níveis, do individual ao coletivo, além de que há um pertencimento espontâneo, ligado ao lugar em que estivesse pisando.

Nada de amanhã é um outro dia. E nada de o tempo passa, não havia mais um de agora em diante, não existia nenhum tipo de projeção para além do instante exato daquela batida do coração. O futuro não existia mais. O passado sim, embora fosse esfumaçado e móvel. Mas o futuro não.

Foi preciso começar a reaprender a andar. Um dia Celina se deu conta de que o que mais lhe importava em seu corpo eram os pés. Onde seus pés estivessem no momento estaria sua alma, ou como quer que se chamasse, ela pensava, aquela parte do corpo que sempre ameaçava exceder o próprio corpo. (RK, p. 29)

A descontinuidade de sua trajetória estabelece um paralelo com o próprio Matsuo Bashō, cuja voz narrativa disputa espaço com a narração de Celina e o narrador em terceira pessoa. O significado de ‘bashō’ é justamente uma bananeira que não dá frutos, cuja inutilidade, fuga ao utilitarismo, dialoga diretamente com a arte tanto de Celina quanto de Bashō: artesão e poeta.

A falta de frutos da bananeira relembra a morte de Alice, e a falta de descendentes de Celina, fato que a desloca do mundo e a lança nessa jornada. Da mesma forma, Bashō havia escolhido peregrinar após a morte de seu companheiro, Yoshitada, assumindo, assim, uma vida errante e peregrina. Apesar de inexistir uma ‘filiação’ para Bashō ou Celina, devido às tragédias em suas vidas, há ainda possibilidades de ‘afiliações’, conforme Said (1983), ainda que em outros países, como lhe é possibilitado justamente por Bashō.

Foi uma bananeira que deu o nome ao poeta, o nome com que ele chegou até hoje, até Haruki, e através de Haruki até mim.

Bashō, a planta, a bananeira, é de uma espécie que não dá frutos. Uma bananeira sem bananas. Normalmente era plantada nos jardins dos templos. (...)

Para o poeta-bananeira, a bananeira sem bananas era um símbolo libertário e delicado da inutilidade: sua irmã. (RK, p. 47)

Essa errância que, para Bashō, representa uma redescoberta e um desbravamento do seu próprio país, tem sentido semelhante para Celina, em busca de realocar seu papel no mundo. O objetivo final dela, a Cabana dos Caquis Caídos, a *Rakushisha*, também dialoga com



sua perda e sua reflexão sobre o lugar no mundo, e a chegada ao local tem uma função curativa e pacificadora, lhe possibilitando o retorno ao Rio, como que reassumindo sua identidade nacional e permitindo um acordo com o passado, na figura de Marco.

As viagens de Bashō. Que uma vez escreveu:

VIAJANTE –

ESSE É MEU NOME

PRIMEIRA CHUVA DE INVERNO

A viagem sempre é pela viagem em si. É para ter a estrada outra vez debaixo dos pés. O lar de Bashō, como o dos navegantes, como o daqueles homens que passam a vida a conduzir cavalos, é em qualquer parte. É o lugar aonde a viagem decidir levá-lo. (RK, p. 121)

O questionamento identitário individual perpassa o coletivo na personagem de Celina, aprofundando-se na dor e no silêncio de sua perda, e no deslocamento de suas relações afetivas. Esse contexto leva a um desconforto, a uma falta de acolhimento que denuncia o vazio e o silêncio de um caminho solitário, sem Alice ou Marco a seu lado. Ainda que envolta pela estranheza e pela delicadeza suscitada por seu contato com o Japão, a iminência desse sentimento em Celina é uma resistência a qualquer tipo de assimilação ou abrigo, ainda que no estrangeiro.

Ela atravessou o pequeno túnel diante da estação de metrô e seguiu pela rua estreita, bordada de jardins delicados e semiocultos por trás de muros delicados, Konchi-in-dori. Mas de algum modo o acolhimento se esquivava. De algum modo suas duas mãos vazias de companhia de outras mãos insistiam em pesar, como partes do corpo fragilizadas, como se convalescentes de uma ruptura.

E eram isso. Ainda eram convalescentes. Foi o que comunicaram a Celina, enquanto os pés momentaneamente se roubaram a certeza de si. Os pés viajantes, totens, os amuletos que ela cultuava e de que necessitava para encobrir o oco duro nas palmas das mãos. (...)

E o silêncio era uma permanência. Pela Konchi-in-dori, ladeando muros baixos e delicados que só ocultavam parcialmente seus segredos. Havia alguma estranheza em tudo aquilo. O sonho se esgarçava? Estava se aproximando a hora de acordar? (RK, pp. 157-158)

Todos esses conflitos, sentimentalmente motivados e ligados a questões identitárias, tanto para Celina como Haruki, se tornam potencialmente produtores, de maneira a indicar novas formas de pertencimento e filiação que fujam ao paradigmático, seja em nível individual ou coletivo. É nesse sentido que esse destino inescapável, chamado de *maktub* no romance, é questionado, numa abordagem que tanto pode ser de nível pessoal quanto no nível grupal, como ressalta Zygmunt Bauman (2001). As vivências das personagens e suas respectivas perdas ressignificam esse suposto destino e lhes encaminham para novas formas de se relacionar e pertencer.

Antes, no início dos tempos, Haruki tinha intuído a felicidade, tinha pensado naquilo que devia estar escrito, maktub. Esqueceu-se das outras vidas de Yukiko, que se pautavam por outros maktub.

Por que as suas estrelas teriam privilégio sobre as demais? Eram só corpos celestes sem talvez nenhum poder de fato sobre os corpos terrestres de carne, osso e sexo. Os corpos sem

asas dos anjos deste mundo, que escrevem cada um sua própria história de acordo com aquilo em que cabem, e se desviam da vertigem do abismo. (RK, p. 90)

Da mesma maneira que o afeto e as relações amorosas são repensadas sob essa ótica não determinista, o pertencimento territorial e nacional também é revisto à luz desse *zeitgeist*, em que o movimento e as possibilidades de afiliação são partes do processo identitário, distanciando-os de um destino inescapável do Estado-nação. É só por meio dessa experiência limítrofe de revisão dos paradigmas do pertencimento que as personagens podem reencontrar e reformular sua relação com sua terra natal e seu lugar no mundo.

Este é o desafio. No assento de um trem-bala entre Kyoto e Tóquio. Deve haver como me perder, de algum modo. Deve haver como me perder para encontrar aquele lugar no mundo que nunca foi pisado antes, um território realmente virgem. Deve haver um modo, quem sabe, de partir em viagem e não regressar mais. Reduzir-se à mochila que vai às costas e a umas poucas mudas de roupa. Reduzir-se, ou agigantar-se, a uma ausência de casa própria e cidadania, esfacular o papel pega-mosca do cotidiano e fazer dele mesmo, cotidiano, uma aventura infinitamente deslocável. Descolável. Desgrudá-lo do chão. Levantar os pés para caminhar, estudar a bússola e o mapa, mas randomizar todos os gestos. Traçar uma reta, menor caminho entre dois pontos, e picotá-la com a tesoura, apagar trechos com a borracha, dissimular outros com o esfuminho, despistá-la em curvas. De tal modo a esquecer que um dia chegou a ser uma reta, dotada de ponto final. De objetivo. Desobjetivar-se. Esse, o território realmente virgem – o único. Assumir como um sentido a falta de sentido da vida. Em todos os sentidos. (RK, p. 80).

Em HN, apesar de a narrativa se passar praticamente toda em Chicago, há diálogos com outros países na figura dos antecessores dos protagonistas, de maneira que o nacional vem tensionado desde o início. Refletindo a geração pós-globalização, cujo questionamento do nacional vem nos seus próprios genes híbridos, oriundos de uma primeira fase da migração, outrora eufórica diante das potencialidades da ilusão dos Estados Unidos, a geração correspondente a Alex e David está às voltas com as consequências de processos migratórios resultantes de situações de exclusão social. Ainda que distantes de suas conjunturas nacionais, as memórias dos migrantes e a tensão linguística ainda existente reforçam um sentimento de inadequação nas personagens que se reflete nas suas estruturas familiares, repletas de lacunas.

A vizinha tinha fotografias do marido nas paredes de casa, e Alex imaginava sua mãe e sua avó – sobretudo sua avó – entrando ali como quem entra num museu de memórias coletivas. Não se pode dizer que dividimos as mesmas experiências, não. Mas sabemos o valor de flores secas, de cartas e fotografias que guardamos (por um tempo, apenas, no nosso caso: enquanto elas eram seguras) e de cartas que nunca recebemos e fotografias que nunca tiramos. Sabemos inclusive o peso dos nossos enganos e o quanto os enganos alheios pesaram sobre nós sem que pudéssemos fazer muita coisa a respeito. Seguir em frente era a nossa opção: aqui está, o seu caminho é este, siga em frente. (HN, pp. 17-18).

Tanto para Alex quanto para David, esse destino pré-construído surge como uma armadilha em suas vidas, as quais sofreram mudanças inesperadas e com as quais devem apenas lidar: a gravidez de Alex e a doença de David. Como desvios de um trajeto planejado, ambas são mudanças que colidem com o paradigma familiar: a doença terminal de David lhe impede

de dar continuidade à sua própria vida e, porventura, construir uma família, enquanto que a gravidez de Alex, além de inesperada, lhe transforma em mãe solteira, tendo em vista que o pai da criança é casado e não deixará a esposa. Se esse incidente leva Alex a acatar seu destino, causa em David uma necessidade urgente de modificar os seus últimos dias.

Nem Alex nem a bela Linh que trabalhava num bar em Da Nang, em um passado brutal, estavam em condições de exigir coisa. Leve-me já para o seu país, a mim e à nossa filha! Arrume um jeito de abandonar essa guerra e cuidar de nós duas! Largue a verdadeira sra. Técnico de basquete e leve a mim e ao nosso filho para viver com você! porque sim, é uma guerra, você sabe disso e eu também, mas se estivéssemos juntos já seria suficiente.

Você seria infeliz, Rita disse a ela.

Talvez. Linh seria infeliz com Derrick? Talvez.

Mas Linh havia sido extremamente infeliz sem Derrick, e quanto a Alex – bem, pelo menos ela e Bruno não passavam fome, e as crianças não diziam a Bruno, na escola, que ele tinha doze cus. (HN, p. 117)

A tensão da filiação estrangeira, inevitavelmente marcada nos traços da etnia que os personagens carregam, em oposição à nacionalidade norte-americana, é responsável por um dilema do pertencimento, carregado de desencontros e separações. Como o caso de Alex, cuja mãe e avó haviam tido filhos com norte-americanos, em relações que ou resultavam em abandono, no caso de Linh, ou num casamento que terminou em viuvez, como o de Huong. A própria Alex também tivera numa relação inter-racial, dando luz a Bruno, cuja mistura étnica carrega em si um desafio à assimilação e à identificação mais simplória, trazendo para o tecido narrativo sujeitos que carregam em si uma pluralidade não facilmente definível. Assim, os desdobramentos narrativos inevitavelmente colidem com um paradigma de pertença puramente étnico, histórico ou civil, dialogando com o contemporâneo no sentido de um hibridismo fundante das novas identidades.

Seu pai vinha vê-lo uma vez por mês. Dizia que era um primo distante e Bruno não achava estranho o fato de ele e Alex serem fisicamente tão diferentes, a cor, a altura, os traços do rosto. Os dois só poderiam ser primos à distância de uma encarnação. (...)

Um dia talvez Bruno somasse a cor da pele daquele primo gentil à cor da pele de sua mãe e concluísse que o resultado bem poderia ser a cor da pele dele, Bruno. Seria como combinar dois baldes de tinta. (HN, pp. 54-55).

A recusa de Alex em apresentar Max como pai de Bruno sintetiza essa escolha por uma filiação não programada, em que o afeto seja produtor, ainda que haja uma óbvia motivação étnica e hereditária. Essa opção de Alex é representativa desse pertencimento não obrigatório, opondo-se à família tradicional e à nação (aqui, na forma da etnia) como filiações essenciais. Dessa forma, fugindo aos padrões de semelhança e laços sanguíneos, a descontinuidade e a miscigenação se tornam idiossincráticas para as novas gerações, tornando a genealogia e, por conseguinte, a identidade coletiva algo intrincado e desconexo.

Bruno era alto para a idade. Às vezes Alex pensava numa família absorvendo aos poucos o biótipo de um outro povo. Tornando-se mais alta, alterando seus traços faciais. Estavam usando uma vassoura genética para apagar qualquer identidade com isto ou com aquilo. A ideia, talvez, era que ao fim não se parecessem com nada em particular. (HN, p. 112)

Viria o dia, talvez, em que ela poderia olhar para Bruno e não ver mais Max, cortar as associações em nome da sobrevivência, o pai do seu filho seria apenas o pai do seu filho, sem sombras, sem nenhuma dúvida. (HN, p. 116)

Essas associações baseadas puramente no afeto permitem, no romance, estabelecer arranjos familiares fundados por entre-lugares nacionais e étnicos, em que a mesma nacionalidade pode se expressar por meio de diferentes matizes e biótipos, o que passa a questionar a própria nacionalidade e territórios, tendo em vista que as mais diversas etnias e países são constituintes dessa nova geração, tão norte-americana e tão estrangeira quanto poderia ser.

E alguma coisa aconteceu, um estalo de proximidade. Ela pensou nos três ali na rua, revolucionários de alegres, e se lembrou do que David tinha dito antes. Basta eu passar umas horas com vocês, isso vai ser ótimo.

Poderiam fazer de conta que eram uma família. Se um deles era quase latino, o outro quase negro e a outra quase asiática, isso apenas apontava para alguma coisa pouco ortodoxa que não dizia respeito a ninguém. (HN, p. 155)

Seus biótipos miscigenados, enquanto representativos de novas gerações descendentes de migrações recentes, apontam ainda para uma história de imperialismo e colonialismo norte-americano, de exploração de países periféricos, ao mesmo tempo em que excluía e impedia a entrada dos migrantes oriundos deles. Assim, enquanto David desejava morrer fora de sua “terra-natal”, ironicamente seus pais haviam morrido nela como imigrantes ilegais. Nesses processos migratórios, há subjacente uma história de exploração, conquistas, violências e fronteiras que estavam diretamente ligadas à posição econômica e política dos países de origem, cujos desdobramentos afetam, ainda, as personagens protagonistas da obra.

O brasileiro de Capitão Andrade [pai de David] descendia de italianos. A mexicana de Hermosillo, até onde se sabia, descendia do povo que Hernán Cortés praticamente dizimou. Uma vez, muitos anos antes, David tinha escrito sobre isso na escola: sobre Cuauhtémoc, cujos pés o conquistador queimou numa sessão de tortura, em busca do tesouro oculto dos astecas, antes de mandar executá-lo.

A história da humanidade era coalhada dessas coisas. Conquistadores, torturadores, guerreiros. Esse tinha se transformado no seu principal argumento para ser um não conquistador. Um adolescente que não apostava corrida, estranhamente neutro diante daquela balança que lhe dizia ou você perde, ou você ganha – não existe o meio do caminho (HN, pp. 164-165)

Essa relação entre os traços e a história presentes na sua herança étnica ressalta, na narrativa, a importância do corpo como repositório identitário. Atrelado a isso, a narrativa traz associações do corpo a imagens espaciais, como territórios, países ou estradas que, por um lado, enfocam as consequências físicas do câncer de David, e, por outro lado, a história familiar e as origens de Alex.

Uma expatriada desde o berço [Linh], uma expatriada para sempre. Um resto de qualquer coisa, jornal, sacola de plástico, que vai sendo levado por aí com o vento, sem muito propósito.

Duas gerações depois, o que é que Alex tinha a ver com isso?

Uma lua de distância da história de Linh e Huong e Trung, o que David tinha a ver com isso?

Guerras em países distantes, e ainda por cima em décadas passadas, eram para os livros de história. Eram para alguém fazer um documentário de tempos em tempos. Eram para os pesquisadores dos departamentos apropriados nas universidades.

Não eram para deixar nosso corpo desassossegado, como se fosse conosco. Alex pensou. (HN, p. 181)

(...) Não havia muita margem de erro, no seu caso. Os sintomas já vinham colocando placas de trânsito no seu corpo, dizendo é por aqui. Placas de trânsito com limites de velocidade, com avisos de RUA SEM SAÍDA e com o vermelho histórico do PARE. De modo que não havia muita margem de manobra. Ele era como uma cidade tomada, cheia de barricadas e postos de inspeção. (HN, p. 22)

Numa história de deslocamentos, migrações e desterritorializações, os territórios e as fronteiras se inscrevem nos corpos e tentam direcionar suas vidas, ratificando os pontos de contato entre as histórias nacionais e as vivências individuais, refletindo-se num nível coletivo. Nesses meandros em que a história coletiva e individual se tocam, as personagens, por meio de suas experiências pessoais, apontam para uma coletividade representada nessa produção artística.

Na quarta-feira, a cidade e o resto do país comemorariam o dia da independência. Haveria festas, bandeiras e fogos de artifício.

Quando estavam vivos e juntos, Guadalupe e Luiz se uniam às comemorações. Para Luiz, nunca tinha ficado muito claro o que exatamente se comemorava, mas a independência era sempre algo louvável, ele pensava. No Brasil, por exemplo, um rei ou um príncipe, ele não sabia ao certo, tinha puxado a espada – que era sempre a coisa certa a se fazer nessas horas – e dito independência ou morte. Então ele ia ver os fogos de artifício no dia quatro de julho, e aquilo que lhe enchia os olhos, aquela beleza de filme.

Segurava Guadalupe pela mão. Segurava David, ainda criança, pela mão. E quando olhava para os rostos felizes dos dois via pequenos fogos de artifício brilhando dentro dos seus olhos também. (HN, pp. 226-227)

Enquanto o corpo se apresenta como território, no nível metafórico deste romance de Adriana Lisboa, a mente, como parte abstrata, corresponderia à nacionalidade, o ideário coletivo que congrega o espaço sob um conceito unitário. Assim como a história nacional e individual, os eventos e acontecimentos produzem narrativas que participam do processo identitário, agregando novas informações e percepções. Para David, a deterioração da mente, devido ao câncer cerebral, é representada como um ‘desaprendizado’, opondo-se ao nacional, seu acúmulo e sua seleção de informações representativas.

Nos dias em que estava se sentindo melhor, ele às vezes ia com Alex visitar Trung na parte da manhã, agora que ela estava de férias da faculdade. Conversavam. Às vezes ele ia para o mercado de tarde ajudá-la um pouco. Claro que se cansava com facilidade e ainda estava aprendendo a lidar com isso – o que era um aprendizado cem por cento inútil, porque ele sabia que, quando começava a se acostumar com um novo padrão do seu corpo, o padrão já não era mais aquele. Cheio de surpresas o seu novo corpo.

Era preciso aprender e esquecer, simultaneamente. Aprender cada vez menos, esquecer cada vez mais. (HN, pp. 190-191)

\*\*\*

Como personagens envoltos em deslocamentos e seus desdobramentos, os romances de Adriana Lisboa analisados aqui rediscutem uma forma de pertencimento não-tradicional, que representa a emergência de histórias e personagens periféricos à narrativa nacional central, trazendo consigo novas formas de pertencer e se relacionar com o outro.

Assim, enquanto *Azul-corvo* apresenta uma fase assimilatória agradável na figura de Vanja, com poucos ruídos no processo de pertencimento, há, em *Rakushisha*, uma revisão do percurso pessoal e suas relações com a terra natal, compreendendo que a volta é inevitável, o que irá culminar nos problemas pós-migratórios em *Hanói*, em que se analisam o *day after* dos deslocamentos econômicos e periféricos e suas alternativas a uma assimilação repleta de percalços.

A diegese, portanto, é tensionada na repercussão de vozes discordantes do discurso oficial, através de diferentes perspectivas narrativas que ressaltam um pluralismo ético da narração de Adriana Lisboa. Esta opção é representativa da conscientização de uma linha de escritores contemporâneos que destacam a margem dos acontecimentos e suas consequências nas experiências individuais e coletivas. Ainda que as obras estejam próximas, em termos estruturais, do modelo tradicional, o foco sobre as minorias femininas e/ou proletárias e deslocadas nas obras da autora cinde essa estrutura romântica ao orquestrar vozes, sem assumir uma voz narrativa hegemônica que solape outros discursos e suas perspectivas, trazendo luz e legitimidade a essas experiências minoritárias, culminando num diálogo produtivo com os limites e as transposições do nacional.

Esta dissertação se propôs a analisar a produção romanesca de Adriana Lisboa numa direção ainda pouco discutida, voltada às consequências do deslocamento humano, no mundo globalizado, em relação às categorias identitárias da família e da nação. Procurou-se examinar o problema da transformação desses paradigmas, posicionando-os nos paralelos de uma relação potencialmente metonímica, na qual dois aspectos significativos se equivalem em diferentes campos de impacto; neste caso, o coletivo e o individual. Ainda, a abordagem foi conduzida tendo por embasamento uma consciência representativa da atualidade, fruto de modificações sociais, históricas e políticas, aqui chamado de *zeitgeist*.

Para tanto, iniciou-se, no primeiro capítulo, uma revisão do fenômeno para as ciências humanas sobre a migração como um fenômeno que traz a alteridade para o primeiro plano, exigindo que o local conviva com seu outro. Autores como Nestor García Canclini e Rogério Haesbaert deram fundamentos a esse tópico do trabalho, através de conceitos que abordam o contexto multicultural globalizado e a reformulação do imaginário sobre o migrante no contemporâneo. Edward Said e Hannah Arendt foram a base do aporte histórico acerca da situação do migrante, complementados pelos deslocamentos conceituais analisados por Homi Bhabha como consequências da migrância. Como forma de ilustração, o romance de Albert Camus, *O estrangeiro*, foi analisado sob a ótica das mudanças pós-Grandes Guerras. No tópico seguinte, o deslocamento humano foi exposto como uma recusa às fronteiras e à vinculação nacional, na análise de Stuart Hall, discussão complementada pelos problemas estatais e jurídicos investigados por Abdelmalek Sayad, bem como a reprodução da desigualdade na mobilidade humana discutida por Doreen Massey. À frente, procurou-se examinar a miscelânea terminológica ligada ao deslocado, ressaltando a exclusão e as desvantagens sociais e econômicas representadas pela desterritorialização, por meio da discussão teórica de Silviano Santiago e Denise Rollemberg. A parte final deste capítulo voltou-se para o tratamento da temática do deslocamento e do nacional na história literária brasileira, identificando o aumento da intensidade do movimento das personagens ligado a um questionamento do pertencimento territorial, em direção à reavaliação desse conceito.

No segundo capítulo, o foco repousou sobre as questões relativas ao pertencimento familiar e nacional, com fulcro na reconsideração do processo identitário demonstrado na ruptura da estrutura metonímica. Inicialmente, a fantasia nacional é debatida por meio do fenômeno da xenofobia como resultado do recrudescimento migratório, evidenciando o conflito

do autóctone com o estrangeiro e expando a fragilidade do sentimento nacional-territorial. Os estudos de Zygmunt Bauman e Tim May, no campo sociológico, de Jeanne Marie Gagnebin, no filosófico, e de Eric Hobsbawm, na análise histórica, foram basilares para as discussões empreendidas. A seguir, ao acompanhar a evolução do conceito familiar, apresentado por Philippe Ariès e discutido por Pierre Bourdieu, percebe-se a reconsideração dessa estrutura mediada, principalmente, pela mobilidade. O tópico seguinte aprofunda-se na questão da metonímia como figura correspondente à dinâmica das instâncias do nacional e do familiar, movendo o olhar para a significação da representação literária desses conceitos, identificando a literatura romântica, principalmente, como constituinte do imaginário estatal. Por meio das contribuições de Benedict Anderson, Hayden White, Flora Sussekind e Edward Said, além dos estudos literários de Doris Sommer e Margarita Saona, a ideia de filiação se choca com a noção de afiliação, cara aos novos sujeitos dos séculos XX e XXI e emblemática do questionamento das formas de pertencer ao país e ao grupo familiar. Mais uma vez, a história literária é apresentada sob essa interpretação, detectando expressões dessa relação metonímica, tanto no sentido de aceitação quanto no de recusa desse sistema identitário. Trazendo o aporte principal de Hugo Achugar, os hiatos do processo de pertença são apontados como precursores do surgimento de narrativas que acusem as exclusões e violências simbólicas existentes na conformação do paradigma familiar e nacional, em direção à emergência de personagens minoritárias, disputando espaço com o discurso oficial rumo às possibilidades de representação.

O capítulo final teve como preocupação, além do diálogo com as contribuições teóricas acima desenvolvidas, o desdobramento dos problemas de pertencimento sob a estrutura metonímica nos três últimos romances de Adriana Lisboa. Acompanhando as personagens deslocadas das narrativas, a análise identifica, em primeiro plano, o deslocamento como a dimensão determinante para o desenrolar das ações, além do fomento de uma reflexão sobre as experiências pessoais, que transpassam o nacional. Por conseguinte, o movimento pode ser entendido como uma nova maneira de se localizar. Em *Vanja*, esse aspecto lhe suscita a necessidade de viajar em busca da reformulação de sua genealogia, ao mesmo tempo em que lhe possibilita tomar contato com novas formas de identificação, permitindo reinterpretar elementos paradigmáticos do pertencimento. A *casa*, por exemplo, que pode tanto significar o local de moradia quanto o território de pertença, deixa de ser um conceito estanque para se encontrar no próprio indivíduo. Para a personagem Celina, a tragédia lhe desloca por completo, de modo que apenas o deslocamento como realidade pode lhe permitir uma identificação, em busca de um apaziguamento. Os pés, parte do corpo expressiva para Celina, realizam no percurso o aprendizado do andar, que metaforiza a capacidade de acompanhar o deslocamento e



recuperar seu ritmo. David encontra no movimento uma utopia que se oponha à imobilidade da morte, sonho que permite ainda exercer uma mobilidade sobre sua vida e após (por meio da viagem da família de Alex) em oposição a um corpo que o enclausura como uma fronteira.

A perda compreendida como uma suspensão de vínculos, ou seja, uma desterritorialização, presente nos três romances como eventos decisivos, lança as personagens em situações que se convertem num sentimento produtivo para elas. Enquanto que, para Vanja, a perda da mãe, seu único ponto de fixação no Brasil e na sua árvore genealógica, lhe possibilita procurar outras formas de filiação, já sem raízes que a localizem, Celina, precisa reposicionar-se sem as presenças de sua filha e de seu ex-marido ao seu lado, que serviam como a conformação do seu espaço no mundo. A dor do trauma e a perda dos alicerces identitários *deslocalizam* as personagens, fazendo do seu percurso algo além da locomoção, mas como um processo de redescoberta de limites e de equilíbrio. A doença de David o desloca da trajetória esperada para ele, o que o faz encarar seu passado e seu futuro, tornando o presente algo difuso, sem limitações, representativo dessa desterritorialização. Assim, encontra no próprio passado as raízes de um descentramento identitário que pode lhe permitir um futuro que fuja aos paradigmas, seja da doença como limitação, ou do nacional como imposição.

Todos os aspectos constatados nos romances de Adriana Lisboa analisados no presente estudo direcionam o foco da narrativa para as margens do processo de pertencimento, tomando como material constitutivo das obras as ausências e as omissões, que, assumidas por personagens minoritários, se encaminham para uma identificação não autóctone ou unitária, mas multicultural e policêntrica.

Localizar Adriana Lisboa em meio às possíveis influências da literatura acerca do movimento vai além de uma diacronia da literatura brasileira, mas pode encontrar referências numa literatura mundializada sobre o estrangeiro, o migrante e o estranho, cujas consonâncias e ressonâncias estão diegetizadas na saga d'*O estrangeiro* de Albert Camus. Diante do espetáculo da globalização, já prenunciada nos detalhes do cotidiano do romance de Camus, conforme análise do primeiro capítulo, o sujeito contemporâneo encontra-se igualmente deslocado e descentrado, ora em busca de referenciais que lhe permitam pertencer, ora negando as estratégias tradicionais de filiação. Assim, enquanto Mersault se via às voltas com questionamentos identitários outrora representativos do seu pertencimento, lançado num mundo de incertezas e destruição dos pilares constitutivos, as personagens inquietas de Adriana Lisboa já iniciam seu percurso em um contexto de deslocamento nacional e reflexão sobre ligações parentais, que encaminha sua percepção de mundo para uma perspectiva fluida sobre as relações humanas e o pertencimento territorial, o *zeitgeist* contemporâneo.

É sob essa perspectiva temática, numa abordagem que privilegia as questões de filiação e pertencimento do sujeito contemporâneo perante as incertezas identitárias que fazem parte de sua constituição que a obra de Adriana Lisboa se aproxima dos questionamentos presentes em obras de outros autores que têm o deslocamento e suas conseqüências como temática, como João Gilberto Noll e Bernardo Carvalho. Ainda que esteticamente afastadas, no que a crítica literária costuma ressaltar de tradicional e preciosista na produção de Adriana Lisboa, seus tratamentos temáticos em larga medida se aproximam, num questionamento de projetos nacionais e individuais que é representativo da literatura brasileira contemporânea.

Tendo em vista os conceitos e a análise aqui expostos, esta dissertação se encerra na expectativa de ter contribuído para o aprofundamento de estudos sobre a obra de Adriana Lisboa numa perspectiva além do enfoque sobre preciosismo estético e sensibilidade doméstica, trazendo luz a uma discussão intensa sobre os sujeitos às margens de um processo desigual e violento de pertencimento, tanto diante de uma estrutura familiar agonizante ou de um imaginário nacional excludente e fragmentado. Nessa ótica, os romances analisados destacam narrativas não hegemônicas, que contribuem com a pluralidade e a riqueza de perspectivas do panorama literário brasileiro.

Pretendeu-se, ainda, ter desenvolvido uma abordagem sobre a literatura migratória que possa contribuir para a pesquisa sobre os trânsitos migratórios e a representação na produção artística contemporânea, na esperança de que este trabalho provoque outras formas de pensar a autora Adriana Lisboa e sua elaboração estética.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. **O declínio do Estado-nação e o fim dos Direitos do Homem**. Em: \_\_\_\_\_. *As origens do totalitarismo*. Trad. de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Pp. 300-336.

ARIÈS, Philippe. **A família**. Trad. de Dora Flaksman. Em: \_\_\_\_\_. *História social da criança e da família*. São Paulo: Editora LTC, 1981.

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Trad. de Bruno César Cavalcanti e Rachel Rocha de A. Barros. Maceió: EDUFAL/UNESP, 2010.

BALAKRISHNAN, Gopal. **A imaginação nacional**. Em: \_\_\_\_ (org.). *Um mapa da questão nacional*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000. Pp. 209-226.

BAUMAN, Zygmunt & MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Trad. de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. Em: \_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Trad. de Plínio Denzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001. Pp.193-230.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. **A escrita e o excluídos**. Em: \_\_\_\_\_. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O espírito da família**. Em: \_\_\_\_\_. *Razões práticas sobre uma teoria da ação*. Trad. de Mariza Corrêa. Campinas: Editora Papyrus, 1996. Pp. 124-135.

BRANDÃO, Luis Alberto. **Mapa volátil**. Em: \_\_\_\_\_. *Grafias da identidade: literatura contemporânea e imaginário nacional*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Lamparina Editora/Fale (UFMG), 2005. Pp. 35-66.

BURKE, Peter. **A história como memória social**. Em: \_\_\_\_\_. *O mundo como teatro*. Trad. de Vanda Maria Anastácio. Lisboa: DIFEL, 1992. Pp. 235-251.

CAMUS, Albert. *O estrangeiro*. Trad. de Antônio Quadros. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Introdução**. Em: \_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. Pp. 25-39.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e subdesenvolvimento**. In: \_\_\_\_\_. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. Pp. 140-163.

CAPAVERDE, Tatiana da Silva. **Estrangeiro**. Em: BERND, Zilá (org.). *Dicionário de figuras e mitos literários das Américas*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Editora da Universidade, 2007. Pp. 249-255.

CASTELLS, Manuel. **A nova economia: informacionalismo, globalização, funcionamento em rede**. Em: \_\_\_\_\_. *A sociedade em rede*. Trad. de Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Pp. 119-208. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1)

CERTEAU, Michel de. **Práticas de espaço**. Em: \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. Pp. 169-312.

CHATTERJEE, Partha. **Comunidade imaginada por quem?** Em: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000. Pp.227-238.

CRESWELL, Tim. *On the move: mobility in the modern western world*. New York/London: Taylor Francis Group, 2006.

CURY, Maria Zilda Ferreira. Novas geografias narrativas. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 7-17, dezembro 2007.

DAPIEVE, Arthur. **Orelha**. Em: CAMUS, Albert. *O estrangeiro*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2012.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

EDOM PIRES, Maria Isabel. **Estrangeiras no próprio país**. Em: \_\_\_\_\_ (org.). *Formas e dilemas da representação da mulher na literatura contemporânea*. Brasília: EdUnB, 2008. Pp. 59-71.

FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

FERNANDES, Ronaldo Costa. *A ideologia do personagem brasileiro*. Brasília: EdUnB, 2007.

FOUCAULT, Michel. **De outros espaços**. Em: \_\_\_\_\_. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Trad. de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. Pp. 411-422.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Da relação com o outro: familiaridade ou indiferença?** Em: FOOT HARDMAN, Francisco; GINZBURG, Jaime & SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Escritas da violência. Volume 1: o testemunho*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2012. Pp. 161-173.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *A globalização imaginada*. Trad. de Sergio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Família**. Em: \_\_\_\_\_. *O mundo na era da globalização*. Trad. de Saul Barata. Lisboa: Editorial Presença, 2000. Pp. 57-68.

GINZBURG, Jaime. **Literatura brasileira após Auschwitz**. Em: *ALEA*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, julho-dezembro de 2001. Pp. 117-126.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas & LESSA, Ana Cecilia. *Figuras de linguagem: teoria e prática*. São Paulo: Atual, 1988.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

LISBOA, Adriana. *Azul-corvo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

\_\_\_\_\_. *Hanói*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

\_\_\_\_\_. *Os fios da memória*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

\_\_\_\_\_. *Rakushisha*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

\_\_\_\_\_. *Sinfonia em branco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

\_\_\_\_\_. *Um beijo de colombina*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LOPES, Denilson. *A delicadeza: estética, experiências e paisagens*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

MOISÉS, Massaud. **Metonímia**. Em: \_\_\_\_\_. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Editora Cultrix, 1992. Pp. 334-335.

OLIVIERI-GODET, Rita. **Errância/migrância/migração**. Em: BERND, Zilá (org.). *Dicionário das mobilidades culturais: percursos americanos*. Porto Alegre: Literalis, 2010. Pp. 189-210.

PAZ, Octavio. **Literatura de fundação**. Em: \_\_\_\_\_. *Signos em rotação*. Trad. de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Perspectiva, 2006. Pp.125-131.

PINTO, Sílvia Regina. Metonímia. Em: E-Dicionário de Termos Literários. Disponível em:

<<http://www.edtl.com.pt/business-directory/7053/metonimia/>>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

PROST, Antoine. **A família e o indivíduo**. Em: \_\_\_\_ & VINCENT, Gerárd (org.). *História da vida privada: da Primeira Guerra aos nossos dias*. Trad. de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Pp.61-113.

QUEIROZ, Maria José. *Os males da ausência ou a literatura do exílio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

ROLLEMBERG, Denise. **Exilados, estrangeiros, apátridas**. Em: \_\_\_\_\_. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.

ROSENFELD, Anatol. **Reflexões sobre o romance moderno**. Em: \_\_\_\_\_. *Texto e Contexto I*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

SAID, Edward. **Introduction: Secular Criticism**. Em: \_\_\_\_\_. *The world, the text and the critic*. EUA: American Comparative Literature Association, 1983. Pp.01-30.

\_\_\_\_\_. **Movimentos e migrações**. Em: \_\_\_\_\_. *Cultura e imperialismo*. Trad. de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Pp. 399-411.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre o exílio**. Em: \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Pp. 46-60.

SANTIAGO, Silviano. **O cosmopolitismo do pobre**. Em: \_\_\_\_\_. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SANTOS, Luis A. B. & Silvana P. *Sujeito, tempo e espaço ficcionais: introdução à teoria da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SAONA, Margarita. **Introducción**. Em: \_\_\_\_\_. *Novelas familiares: figuraciones de lanación em la novela latino-americana contemporânea*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2004. Pp.11-28.

SAYED, Abdelmalek. **O que é um imigrante?**. Em: \_\_\_\_\_. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Trad. de Cristina Murachco. São Paulo: EdUsp, 1998. Pp. 45-72.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. *Ficção brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHULLER, Donaldo. *Teoria do romance*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imaginar é difícil (porém necessário)**. Em: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Pp. 09-17.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. Em: \_\_\_\_\_. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2014. Pp.47-64.

SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Trad. de

Gláucia Renate Gonçalves e Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SUSSEKIND, Flora. **Uma analogia: família e estética**. Em: \_\_\_\_\_. *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1984. Pp. 21-39.

THOMAZ, Paulo C. **Desfazer-se do legado nacional: os modos de narrar da contemporaneidade**. Em: *Fora do retrato: estudos de literatura brasileira contemporânea*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012. Pp. 63-69.

TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Trad. de Christina Cabo. São Paulo: Record, 1999.

TONUS, José Leonardo. **Imigrante**. Em: BERND, Zilá (org.). *Dicionário de figuras e mitos literários das Américas*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Editora da Universidade, 2007. Pp. 330-334.

VERDERY, Katherine. **Para onde vão a “nação” e o “nacionalismo”?** Em: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000. Pp. 239-249.

VIDAL, Paloma. **De baratas, moluscos e peixes. Sobre Azul-corvo, de Adriana Lisboa**. Em: CHIARELLI, Stephania; DEALTRY, Giovanna & VIDAL, Paloma (org.). *O futuro pelo retrovisor: inquietudes da literatura brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013. Pp. 300-315.

WALBY, Silvia. **A mulher e a nação**. Em: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000. Pp. 249-270.

WHITE, Hayden. **As ficções da representação factual**. Em: \_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994. Pp. 137-151.